Órgão Central
do Partido Comunista
Português

# Avante!

Proletários
de todos os países
UNI-VOS!

**Semanário**

Director:
António Dias Lourenço

Ano 56 – Série VII – N.º 665
25 de Setembro de 1986
Preço: 40$00

Propriedade do Partido Comunista Português **Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX** **Tel. 76 97 25 – Telex 18390** **Composição e impressão – Heska Portuguesa** **Distribuição – *CDL*, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa**

# PCP RETOMA INICIATIVA NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## Uma série de iniciativas, no âmbito parlamentar, são anunciadas pelos comunistas em véspera de abertura da sessão legislativa. Entre outras:

• medidas de emergência para a defesa do Sector Público (proposta para a revogação do decreto que extingue a CNP; oposição à destruição da EPAC e à privatização de serviços dos CTT e TLP; proposta de medidas impeditivas da desactivação da Anop).

• medidas de alcance social e tendentes à baixa do custo de vida (exigência de baixa dos combustíveis a partir de 1 de Outubro — gasóleo, fuel, gasolina —; baixa dos preços do leite e do pão; efectivo cumprimento da Lei dos Salários em Atraso; revogação das taxas «moderadoras»).

• combate às ilegalidades e a situações escandalosas (novo impulso ao inquérito às ilegalidades contra a Reforma Agrária; pedido de inquérito às condições de processo de adjudicação das centrais digitais).

• acções urgentes em relação às autarquias locais (aprovação da nova Lei de Finanças Locais com aumento do valor das verbas para as autarquias).

O PCP já propôs, entretanto, a chamada do Primeiro-Ministro à AR para esclarecimento cabal da natureza e alcance dos compromissos assumidos na escandalosa visita aos EUA e tomará medidas para o esclarecimento de outras posições governamentais no que se refere à política externa. Medidas para limitar as condições desastrosas resultantes da integração de Portugal na CEE.

Em Foco

## *Ano lectivo sem problemas?*

# Professores desmentem

## demagogia do Ministro

Em Foco

# Arrasto costeiro

## *Escravos a bordo desempregados em terra*

**Reportagem com pescadores em luta**

# A desordem económica internacional

Em Foco

## *A Leste do acordo em Punta del Este*

Em Foco

# A PAZ DAS ESTRELAS

## Comício com Álvaro Cunhal

Homenagem, no Escoural, a Casquinha e Caravela.

Comício com o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, às 16 horas de sábado, dia 27, no Largo da Junta.

## Encontro de Culturas Outono / Inverno

Semana

# «Reforma Agrária é a solução»

## Por iniciativa do PCP

# Lei-quadro das regiões em debate nacional

Semana

XI CONGRESSO SINDICAL MUNDIAL

# Confirmado o grande prestígio internacional da CGTP-IN

Semana

***Conferência internacional pela desnuclearização e a paz na Península Coreana***

Semana

## Conversações URSS/EUA

# *A grande burla da administração Reagan*

Semana

## Avante!

### Novo preço

**Continuando muito abaixo do preço da maioria dos semanários e mesmo de alguns jornais diários, o «Avante!» vê-se agora na obrigação de, a partir do próximo número, actualizar o seu preço para 50$00. Mantendo as suas secções organizadas em quatro cadernos, o nosso jornal continuará a levar aos seus leitores a informação nacional e internacional, o comentário, a palavra de luta.**

# Editorial

Avante!
Ano 56 – Série VII
N.º 665
25 de Setembro de 1986
1.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

# Diálogo para a convergência

Na reunião de 12 de Setembro do Conselho Nacional do PSD, Cavaco Silva tocou mais uma vez a estafada tecla do anticomunismo para tentar neutralizar os impulsos para a unidade de vistas e de acção da oposição parlamentar democrática maioritária, responsável por importantes derrotas do Governo na AR, e para tentar impedir que as convergências pontuais entre os partidos democráticos evoluam para uma verdadeira alternativa ao seu Governo e à sua política.

Disse Cavaco Silva (e tocou a mesma «música» na sua visita de vassalagem aos Estados Unidos) que o PCP «lidera a oposição» e que os restantes partidos (incluindo até... o CDS!) «se submetem à estratégia do PCP» (!)

Cavaco, «solista» do coro dos cavernícolas do anticomunismo, que têm bordado em vários tons a tese do «isolamento político» e da «fragilidade» do PCP, obriga-se sem o querer e para tentar o êxito da sua jogada divisionista da oposição democrática a reconhecer a força e a influência reais do PCP.

Com isso — e também sem o querer — mostra o seu invencível medo de que os partidos democráticos acabem por se entender, por vencer as suas discrepâncias e triunfar das suas dificuldades e por chegar a uma verdadeira plataforma política que o atire e ao seu Governo minoritário para a rua.

Cavaco Silva, que costuma umas vezes ameaçar demitir-se e fanfarronar que não tem medo e até deseja eleições antecipadas e outras vezes diz o contrário, que não senhor, que não se demite, tem de facto medo de que a oposição democrática — que tem nas suas mãos a possibilidade de uma iniciativa vitoriosa de o demitir — se entenda para substituir por outro o seu Governo. Tem medo de que os partidos da oposição democrática maioritária formem outro governo no quadro actual da Assembleia da República e façam adoptar uma política democrática que vá ao encontro dos agudos problemas do povo e do País.

Cavaco ensaia no momento actual a prática de uma nova táctica de guerrilha institucional contra a Assembleia da República, fazendo-se amiguinho do outro órgão de soberania de quem depende — o Presidente da República — e reabrindo hostilidades contra a maioria parlamentar democrática que de uma forma responsável o derrotou em alguns dos seus planos legislativos antipopulares.

A iniciativa de pedir ao Tribunal Constitucional a declaração de inconstitucionalidade das medidas orçamentais aprovadas pela Assembleia da República contra a sua política financeira são reveladoras do espírito que anima o Governo nas vésperas de uma nova sessão legislativa que abre praticamente com a discussão do Orçamento do Estado e das Grandes Opções do Plano para 1987.

Cavaco e o seu Governo PSD não querem que a oposição democrática maioritária realize com o mesmo sentido de responsabilidade da sessão anterior o mesmo eficiente trabalho fiscalizador dos actos e da política financeira do Governo.

**O Primeiro-Ministro tem medo que os partidos democráticos que estão em maioria na AR imponham uma repartição mais justa das receitas e das despesas orçamentais, impedindo que o Governo maneje os excedentes resultantes de uma conjuntura externa favorável com objectivos eleitoralistas e demagógicos sob os quais esconda a sua verdadeira política antipopular, antidemocrática e antinacional.**

**As iniciativas que o Grupo Parlamentar do PCP ontem anunciou em Conferência de Imprensa inserem-se nessa linha de intervenção responsável da AR na sua função constitucional de fiscalização dos actos do Governo.**

Com o mesmo objectivo e a mesma falta de originalidade o actual Primeiro-Ministro português disse também no Conselho Nacional do seu partido que neste Outono de 1986 «o PCP vai desencadear uma tremenda vaga de greves».

Como estaremos lembrados, Cavaco Silva disse aos órgãos da alta finança americana reunidos no Businessmen Council dos Estados Unidos, que, em Portugal, sob a égide do seu Governo reina a «paz social», quase não houve greves, que o preço da mão-de-obra portuguesa é uma pechincha comparado com o dos outros países da CEE e dos próprios Estados Unidos e que as condições políticas em Portugal são altamente favoráveis e lucrativas para os «investidores» americanos.

Também ao referir-se às greves, desnaturando-as, que de todo em todo não pode esconder, o chefe do PSD tem afirmado não terem elas qualquer justificação económica e social mas obedecerem a exclusivas motivações políticas.

Estas opiniões, apreciações e referências do Primeiro-Ministro sobre as causas, o volume e a importância política do movimento grevista em Portugal estão longe de serem inocentes.

Cavaco quer eludir as realidades e a importância da luta da classe operária e do movimento popular de massas em Portugal, pretende inverter-lhe as causas e os efeitos, tenta ocultar o nexo da sua política de guerra social contra os trabalhadores com os objectivos económicos e políticos dos seus planos de contra-revolução.

Desmontar o móbil e os mecanismos da política de classe do Governo minoritário de direita e da direita no seu conjunto é de primordial importância para o desenvolvimento e o fortalecimento do movimento operário, popular e democrático português no momento actual.

O móbil da política de classe do Governo Cavaco/PSD é garantir e acelerar por todas as formas, mesmo atropelando normas elementares da Constituição da República, a acumulação e a concentração de capitais, principalmente agravando numa escala sem precedentes a exploração dos trabalhadores e acelerando e intensificando a ofensiva de reprivatização dos sectores básicos (nacionalizados) da economia nacional e a reconstituição dos latifúndios.

Não é uma coincidência fortuita a tentativa governamental (com o colaboracionismo da UGT) de impor ao mundo do trabalho um tecto salarial abaixo da taxa real de inflação e a concomitante redução do poder de compra dos salários; de alargar compulsivamente a reserva de mão-de-obra disponível, liberalizando o desemprego, não dando solução cabal ao drama pungente dos salários em atraso, generalizando a prática dos contratos a prazo, fechando os olhos ao alastramento do trabalho selvagem, ao domicílio e infantil, acentuando como nunca desde o 25 de Abril o desequilíbrio entre os salários, ordenados e vencimentos e as remunerações do capital nos rendimentos do trabalho.

Cavaco foi aos Estados Unidos oferecer uma mão-de-obra avitalada, ao custo actual de 1,43 dólares/hora, contra 4,78 em Espanha, os 9,55 na RFA, os 13,2 nos Estados Unidos (números por ele próprio referidos).

Nos últimos cinco anos por acção dos governos de direita inverteu-se a relação salários/remunerações do capital na distribuição dos rendimentos do trabalho. Sob o Governo Cavaco/PSD essas alterações a favor dos capitalistas e proprietários acentuaram-se numa escala ainda mais vasta.

Enquanto que em 1981 os salários e vencimentos ascendiam a cerca de 660 milhões de contos e as remunerações do capital a cerca de 525 milhões prevê-se que até aos fins de 1986 ascendam a cerca de 1590 milhões para o trabalho e a cerca de 1860 milhões para o capital e venham a ser nos finais de 1987, segundo os planos do Governo, de 1800 milhões e 2300 milhões respectivamente, isto é, enquanto que o peso dos salários aumentaria de 1981 a 87 em apenas 1140 milhões de contos o dos rendimentos do capital aumentaria em 1775 milhões de contos!

No momento em que os panegiristas da adesão de Portugal à CEE acenam com a «ridente» perspectiva de vencermos em cinco anos o nosso atraso relativamente aos outros países aderentes — e apesar da tendência generalizada no mundo capitalista para a queda dos salários — prevê-se, nos planos do Governo, fazer cair o peso dos salários no rendimento nacional para menos de 40% enquanto no conjunto dos países da CEE esse peso seria superior a 72%. É imperioso que isto não aconteça.

Quando diz que «o PCP vai desencadear uma tremenda vaga de greves» Cavaco sabe muito bem que as greves — em particular em «vaga tremenda» — não se decretam. Têm no seu desencadeamento causas objectivas decorrentes da situação material dos trabalhadores, da política de preços e salários dos governos capitalistas ou condições políticas que estão de momento fora dos horizontes imediatos do movimento operário português.

**Implica também a existência de factores subjectivos: a consciencialização e a combatividade de massas da classe operária, a força da sua unidade e organização, a adopção de formas adequadas de luta, a força da solidariedade.**

**A classe operária tem dado nos últimos anos e particularmente nos últimos meses provas da sua grande firmeza e unidade, da sua maturidade política. Dispõe de um potente movimento sindical unitário, de organismos representativos profundamente inseridos na luta e nos problemas dos trabalhadores e de uma rica experiência.**

**E tem um Partido de classe fortemente enraizado nas massas — o PCP — um Partido que tem da luta uma concepção científica e realista.**

**E das duas uma: ou Cavaco Silva se prepara para intensificar a exploração da classe operária a um ponto que exija a resposta de «uma tremenda vaga de greves» ou pretende — digamos que inutilmente — fazer chicana contra o PCP. Não terá sorte nenhuma.**

**Terá, de qualquer maneira, a resposta adequada.**

Na retomada dos trabalhos parlamentares e da necessária iniciativa política e institucional da oposição democrática maioritária os partidos sobre os quais recai a responsabilidade de imprimir uma outra dinâmica ao enfrentamento dos agudos problemas nacionais, não podem fechar os olhos e virar as costas à realidade da política antipopular e antinacional do Governo cavaquista.

O diálogo e a convergência que tão substanciais resultados produziram nos últimos meses devem intensificar-se e evoluir qualitativamente para decisões políticas que não podem ser indefinidamente eludidas e protela-das.

O anticomunismo bolsado pelo Primeiro-Ministro pode encontrar ecos e obscurecer momentaneamente os horizontes.

É o regime democrático e a continuação de Portugal de Abril que estão em jogo. O movimento popular e democrático não pode nem deve deixar-se enlear nas manobras divisionistas de sobrevivência do Governo minoritário de direita.

É de admitir que alguns democratas, por erro de cálculo ou lamentável preconceito anticomunista, se sintam tentados a tanger o «bordão» do chefe do PSD para se eximirem a um sério exame e debate das propostas realistas do PCP para uma alternativa democrática.

Seria contudo, no momento actual, uma lamentável prova de vistas curtas e de menoridade política difíceis de admitir da parte de democratas consequentes, interessados na defesa do regime democrático e na continuação de Portugal de Abril.

Sabe-se por experiência histórica como o espantalho do «perigo comunista» e das «conotações com o PCP» tem sido agitado para obstar à unidade das forças democráticas sempre e quando a direita reaccionária detentora do Poder viu desenhar-se no horizonte o declínio e o colapso da sua hegemonia política.

Retomar o diálogo para chegar à convergência é, pois, na hora actual, um imperativo do movimento popular e democrático.

# Resumo

## 17
Quarta-feira

O PCP, através do seu grupo parlamentar requer a presença do Primeiro-Ministro na AR para «prestar cabal esclarecimentos acerca da natureza e alcance dos compromissos assumidos no decurso da sua recente deslocação aos EUA» ■ Em conferência de imprensa o ministro da Educação tenta convencer o país que quanto a ensino tudo vai sobre rodas ■ Celebra-se em Angola, o Dia do Herói Nacional que assinala o aniversário do nascimento de Agostinho Neto e enquanto isso, na ONU, o ministro angolano dos Negócios Estrangeiros defende a imposição de sanções militares contra a África do Sul ■ No Chile, a polícia de Pinochet admite a prisão do dirigente da Federação dos Estudantes Universitários Católicos do Chile, Enrique Paris, raptado na passada terça-feira por um esquadrão da morte ■ Segundo o director executivo da mina de Kinross, a leste de Joanesburgo, é de 176 o número de pessoas mortas por asfixia em consequência de um incêndio que se desencadeou na terça-feira naquela mina ■ Jacques Chirac, primeiro-ministro francês, a pretexto de uma onda de atentados terroristas em França agrava a repressão e o racismo no país.

## 18
Quinta-feira

Em declarações à imprensa, Lemos Ferreira, Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, afirma que desconhece quais os temas abordados pelo Primeiro-Ministro na sua recente deslocação aos EUA ■ A Federação dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços dirige aos grupos parlamentares do PS, PRD, PCP, CDS, MDP e «Os Verdes» uma carta em que se solicita a AR a revogação do decreto de lei que oficializa a entrega dos silos da EPAC à Silopor, SARL ■ Jardim, presidente do Governo Regional da Madeira avista-se em Joanesburgo com o presidente do *apartheid* Peter Botha ■ O Conselho de Gerência da Tabaqueira em comunicado hoje emitido reconhece que atribuiu gratificações a 52 trabalhadores escolhidos entre os «mais perfo» da administração ■ A Comissão de Trabalhadores da TAP acusa, em confe-

TAP: trabalhadores defendem a empresa

rência de imprensa, o presidente do CG da empresa de má gestão e nepotismo ■ O Sindicato dos Médicos da Zona Sul denuncia a entrega, pela ministra Beleza, a um laboratório privado de análise clínicas das instalações do Centro de Saúde de Sete Rios ■ A sessão especial das Nações Unidas sobre a Namíbia apela à aplicação de sanções económicas contra a África do Sul ■ Na opinião de Eduard Chevardnadze, ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, está «resolvida a 50 por cento» a organização da cimeira soviéto-americana.

## 19
Sexta-feira

«A Europa preocupa-se demasiado com a África do Sul», palavras de Alberto João Jardim durante um banquete com

Jardim: apoio ao apartheid

que foi obsequiado em Pretória pelas autoridades do *apartheid* ■ O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa considera que «o quadro idílico da situação educativa traçado pelo ministro da Educação não suscita a confiança dos professores ■

O deputado do PCP Carlos Carvalhas é eleito em Estrasburgo vice-presidente do grupo comunista da assembleia parlamentar do Parlamento Europeu ■ Ramalho Eanes recebe em audiência a Comissão de Trabalhadores da Anop e afirma estar «sensível às preocupações dos trabalhadores» daquela empresa ■ Em Washington, Shultz e Chevardnadze iniciam conversações com vista à preparação da eventual cimeira Reagan-Gorbatchov ■ Peres de Cuellar, secretário-geral das Nações Unidas considera a decisão dos EUA de expulsar 25 diplomatas soviéticos acreditados na ONU «incomparável com o acordo de sede» ■ O mesmo Peres de Cuellar recomenda ao Conselho de Segurança da ONU a adopção de «medidas individuais e colectivas» contra Israel para o obrigar a retirar do sul do Líbano ■ A Guiné-Bissau assinala a passagem do aniversário da fundação do PAIGC ■ A Itália formaliza a sua adesão ao projecto da guerra das estrelas de Reagan.

## 20
Sábado

O VIII Encontro de Culturas de Outono-Inverno das Unidades Colectivas de Produção e Cooperativas Agrícolas, em Ponte de Sor conclui que aquelas unidades «mantém a sua produção a níveis elevados», não obstante a quebra de produção nacional ■ O Governo português «está a pôr em causa os interesses nacionais» por não se assumir contra o regime do *apartheid*, considera em comunicado a CGTP-IN ■ A estação oficial de rádio da Síria acusa os EUA e Israel de envolvimento nos atentados bombistas em Paris ■ Um relatório do Bureau Internacional do Trabalho publicado em Genebra revela que a maior parte dos acidentes de trabalho nas minas da África do Sul são devidos à falta de organização e a uma má vigilância dos capatazes brancos das condições de segurança ■ Segundo o que Friedrich Barindorf, deputado da RFA, afirma numa reunião realizada em Coimbra com dirigentes da CNA, na Europa da CEE, em cada minuto que passa, um posto de trabalho no campo é destruído.

## 21
Domingo

Devido às imposições da CEE que o Governo aceita passivamente milhares de toneladas de tomate destinado à indústria de concentrado estão em risco de apodrecerem, denuncia a CNA ■ Para o Sindicato dos Professores da Região Centro, o ME não fez mais que cumprir a sua obrigação em relação ao Plano de Emergência para a construção de escolas ■ António Guterres, dirigente do PS, afirma no Fundão que a nova agência noticiosa deve continuar no sector público ■ A Assembleia Geral da ONU aprova, sem votos contra e com a abstenção, entre outros, de Portugal, uma moção em que se recomendam «sanções efectivas e obrigatórias contra a África do Sul ■ Termina em Berlim, com um vigoroso apela à Paz, o XI Congresso Sindical Mundial ■ A NATO e o Pacto de Varsóvia chegam a acordo na Conferência de Estocolmo sobre as medidas de reforço da confiança e da segurança e o desarmamento na Europa ■ Segundo elementos da comunidade timorense radicados em Sidney, citados pela Anop, a Indonésia está a adoptar novas tácticas repressivas numa tentativa de neutralizar os guerrilheiros da Fretilin.

## 22
Segunda-feira

O PCP requer a convocação urgente de uma reunião da Comissão Parlamentar de Educação com a presença do respectivo ministro para serem prestadas informações sobre as condições em que abrirá o próximo ano lectivo ■ A grande maioria dos trabalhadores da RN repudiam o aumento de 14,5 por cento imposto pelo CG da empresa com o beneplácito da UGT, considera um dirigente da Federação dos Sindicatos Rodoviários e Urbanos (FESTRU) ■ As estruturas representativas dos trabalhadores da EPAC reunidas em Lisboa decidem desencadear uma série de acções de esclarecimento e de repúdio pela decisão governamental de desmembrar aquela empresa pública ■ Os representantes dos partidos da oposição na Comissão Parlamentar de Economia e Finanças afirmam que a AR tinha toda a legitimidade para alterar o Orçamento de 86 ■ Centenas de mineiros sul-africanos manifestaram-se contra a administração da mina de ouro onde se verificou a catástrofe que, recentemente, provocou a morte a 117 pessoas ■ José Eduardo dos Santo afirma na Cidade da Praia que as potências ocidentais querem desestabilizar a «Linha da Frente».

## 23
Terça-feira

Em conferência de imprensa, a FENPROF alerta a opinião pública para o facto de que, no dia 1 de Outubro, previsivelmente, cerca de 20 000 jovens não poderão iniciar as suas aulas. ■ Em Guimarães, durante uma visita de Cavaco Silva, centenas de trabalhadores com salários em atraso manifestaram-se para exigirem a demissão deste Governo e a sua substituição por outro com uma «política democrática que respeite os trabalhadores. ■ Uma delegação da Associação dos Produtores de Tomate do Ribatejo é recebida na AR pela Comissão Parlamentar de Agricultura a quem expõe a grave situação com que se debatem aqueles agricultores. ■ Durante a visita que continua a fazer ao país do *apartheid*, João Jardim informa que no final do ano uma missão económica sul-africana deslocar-se-á ao Funchal para analisar as possibilidades de investimento na região. ■ Com o pretexto do terrorismo, a extrema-direita francesa manifesta-se em Paris exigindo a reposição da pena de morte. ■ A aviação israelita bombardeia alegados «alvos palestinianos» em território libanês.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*. Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º – 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL*. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º – 1000 Lisboa Tel. 77 98 28/77 98 25 76 97 51

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alcarcova da Baixo, 13 – 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B – 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
*Porto* – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e Impresso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 Venda Nova – 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/86

Tiragem média do mês de Junho: 33 475

# Semana

Avante!

Ano 56 – Série VII
N.º 665
25 de Setembro de 1986
2.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

# «Se é preciso uma explicação não a dou!»

## • Governo foge a informar a Assembleia

**Se é preciso uma explicação para ser eu a sobraçar a pasta da Defesa Nacional, não a dou!** — foi mais ou menos nestes termos que Salazar, na sua voz ciciada, se dirigiu à Nação, em 1961, pouco depois do «golpe» de Botelho Moniz. Acumular ministérios era especialidade do ditador. Negar explicações para os seus actos, também.

Leonardo Ribeiro de Almeida não tem a voz ciciada, nem a manha do homem de Santa Comba; não acumulou a pasta da Defesa Nacional — há mesmo quem pretenda que a deve desacumular. Qualquer semelhança entre o ministro da Defesa Nacional e o titular da pasta no início da guerra colonial (poderá ser simples coincidência?) está no facto de Ribeiro de Almeida também não dar explicações.

Salazar permitia-se isso porque queria, podia e mandava (ou não fosse ditador); a Leonardo Ribeiro de Almeida isso não lhe é permitido porque em democracia as questões de Estado têm de ser transparentes e os governantes são responsáveis perante os representantes do Povo.

Mas Leonardo Ribeiro de Almeida, por vontade própria (?) ou por conta de outrém (!) assumiu esta atitude. Mais grave, fez finca-pé desta posição. Disse que não dizia e não disse. No mais completo despudor sonegou as informações que a Assembleia da República lhe exigia. Leonardo divagou, permitiu que o secretário de Estado para os Assuntos Parlamentares, Correia de Jesus, divagasse, voltou a divagar e quando encostado à parede — neste caso à bancada do Governo — foi peremptório: «Não digo nada!»

Mas já foram longos os considerandos e os preliminares. Passemos aos factos. Tinha-se reunido na quinta-feira passada a Comissão Permanente da Assembleia da República para obter do Governo as informações necessárias quanto ao parecer das Forças Armadas respeitantes ao controverso caso do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

O mínimo que se podia esperar deste Governo era que, num assunto tão importante, colaborasse minimamente com o órgão de soberania que é a Assembleia da República.

E aqui vale a pena recordar em traços largos a história do que se passou. A Assembleia da República aprovou por unanimidade o Estatuto dos Açores. O erro poderia assim facilmente ser assacado a este órgão de soberania se entretanto algumas pregas do manto da sonegação de informações não tivessem permitido uma réstea de luz.

A saber: as Forças Armadas tinham chamado a atenção, num parecer elaborado para o efeito, para a questão da paridade dos símbolos regionais e nacionais; tendo conhecimento deste parecer, o Governo, através do Ministério da Defesa elaborou por seu turno um outro parecer que enviou... ao grupo parlamentar do PSD.

O PSD, preocupado com outros afazeres ou por orientação superior — o segredo continua por desvendar e não se prevê que venha a público — guardou o parecer na gaveta, não disse nada a ninguém e votou favoravelmente o Estatuto dos Açores.

Em resumo, se os restantes partidos da Assembleia da República cometeram um erro por omissão — e aqui damos de barato — o PSD cometeu um erro premeditado. Se um arguido não pode invocar o desconhecimento da lei, no caso vertente o grupo parlamentar do PSD não pode invocar o desconhecimento do parecer do Ministério da Defesa. Por que votou, então, favoravelmente? Por que razão o sr. António Capucho e os seus parceiros de bancada, sempre tão atentos a qualquer minúcia, passaram «à vol de oiseau» sobre esta questão dos símbolos.

Que aqui anda pássaro — um grande passarão — não temos dúvidas. E mais se confirmam quando no plenário o ministro da Defesa se recusa em dar a conhecer o parecer emitido pelos militares sobre o assunto.

Na sessão da Comissão Permanente de quinta-feira passada, todas as bancadas, desde o PCP ao CDS, com excepção do PSD que se manteve num silêncio culpado (?) apenas quebrado por algumas defesas do seu ministro, a questão central era o conhecimento do parecer das Forças Armadas.

Com pezinhos de lã (até parecia o anúncio da televisão dos títulos de capitalização automática) Ribeiro de Almeida informou o plenário que «logo que soube, através da mais informal das vias, que V. Exas pensavam na conveniência de eu estar presente nesta reunião, incondicionalmente me dispus a tal». E bla-bla-bla... e bla-bla-bla...

Só que os deputados ficaram na mesma. Do teor do parecer... nicles. Mas Ribeiro de Almeida foi mesmo mais longe e afirmou: «Penso que a minha presença aqui alarga o âmbito que um requerimento e uma resposta por escrito necessariamente comporta. Isto porque estou pronto a dar um mais amplo esclarecimento.»

### Os amplos esclarecimentos do Governo

Nem pequeno, nem grande. O amplo esclarecimento que prome-


Glendon Swarthout

Erguendo o tronco para o espaço livre ao lado da cama, como um réptil saindo da toca, Brooks deu dois tiros para o lado esquerdo. Ouviu o som cavo das balas a entrar na carne.

O Atirador

CAMINHO
CAMINHO DE BOLSO
TEXTO INTEGRAL

À VENDA

# a Talhe de FOICE

## O ouvido

Alberto João Jardim é um homem com audição nos órgãos da Comunicação Social portuguesa, o que talvez demonstre possuirmos a mais liberal e eclética Informação do planeta.
Na Região Autónoma da Madeira o fenómeno atinge níveis absolutamente esmagadores, registando-se apenas uma discordância de pormenor quanto a dois valores percentuais — os 95% e os 99% que ora são, respectivamente, atribuídos aos níveis de audiência e à ocupação da generalidade do noticiário pelo presidente do governo autónomo, ora são apresentados exactamente ao contrário. Consta que Jardim se propõe resolver o problema promovendo mais umas reestruturações nos hiperestruturados órgãos de comunicação estatais regionais, de modo a atingir-se uns desejáveis 100% em ambas as vetentes. «Isto por causa das inclinações», diria na altura, já embalado num discurso de escada abaixo, como só ele sabe, sobre a estabilidade democrática e o calibre das bananas.
No continente — e infelizmente — Alberto João (como o referem carinhosos admiradores) não possui a quota de influência pessoal sobre a Comunicação Social que usufrui na Região Autónoma da Madeira.
Mas também não se pode queixar.
Apesar de por cá não poder inaugurar duas vezes a mesma torneira do mesmo chafariz;
Apesar de por cá não poder fazer nem um improvisozinho de duas ou três horas, directamente televisionado de uma simples esquina;
Apesar de estar por cá impossibilitado de executar, quanto mais não seja, um simples gesto de governamentalidade ajardinada, mesmo assim a Comunicação Social estatizada mostra-se permanentemente disponível para o acolher como notícia. Muitas vezes com o impacto e a seriedade das primeiras páginas. Sempre com a bonomia que, aparentemente, todo o pitoresco merece.
Pois desta vez Jardim nem necessitou de pisar o aeroporto da Portela para habitar de novo a Comunicação Social — bastou deslocar-se em visita particular à África do Sul.
É certo que o regime racista é dos sítios mais à mão para alguma Comunicação Social portuguesa.
É igualmente verdade que o Jardim é sempre o Jardim, mesmo se embrulhado numa visita particular.
Está assim talvez explicado o aparente excesso noticioso que mereceu esta viagem: no fim de contas é tudo actualidade, né?
Pois o Jardim não desiludiu tanta disponibilidade informativa — aproveitou-a mesmo ao máximo.
E assim se soube que Jardim acusou a Europa de várias coisas.
De se preocupar demasiado com a África do Sul, e não com outros países africanos onde há fome e miséria.
De pretender desestabilizar a economia sul-africana.
De só pretender, da África do Sul, matérias-primas baratas, «única forma de conseguir aguentar a sua indústria».
Mas também acusou o seu País, o Governo do seu próprio partido.
Achando que foi «moderada», a posição assumida pelo executivo de Cavaco Silva, ao boicotar as sanções anti-*apartheid* pretendidas pela CEE.
Garantindo que **«é diferente a posição do Governo Regional da Madeira»** (único ponto obscuro das jardinadas, dado que não se percebe que raio de posição pode ter o Governo Regional sobre esta ou qualquer outra matéria de política externa, onde não tem competência para meter prego nem estopa).
É evidente que nem a Europa nem nós vamos comentar todas estas afirmações de Jardim: a Europa, pela simples razão de que nem o conhece; nós, pelo motivo suficiente de que o conhecemos em demasia.
Só nos assalta uma interrogação.
Estará Alberto João Jardim a preparar o seu auto-exílio na África do Sul? Na verdade é o que parece, dada a escolha que faz do país dos racistas para proferir afirmações incompatíveis com as suas responsabilidades públicas.
Há uns anos defendeu, lá, a proclamação da «independência da Madeira».
Agora defende abertamente o «apartheid» e usurpa competências do primeiro-ministro. Tudo isto em público e sempre amplamente publicitado, como se sabe.
Se é essa a ideia, Alberto João Jardim deve acautelar-se. Certificando-se, pelo menos, se o país da sua eleição vai continuar a ser como ele gosta, ou se lhe faz a partida de mudar.

■ *HC*

**Assembleia da República**

# Governo foge a informar

tera confinou-se a um rotundo **não**, argumentando que as Forças Armadas são como um qualquer serviço do seu ministério a quem pede pareceres e que portanto não tem obrigação de revelar as informações das suas fontes.

Nitidamente para ganhar tempo o ministro da Defesa passou a palavra para o secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares.

O discurso deste membro do Governo faria inveja ao prefeito de Sucupira. Conseguiu falar quase quinze páginas dactilografadas, para não referirmos os improvisos... sem dizer nada. Citou as lições do dr. António Vitorino, referiu ofícios de anteriores governos, fez um balanço estatístico da III Legislatura, teorizou sobre o relacionamento político do Governo com a maioria parlamentar. E disse.

Ou melhor, não disse. Mas o PSD aplaudiu.

No entanto, o ministro, durante o tempo que falou deixou escapar que o Primeiro-Ministro estaria solidário com esta sonegação de informações. A questão foi levantada por Carlos Brito, mas também não foi minimamente esclarecida.

O Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores volta à Assembleia da República no próximo dia 7 de Outubro. A ver vamos se o manto opaco da sonegação se dilui. Parece duvidoso.

Entretanto, permanecem as questões: por que razão o Governo se recusa a divulgar o parecer das Forças Armadas? Por que razão o PSD votou favoravelmente uma matéria que sabia ser controversa e inconstitucional? E o que levou o Governo, conhecedor do assunto, a não informar as outras bancadas?

A acrescentar a tudo isto o facto do Primeiro-Ministro ter tido já três opiniões sobre o assunto. Muda de opinião conforme o local. Assim, primeiro afirmava que o assunto era entre a Assembleia da República e não se sabe quem mais; durante a sua visita aos Estados Unidos já era de opinião que o assunto não tinha um carácter puramente legislativo, mas que se tratava de uma questão verdadeiramente política; e, por último, aquando da recente reunião do Conselho Nacional do PSD, já o problema não era político, mas sim legislativo. Ou seja, um primeiro-ministro que numa importante questão de Estado muda de opinião como aqueles galos que, anunciando a chuva ou o tempo seco, mudam de cor. Assim vamos de governação, neste país na CEE plantado.

Da reunião da Comissão Permanente da semana passada e caso houvesse um galardão, um prémio pecuniário ou mesmo uma menção honrosa para o governante que melhor soubesse furtar-se a uma pergunta não hesitávamos: a nossa proposta recaía no ministro da Defesa Nacional... e do Sigilo.

■ *TR*

# Mas que grande confusão na política externa

No período de antes da Ordem do Dia da reunião da Comissão Permanente da semana passada o deputado Jorge Lemos abordou algumas questões pertinentes. E como estamos em maré de sonegação de informações por parte do Governo aí vai mais outra, citando o deputado comunista:

«É o que se passa com a sonegação a esta Assembleia do envio de informações e elementos a que o Governo está vinculado pela Lei do Orçamento (...) Enquanto nega à Assembleia da República as informações legalmente devidas, o Governo, de maneira provocatória, inunda os órgãos de comunicação social de peças de autopropaganda.

Contra o que decorre do Orçamento Suplementar aprovado pela Assembleia, o Governo não tomou ainda nenhuma medida que conduza à baixa do preço do leite, para o qual inscrevemos a verba de 1,5 milhões de contos.»

Referiu, depois, o que se passa com o imposto sobre produtos petrolíferos, em relação ao qual o Governo deveria ter informado a AR, até ao passado dia 15, sobre os resultados da aplicação do imposto.

Tinha esta informação por objectivo fornecer elementos à AR de molde a «examinar atempadamente da eventual necessidade de alteração das taxas do referido imposto face ao comportamento do valor do petróleo».

Como isto não se tenha verificado, recordou Jorge Lemos, «a lei determina a baixa imediata do preço dos combustíveis a partir do próximo dia 1 de Outubro».

Também a tentativa governamental para destruir a Anop foi tema abordado pelo deputado comunista, salientando que «é mais um caso a requerer urgente intervenção da Assembleia da República».

Outro tema actual e que evolui sem qualquer preocupação por parte do Governo foi abordado por Jorge Lemos. «É o facto de, neste momento, milhares de toneladas de tomate — cerca de metade da produção — virem a ficar na terra por falta de capacidade de escoamento, com gravíssimos prejuízos para os produtores e para a economia nacional.»

E advertiu, mais adiante:

«Não está só em causa a produção deste ano. A não ser alterada a situação actual, ela poderá acarretar gravíssimas consequências para anos futuros, com enormes prejuízos para a economia nacional.»

### A viagem aos «States»

Considerando como sinais preocupantes os objectivos e as condições em que se realizou a viagem de Cavaco Silva aos EUA, bem como os contactos estabelecidos com entidades norte-americanas ou ainda o silêncio governamental sobre compromissos assumidos, reveladores de um propósito de sujeitar o nosso país a uma maior submissão aos interesses e objectivos estratégicos dos Estados Unidos, Jorge Lemos acrescentou:

«Que concepção de dignidade de Estado tem um Primeiro-Ministro que se reúne com o chefe dos serviços secretos norte-americanos e considera isso um notável acontecimento?»

Sobre este assunto o deputado Raul Junqueiro, do PS, deu uma achega. E não resistimos a transcrever:

Raul Junqueiro (PS) — (...) Gostaria de pedir ao sr. deputado Jorge Lemos que comentasse as afirmações do sr. ministro de Estado Eurico de Melo, ontem, à «Antena-1», quando — direi que surpreendentemente — referiu que a visita do sr. Primeiro-Ministro ao sr. director da CIA era algo normal, uma vez que nos Estados Unidos não haveria ministro do Interior e o sr. director da CIA desempenharia, pois, essas funções.

Essa história de se confundir a CIA com uma agência de espionagem ou de contra-informação era algo em que a opinião pública estava a ser induzida em erro, porque, no fundo, o sr. director da CIA substituía, para todos os efeitos, o ministro do Interior, que não existia como tal nos Estados Unidos.

Jorge Lemos (PCP) — A resposta pode ser dada muito rapidamente: o Governo sentiu-se metido num buraco e meteu-se noutro.

Será, enfim, uma questão que o Governo terá de rever: a de saber o que são as instituições americanas e o papel que elas desempenham, antes, provavelmente, de o sr. ministro Eurico de Melo produzir afirmações do teor das que produziu.

E porque uma anedota ameniza a leitura não resistimos a contar uma que se pode relacional com este caso. Um fulano perguntou a um amigo qual a diferença entre um tacho e um bacio. O amigo pensou, pensou e desistindo revelou o seu desconhecimento. Resposta rápida do outro: «Que grande confusão vai na tua cozinha!»

Por favor — não perguntem ao Governo qual a diferença entre um chefe de uma agência de serviços secretos e um ministro do Interior, pois verão logo a grande confusão que vai na política externa.

**Minas da Panasqueira**

# Aluguer de mão-de-obra

É grave e não merece confiança para os trabalhadores, como por diversas vezes temos referido nas páginas do nosso jornal, a situação que se vive nas minas da Panasqueira.

Na passada segunda-feira, para se inteirar dos problemas que afectam os mineiros, deslocou-se àquele local o deputado comunista António Mota, que para o efeito teve um encontro com a organização sindical da mina, a qual lhe transmitiu a gravidade da situação laboral, já que a mina está na iminência de encerrar.

O deputado António Mota visitou depois o fundo da mina, contactando aqui com os trabalhadores, também eles lhe manifestando as suas apreensões pela eventualidade do encerramento, o que põe em perigo os postos de trabalho.

Num encontro posterior com um membro da administração da mina este informou o deputado comunista que não tinham (a administração) intenções de fazer novos despedimentos, mas que se mantinham os despedimentos de 284 mineiros já dispensados.

Acrescentou ainda que era intenção manter o processo disciplinar aos 51 mineiros que se recusaram a aceitar o despedimento.

Na troca de opiniões entre os trabalhadores e o deputado António Mota os primeiros denunciaram ainda outras situações graves que se vivem na empresa, como seja o encerramento do refeitório e o facto de o hospital se encontrar fora de serviço aos sábados, domingos e feriados, o que causa graves problemas à população da região, composta essencialmente pelos mineiros e seus familiares, que dificilmente se podem deslocar ao Fundão ou a Castelo Branco, onde existem estabelecimentos hospitalares e que mais perto ficam da Panasqueira.

Uma outra situação denunciada pelos trabalhadores é o facto de a empresa alugar trabalhadores para outras empresas — possivelmente em estilo «Man power» — lucrando certamente com isso.

Por este exemplo, um dos muitos que campeiam por este país, se vê o que este Governo permite. Só falta inscrever no seu Programa: «Todas as facilidades ao patronato, principalmente ao patronato das multinacionais.»

Nacional

# «Não será boa a lei que negue aquilo que for justo»

## — acentuou João Amaral na cerimónia de homenagem aos novos órgãos autárquicos

Decorreu no passado dia 18, na Assembleia da República, uma cerimónia protocolar de entrega de diplomas às novas cidades, vilas e freguesias, criadas por deliberação da Assembleia da República no passado dia 3 de Julho. Anteriormente, a criação de qualquer órgão autárquico terminava com a publicação no «Diário da República» da respectiva lei que o plenário aprovara.

Não quis, desta feita, o Presidente da Assembleia da República deixar na aridez do órgão oficial a importância e significado do acto e pretendeu homenagear na pessoa dos eleitos dos órgãos de poder local as populações das novas cidades, vilas e freguesias criadas, como o referiu o deputado comunista João Amaral, presidente da Comissão Parlamentar da Administração Interna e Poder Local e que foi orador naquela sessão solene.

Presentes à cerimónia o Presidente da AR, os quatro Vice-Presidentes e os representantes do Poder Local dos órgãos autárquicos recém-criados, a saber: as cidades de Albufeira, Fafe, Maia, Mangualde e Seia; as vilas de Águas Santas, Aveiras de Cima, Castelo da Maia, Darque, Joane, Póvoa de Santo Adrião, Ribeirão, Senhora da Hora, Tramagal e Valbom; as freguesias da Borralha, Tourigo, Moreira e Sanguinheira, «sem esquecer as populações de Albergaria da Serra e de Casal de S. Neutel que por vontade própria e deliberação da Assembleia têm estas novas denominações, bem como as alterações dos limites de novas freguesias do concelho de Almada».

No discurso proferido, João Amaral acentuou que «a homenagem devida não esgota o sentido deste acto».

«Com ele — acrescentou — a Assembleia da República, na decorrência do exercício de uma competência própria, distingue e soleniza uma forma de relacionamento com o Poder Local.

O legislador, em boa hora, reservou para a Assembleia da República exercício das competências de criação de novas autarquias e de elevação da categoria de povoações.»

Acrescentando que «a História ensina que o êxito ou inêxito da divisão administrativa do País depende em primeiro lugar da vontade expressa daqueles que são seus destinatários e assenta em valores de coesão moldados em realidades históricas, sociais e culturais cujo respeito, na sociedade democrática, há-de ser uma regra de ouro», João Amaral não deixou de realçar o trabalho feito pelos deputados, recordando contudo que «nenhuma dessas deliberações seria possível se não lhes estivessem subjacentes realidades objectivas e empenhamento e vontade expressa de populações».

Aos perigos apontados, contrapôs João Amaral que «não é possível transformar a prudência e o cuidado no medo paralizante». A propósito recordara que durante a ditadura fascista a divisão administrativa permanecera praticamente intocável, enquanto o País mudava todos os dias, apontando a prudência da Assembleia da República que em dez anos criou pouco mais de 100 freguesias, a acrescer às cerca de quatro mil que existiam.

Aquietando os mais preocupados adiantou João Amaral:

«Não se pulverizará o país. Mas não se virará as costas ao país e não nos fecharemos no gabinete, ignorando as transformações que a vida impõe ou tentando impôr à vida "modelos" abstractos que as realidades rejeitam.»

Com este acto, a Assembleia também presta contas.

Prosseguindo a sua intervenção o presidente da Comissão Parlamentar tocou um aspecto sensível, a que não é alheio o poder central. E disse:

«As novas autarquias — as quatro novas freguesias — concretizam o princípio da aproximação da administração às populações, no quadro da descentralização e da autonomia administrativa e financeira.

Não será aceitável ouvir criticar freguesias por não terem «capacidade administrativa e financeira» se for a lei ou a prática da administração a negar os meios para que elas adquiram essa capacidade.

As novas freguesias precisam, para já, dos meios financeiros adequados à sua instalação. É uma responsabilidade central, que não pode ser mais adiada e que deve ser cumprida por forma eficiente e bastante».

E sobre isto fez questão de recordar:

«A Assembleia vem discutindo a nova lei das Finanças Locais, são V. Exas. os destinatários dessa lei e os mandatados pelas populações que, consoante o conteúdo final da lei, hão-de poder viver pior ou melhor.

O processo legislativo está na Assembleia. Mas é à vossa actividade que ele interessa e não será boa a lei que negue aos interessados aquilo que for justo.

«E o que é justo deve ser reclamado.»

E a terminar:

«Esperamos, em toda a actividade legislativa relativa ao Poder Local, a vossa posição e a vossa intervenção. Essa será a única forma de produzirmos boas leis, que sejam sentidas por vós como as vossas leis, as leis de um Poder Local mais forte, mais actuante, mais prestigiado.»

Conselho da Europa

# «Apartheid» e dívida externa Dois temas em debate

O agravamento da situação na África do Sul e os ataques deste país aos Estados vizinhos, a dívida externa dos países em vias de desenvolvimento e a moratória soviética suspendendo os ensaios nucleares foram as questões colocadas pelos deputados comunistas Carlos Carvalhas e Vidigal Amaro durante a reunião do Conselho da Europa, que decorreu em Estrasburgo.

Sobre a primeira e última questão se pronunciou Giullio Andreotti, ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália e presidente em exercício do Comité de Ministros do Conselho da Europa.

No respeitante à África do Sul o político italiano salientou que o Conselho da Europa já tinha tomado posição ao condenar o «apartheid», referindo contudo que o problema era passar aos actos concretos, muito embora a própria Comunidade Europeia tivesse acabado por aprovar sanções limitadas ao país do «apartheid».

Comentou, no entanto — e em jeito de crítica —, o facto de certos países proporem sanções, quando são do seu interesse exclusivo, furtando-se à aplicação de outras (ou contrariando-as mesmo) quando os seus interesses são atingidos. Uma indirecta aos EUA que advogam sanções à Líbia, fazendo orelhas moucas às medidas punitivas contra o regime de Pieter Botha?

Mais vaga foi no entanto a resposta à questão da moratória soviética sobre a suspensão dos ensaios nucleares e ao apelo dos seis países reunidos em Ixtapa, no México.

Quanto a este assunto Andreotti considerou positiva a iniciativa soviética salientando que tinha de ser aprofundada na cimeira Gorbatchov-Reagan.

### A dívida externa

Assunto preocupante é a dívida externa dos países em vias de desenvolvimento e foi motivo de uma comunicação do deputado comunista Carlos Carvalhas.

Referenciando factos concretos, afirmou:

«Não se pode ignorar que a maioria dos países em vias de desenvolvimento recusam o Plano Baker e consideram necessário uma série de medidas de fundo, entre as quais a reforma do sistema monetário e financeiro internacional e a concretização de uma nova ordem económica mundial que ponha fim à desigualdade das trocas.

Se, em 1960, o dinheiro proveniente da venda de uma tonelada de café permitia adquirir 37,3 toneladas de adubos químicos, vinte anos mais tarde este número caiu para 15,8 toneladas pela mesma tonelada de café. E a situação é hoje ainda pior.

Os países em vias de desenvolvimento desejam ver excluída da prática internacional a política de blocos e as sanções económicas, quando não são directamente recomendadas pela comunidade mundial, como no caso da África do Sul.

Desejam ainda que uma parte das despesas que implica a corrida aos armamentos seja utilizada para o bem da humanidade e, prioritariamente, para responder aos problemas dos países em vias de desenvolvimento.»

Acrescentando de seguida a necessidade de uma procura comum para resolver a contento dos países em vias de desenvolvimento o problema do endividamento externo, pois a demora na sua resolução poderá levar a que a soma da dívida destes países no final do século seja de três milhões de milhões de dólares, Carlos Carvalhas destacou que «o problema da dívida gigantesca dos países da África, América Latina e Ásia não se resolve prosseguindo a corrida aos armamentos e mantendo situações de flagrante desigualdade nas relações comerciais, económicas e financeiras mundiais».

Recordando que a situação não se resolve com paliativos, abordou por último a situação de Portugal, país cuja dívida externa é também elevada.

E sobre este assunto adiantou: «Pensamos que qualquer política económica que tenha em conta os interesses nacionais implica a renegociação da dívida externa tendo em vista a obtenção de taxas de juro mais baixas e prazos de pagamento mais longos do que os actualmente em vigor.»

«O problema da dívida externa — finalizou — não é estritamente económico. É, nos dias de hoje, um problema político e diplomático a nível mundial.»

# Da Dinamarca, com solidariedade

Este ano vieram 45, expressamente para a Festa do «Avante!», e desde 1978 que é assim: um grupo de camaradas e amigos dinamarqueses metem-se a caminho e aí estão eles, todos os anos, a apreciar a nossa Festa! Como dissemos, desta vez vieram 45 — um número elevado, segundo nos afirmaram, que se explica no facto de na próxima Páscoa ir decorrer o 29.º Congresso do Partido Comunista da Dinamarca (DKP) e haver um interesse redobrado, por parte dos camaradas dinamarqueses, em tomar contacto com outras experiências. E há também uma história de solidariedade com a Reforma Agrária portuguesa, «acompanhando» os camaradas e amigos da Dinamarca.
Mas vamos por partes.

Este ano visitaram (e viveram) a Festa como é hábito desde 1978, avistaram-se com a Secção Internacional do PCP, num encontro com o camarada Domingos Lopes, encontraram-se igualmente com a Secção Internacional da CGTP-IN através de Carlos Carvalho e Fernando Maurício e mantiveram ainda um encontro com o MDM (sendo recebidos por Isaura Vieira), dado o grande número de mulheres que integrava o grupo dos 45 camaradas e amigos da Dinamarca.

Além disto, alugaram um autocarro e foram visitar várias UCPs e Cooperativas da Reforma Agrária no Alentejo e Ribatejo — concretamente a «Alfredo Lima» em Alpiarça, a «Águas Belinhas/Volta do Vale», em Coruche, «Brotas» e «A Luta é de Todos», em Mora.

A visita à «Alfredo Lima», em Alpiarça, já tem precedentes e resultados comerciais: desde 1984 (e na sequência das visitas dos camaradas e amigos escandinavos) que a Cooperativa Agrícola dinamarquesa **«Svanholm»**, na ilha da Zelândia, importa vinho produzido nesta Cooperativa de Alpiarça, que é comercializado na Dinamarca precisamente com o nome de «Vinho Alfredo» (na Festa do DKP deste ano ultrapassou-se o número das 100 000 garrafas já vendidas).

A «Svanholm» está interessada na importação de vinho da Reforma Agrária, já consumindo, além do «Vinho Alfredo», o moscatel e o Reguengos. E é aqui que começa a história da solidariedade com a Reforma Agrária.

Em 1981 numerosos jovens dinamarqueses, interessados nos problemas da agricultura, vieram para o nosso país trabalhar para a zona da Reforma Agrária formando, no seu país, uma Associação de Amizade com os trabalhadores da Reforma Agrária portuguesa.

Foi na sequência disto que se começou a importar o «Vinho Alfredo» em 1984 e se formou, em 25 de Abril, deste ano, um Comité de Apoio à Reforma Agrária que, segundo nos explicaram, é o organismo económico que administra os fundos obtidos pela venda do vinho (duas coroas por garrafa) e que tem por objectivo central apoiar economicamente as Cooperativas e UCPs.

Este ano, por exemplo, foram já entregues ao Secretariado das UCPs e Cooperativas de Évora fundos para a aquisição de um higrómetro e de um monitor vídeo para a formação profissional dos trabalhadores agrícolas, durante a visita, em Maio, de uma delegação do Comité de Apoio, enquanto o grupo que agora nos visitou trouxe um aparelho para medição da percentagem de gordura do leite (e também um técnico, para fazer a demonstração do aparelho), que foi entregue à vacaria da «Luta é de Todos», para uso também das cooperativas vizinhas.

Uma referência ainda ao empenho deste grupo de camaradas e amigos dinamarqueses em relação ao Congresso Mundial da Paz que se vai realizar em 14-19 de Outubro, em Copenhaga, e onde estará presente uma importante delegação portuguesa de 30 a 40 elementos, chefiada pelo marechal Costa Gomes: o grupo levou nas suas bagagens diverso artesanato português para ser vendido na Dinamarca a preços de solidariedade, para ajudar a financiar a estadia da delegação portuguesa, assim como está prevista a vinda para o nosso país de artesanato dinamarquês com o objectivo de contribuir para a aquisição de um imóvel para o Movimento Português para a Paz e Cooperação.

Camaradas e amigos dinamarqueses, força nisso... e até para o ano! E já sabeis que sois sempre bem vindos!

Trabalhadores

# Não há diálogo mas há luta!

**«Que faz o Governo para combater a descapitalização, a fraude e a corrupção nas empresas, para promover a criação — e não a destruição de postos de trabalho? Como é possível falar em desenvolvimento quem promove o desemprego de quem trabalha?»**

A estas perguntas, colocadas anteontem pela União dos Sindicatos de **Braga** (USB/CGTP-IN), não é capaz de responder o Primeiro-Ministro do Governo minoritário do PSD.

Cavaco Silva não consegue responder a essas questões (aliás, ele nem gosta de falar com os representantes dos trabalhadores, como se viu anteontem em Guimarães), nem tão-pouco evitar que os trabalhadores portugueses se mantenham unidos e determinados em numerosas acções de luta, que abrangem diferentes sectores de actividade e empresas em todo o País, e que têm como pano de fundo a defesa dos postos de trabalho e das empresas, a exigência de pagamento dos salários em atraso, a negociação de acordos e contratos justos e dignificantes, o diálogo construtivo com as administrações.

Anteontem em Guimarães, onde ainda se encontrava o PR, centenas de trabalhadores com salários em atraso, dos sectores têxtil e metalúrgico da região, protestaram vigorosamente contra a política laboral do Governo, chamando a atenção para os escândalos que envolvem empresas com a **Sampex** e **Carlos Matos** (Barcelos), **Gori** e **Polan** (Póvoa do Lanhoso), **Arquinho** (paralisada há 7 meses, afectando 400 trabalhadores), **Chromolit** e **Miguel Marques**, estas últimas de Guimarães.

O direito ao trabalho e à dignidade de cidadão — e falando ainda de acções desenvolvidas no Norte — é uma saliente nos contratos mantidos com autarquias pela comissão distrital do **Porto** de luta contra o desemprego, situação que afecta largos milhares de residentes naquele distrito.

Enquanto a luta nos **CTT** prossegue até dia 28, com greve às horas extraordinárias e à condução por acumulação de funções, registando forte adesão entre os trabalhadores da empresa, mantém-se um propositado clima de indefinição quanto ao futuro dos postos de trabalho da **Anop** e do próprio serviço da agência.

Da **RN** vem a condenação firme do acordo «beija-mão» imposto pela administração em conluio com a UGT. A 7 de Outubro decorrerá um plenário de organizações sindicais, onde será elaborada uma proposta de trabalho a apresentar ao plenário nacional de ORTs previsto para o dia seguinte (8).

E já que se fala de plenários, registe-se o dos trabalhadores da **Petrogal** (hoje e amanhã), que vão decidir sobre formas de luta pela revisão salarial na empresa, repudiando desde já os 13 por cento propostos pelo conselho de gerência.

De **Coimbra** vem, entretanto, a notícia da realização a 24 e 25 de Outubro do 1.º Congresso da União dos Sindicatos daquele distrito. Por seu turno, reunido recentemente, o Conselho Nacional da **Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços** chama a atenção para as situações de desemprego, salários em atraso e emprego precário no sector.

A **Sorefame** (luta pela viabilização da empresa), a **TAP** (em defesa da empresa, contra a gula da reprivatização em ameaça), o **STCP** (prazo concedido à administração para regulamentação do prémio de produtividade), a **CP** (impasse na revisão do regulamento de carreiras), a par da **EPAC** (ver nesta página), contam-se entre as empresas de grande dimensão cujos trabalhadores são obrigados a enfrentar com dinamismo e forte espírito de unidade, luta e coesão a fuga ao diálogo, a tentativa de imposição de «factos consumados» por parte das administrações e do Governo, que com a sua política anti-social e demagógica (ver a questão da abertura do ano escolar) é o verdadeiro responsável pelo alastrar das lutas e dos problemas.

# Sindicatos rejeitam desmantelamento da EPAC

Na sequência da promulgação do decreto-lei que constitui a Silopor, sociedade anónima de responsabilidade limitada, a Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços (FEPCES) enviou já a todos os grupos parlamentares, à excepção do PSD, um pedido para que o diploma seja submetido à ratificação da Assembleia da República com vista à sua revogação, tendo ainda solicitado a este órgão de soberania que submeta à apreciação do Tribunal Constitucional o referido decreto-lei, o qual desmantela o mais importante património da EPAC.

Justificando a sua solicitação, a FEPCES lembra que o decreto-lei se inscreve no quadro das orientações constantes dum documento do secretário de Estado da Alimentação através do qual se aponta para o desmembramento da EPAC e para a constituição, a partir do seu património e actividades, de três empresas «com a configuração jurídica de sociedades anónimas de capitais públicos».

Sob o pretexto da adesão à CEE, do que se trata, afinal, como denunciam os sindicatos, é de liquidar a EPAC e de transferir o seu valioso património para empresas que vão actuar na mesma área, abertas e ao serviço da «iniciativa privada».

A este propósito, recorde-se que o diploma destaca para a Silopor – numa operação que as organizações sindicais apelidam de «autêntico maná» – o terminal portuário da Trafaria (recentemente concluído e avaliado em 17,5 milhões de contos), o Terminal do Beato, o Terminal portuário do Leixões, armazéns situados no Montijo e Seixalinho e ainda o edifício Conde Valbom, em Lisboa, com todos os equipamentos, instalações e materiais afectos à actividade da EPAC nestes locais.

Para se avaliar melhor o que está em jogo, recorde-se que a EPAC actua numa área estatégica, garantindo o regular abastecimento do País e a recolha e comercialização da produção nacional de cereais, sendo ainda pelo volume da sua facturação uma das três primeiras empresas nacionais, e uma das que apresenta maiores índices de rentabilidade, pese a ofensiva destruidora e a péssima gestão a que tem estado sujeita nos últimos anos.

Ainda de acordo com a Federação do Comércio importa acentuar que neste processo – em tudo idêntico ao caso da Socarmar que, lembre-se, mereceu uma declaração de inconstitucionalidade por parte do Tribunal Constitucional –, ao contrário do que afirma o Governo no preâmbulo, os trabalhadores não foram consultados quer sobre as orientações gerais quer sobre este decreto-lei em concreto.

**Para deixarem bem clara a sua «posição de repúdio» pelo decreto governamental que pretende desmantelar a Empresa Pública de Abastecimento de Cereais, os trabalhadores da EPAC paralisam por 24 horas no próximo dia 7 de Outubro, data em que realizam um Encontro Nacional, em Lisboa.**

**Estas resoluções foram tomadas segunda-feira numa reunião das Estruturas Representativas dos Trabalhadores (ORT's).**

**Nesta reunião, os trabalhadores decidiram ainda desencadear uma campanha de esclarecimento junto dos trabalhadores da empresa, nomeadamente através de plenários, reuniões e distribuição de documentos.**

**Foi decidido ainda o desenvolvimento de contactos junto dos órgãos de soberania «com vista a conseguir que o decreto seja submetido a ratificação pela Assembleia da República».**

**No caso de entretanto ser agendada na AR a discussão do pedido de ratificação do decreto, o Encontro Nacional dos Trabalhadores da EPAC realizar-se-á em data posterior àquela em que está agendado.**

## Sector Químico e Farmacêutico

# Agrava-se situação social

A destruição de oito mil e quinhentos postos de trabalho registada durante os últimos quatro anos no sector químico e farmacêutico, a par da manutenção de salários em atraso e do alastramento de formas de emprego precário, constituem indicadores seguros do agravamento da situação social que atinge os trabalhadores desta actividade profissional em resultado da política que o actual Governo do PSD, na esteira dos que o precederam, tem laboriosamente desenvolvido, política essa que, de acordo com fontes sindicais, poderá conduzir a curto e médio prazo à destruição de 25 por cento dos postos de trabalho existentes em 1982.

A grande maioria dos postos de trabalho até agora destruidos, recorde-se, foram-no sob a forma das chamadas «reformas antecipadas» e «rescisões por mútuo acordo», tendo as restantes destruições de postos de trabalho ocorrido em consequência de falências e encerramento de empresas.

A este panorama importa ainda acrescentar o crescimento vertiginoso de várias formas de emprego precácio em prejuízo do emprego estável e permanente, designadamente através de modalidades como os contratos a prazo (dez por cento dos trabalhadores do sector), do aluguer de mão-de-obra, do trabalho a tempo parcial e ainda do trabalho domiciliário.

No comunicado em que alerta para esta situação a Federação dos Sindicatos da Química e Farmacêutica considera ainda que o quadro actualmente existente não constitui uma fatalidade, sendo possível «modernizar e aumentar as actividades produtivas do sector» por forma a criar mais riqueza e mais emprego que permitam entre outras coisas reduzir o saldo negativo que apresenta o balanço das importações/exportações de mercadorias químicas e farmacêuticas o qual se elevava no ano de 1984 para a casa dos 67 milhões de contos.

No âmbito dos trabalhos preparatórios do IV Congresso da Federação da Química e Farmacêutica, a realizar em 29 e 30 de Novembro, está entretanto a ser discutido pelos trabalhadores do sector um projecto de programa de acção em torno do qual se pretende intensificar a luta contra os despedimentos, contra os contratos a prazo e os salários em atraso, por uma verdadeira política de formação, reconversão e reciclagem profissional.

# As Universidades privadas e o Ministério da Educação

Em comunicado de Imprensa agora divulgado pela sua direcção, o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL), «tal como já o fez recentemente a Associação Académica de Coimbra, exige uma sindicância ao ensino superior privado e a saída de legislação coerente que ponha termo a uma situação que não dignifica o ensino superior» em Portugal.

A nota dirigida aos órgãos de Comunicação Social pelo SPGL, abordando «a dança do reconhecimento-não reconhecimento de Universidades privadas», avança algumas reflexões sobre «a decisão do Ministério da Educação de não reconhecer o ensino superior praticado na chamada Universidade Livre».

Um primeiro apontamento:

«Em anterior comunicado de Imprensa, a Federação Nacional dos Professores (FENPROF), de que faz parte o SPGL, tinha já manifestado a sua indignação pela facilidade com que em Portugal se reconhecem universidades privadas. Assim, não estão claros os critérios que permitiram o reconhecimento de três universidades privadas, das quais duas — a «Lusíada» e a «Portucalense», são cisões da chamada Universidade Livre.»

E prossegue o comunicado do SPGL, assinado por António Costa, membro da sua direcção:

«Na verdade, não é claro que estas «Universidades» sejam melhores que a Livre, pois nenhuma delas cumpre os objectivos fixados para as Universidades do Estado: ligação íntima docência-investigação, formação dos seus próprios docentes.»

## Incoerência do Ministério

Entretanto, «ao fechar a Universidade Livre o Ministério dá (mais uma) prova de incoerência», como refere a FENPROF. Vejamos: o mesmo Ministério, de uma forma geral a mesma equipa dirigente que em Julho último assinava um protocolo para a formação dos professores efectivos do Ensino Secundário dos 10.º, 11.º e 12.º anos da via técnico-profissional (um «malbaratar de dinheiros públicos»), vem agora dizer que «a Universidade Livre não tem competência para formar seja quem for». Em que ficamos?

Chamando mais uma vez a atenção da opinião pública para **os interesses obscuros que estão por detrás desta dança de reconhecimento-não reconhecimento de Universidades privadas**, a FENPROF «aproveita para denunciar a falta de escrúpulos com que se criam postos de trabalho (as Universidades privadas não têm só os nomes sonantes com que se arregimentam alunos, mas também outros trabalhadores docentes e não docentes) para depois os encerrar frustrando as justas aspirações de carreira de docentes (mal) contratados. Não são só os interesses dos alunos que estão em jogo, como pretende o sr. ministro», conclui a Federação.

Terra

## Encontro de Culturas Outono/Inverno

# Reforma Agrária é a solução

O Encontro de Culturas Outono/Inverno de 1986/87 das UCP's/Cooperativas Agrícolas que se realizou no passado sábado em Ponte de Sôr «reafirma que a Reforma Agrária continua a ser a solução para o desenvolvimento da agricultura nos campos do Sul e para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores». Para a «completa libertação das suas enormes potencialidades», salienta-se no documento final, «é necessária uma nova política, que estimule quem trabalha a terra, que aproveite os recursos, que promova o bem estar social».

Política essa que «não é possível com governos como o actual, que privilegia a destruição do aparelho produtivo e a sua entrega aos grandes interesses privados e latifundiários».

Ao reclamarem das forças democráticas maioritárias na Assembleia da República o entendimento e a convergência «com vista a encontrarem uma alternativa democrática para o país», e ao apelarem para o reforço da luta dos trabalhadores por aquele objectivo, os participantes neste Encontro de Culturas salientam que, contrariando a ofensiva desencadeada pelo Governo, as UCP's/Cooperativas Agrícolas alcançaram resultados superiores à média nacional em algumas culturas, como é o caso do trigo (ver caixa).

O Encontro «alerta ainda o país para as condições para que está a ser conduzida a agricultura portuguesa, com graves consequências a curto e médio prazo para os pequenos agricultores, UCP's/Cooperativas e para o desenvolvimento independente do país. As dificuldades e restrições impostas — com a adesão à CEE — à produção agrícola nacional, designadamente em culturas empregadoras de muita força de trabalho, como é o caso do tomate, levam à diminuição das áreas que lhe são dedicadas com o consequente incremento do desemprego, a curto e médio prazo, e numa cada vez maior dependência do país em relação ao estrangeiro, nomeadamente com o aumento das importações agrícolas e de bens alimentares».

Salientando a continuação da intenção do Governo de destruir a Reforma Agrária, este Encontro denuncia a «continuação da abertura a novos e ilegais processos de usurpação de terra e sua entrega aos agrários, sob o pretexto de reservas», e a recusa do Governo em aplicar os 356 acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo favoráveis aos trabalhadores.

Os presentes no Encontro de Culturas — resumindo — reclamam «o fim da ofensiva contra a Reforma Agrária e a criação de condições de estabilidade que permitam às UCP's produzir, trabalhar e investir com segurança».

### O trabalho também é luta

Para que se ultrapassem as dificuldades impostas pela ofensiva governamental contra a Reforma Agrária, é salientada, nas Conclusões deste Encontro, a necessidade da generalização da adopção de técnicas adequadas e a melhoria dos procedimentos culturais, para o que é importante a escolha adequada das espécies a cultivar, tendo em conta as características do solo, a selecção das sementes — com menos de 13,14 por cento de humidade —, a preparação do solo e um bom escalonamento das sementeiras.

Apesar de se continuar a prestar uma atenção central ao cultivo dos cereais, o Encontro concluiu pela necessidade de se cultivarem espécies adequadas ao solo e de rendimento e escoamento assegurado, uma vez que «as consequências da desastrosa adesão à CEE coloca-nos exigências técnicas em muitos casos desadequadas ao nível de desenvolvimento da agricultura nacional, limites de produção (como no caso do tomate) e preços definidos fora do país, sem terem em conta os custos médios das produções agrícolas em Portugal».

Por isso, e além dos cereais, foi visto dar mais atenção à cultura das oleaginosas, continuar a incrementar a área de forragem e pastagens e reforçar o esforço da melhoria da produção animal.

A necessidade de uma boa planificação e organização do trabalho foi salientada nas conclusões do Encontro, dada não só a discriminação como a intensão de se melhorarem sempre e sempre os resultados obtidos pelas UCP's/Cooperativas.

### EPAC

«O Encontro — salienta-se no documento final — protesta contra o desmantelamento da EPAC e contra a entrega escandalosa do seu património e do mercado de cereais ao sector privado e às multinacionais», ao mesmo tempo que alerta as UCP's/Cooperativas Agrícolas e os pequenos agricultores para «as manobras demagógicas anunciadas e decretadas pelo Governo, ao oferecer um subsídio de 10 escudos por quilo aos produtores de cereais agrupados em Cooperativas que entreguem o trigo à indústria moageira e que poderá conduzir, a curto ou médio prazo, a que os produtores fiquem nas mãos dos interesses industriais e multinacionais sem as garantias hoje existentes com a EPAC. Esse subsídio anunciado — salientam — nem sequer irá parar ao produtor (pequenos agricultores ou UCP's/Cooperativas), mas a industriais e grandes proprietários agrupados em falsas cooperativas que, intervindo no circuito intermediário, recebem assim aquele subsídio».

Nas conclusões deste Encontro de Culturas afirma-se ainda que «é necessário reforçarem-se as estruturas de coordenação da Reforma Agrária. Nesta medida, o Encontro congratula-se com o anúncio do início dos trabalhos de constituição da Federação Nacional das Cooperativas de Produção Agrícola e da União das Cooperativas Produtoras de Tabaco, como passos importantes para a representação do sector e da Reforma Agrária em particular e para o reforço da organização e articulação regional da Reforma Agrária».

Por ser «impensável desenvolver-se a agricultura sem o necessário apoio e estímulo do Estado, o que continua a não acontecer em Portugal, particularmente no que respeita à Reforma Agrária», os representantes das Cooperativas mandataram «os Secretariados para denunciarem junto da Assembleia da República e das instituições comunitárias a discriminação ilegal de que são alvo as UCP's/Cooperativas Agrícolas».

## Pão para toda a gente

«Em termos globais, quando se estima para este ano, uma quebra global de cerca de 8% na produção nacional de cereais de pragana, as UCP's/Cooperativas Agrícolas conseguem manter a sua produção a níveis elevados, apesar das deficientes condições climáticas, designadamente das geadas caídas tardias.

Algumas UCP's/Cooperativas conseguiram mesmo rendimentos unitários muito superiores às médias nacionais e aproximando-se das médias de países com uma agricultura muito mais desenvolvida.

Eis alguns exemplos da produção de trigo: UCP Flor do Alentejo: 2900 kg/ha; UCP Torre de Coelheiros: 2560 kg/ha; UCP Vale d'El Rei: 2610 kg/ha; UCP da Liberdade: 2371 kg/ha; UCP Comenda de Santa Justa: 1980 kg/ha; UCP Rainha do Sul: 1869,5 kg/ha; Coop. 29 de Julho: 1900 kg/ha; Coop. Valongo do Sul: 2200 kg/ha; UCP Terra de Catarina: 2104 kg/ha; UCP Terra de Pão: 2344 kg/ha; Coop. Agrícola da Apariça: 2564 kg/ha; Coop. do Monvestido: 2000 kg/ha; UCP Margem Esquerda: 2553 kg/ha.

Por sua vez UCP's/Cooperativas houve que levando à prática orientações e procedimentos tecnológicos mais modernos utilizando variedades diferentes mais produtivas, utilizando semeadores à linha, conseguiram, fosse em áreas gerais de sementeiras, fosse em campos experimentais, rendimentos que atingiram no trigo 3700 e 4000 kg/ha ou em cevada 4720 kg/ha. São os exemplos da Coop. 1.º de Maio de Avis; Torre de Coelheiros, em Évora; Comenda de Santa Justa, em Arraiolos ou Cravo Vermelho, em Montemor-o-Novo.»

**(das conclusões do Encontro de Culturas)**

## Adesão à CEE

# Toneladas de tomate apodrecem

Em nota distribuída aos órgãos de comunicação social, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) dá conta de que milhares de toneladas de tomate estão em risco de apodrecimento. Os produtores deste fruto — destinado à indústria de concentrado — estão a ser directamente prejudicados com a adesão de Portugal à CEE, uma vez que «os nossos governantes continuam a aceitar a quota livre de apenas 120 mil toneladas impostas pela Comunidade e a agir de acordo com esta imposição».

As dificuldades no escoamento de tomate, de cuja produção Portugal alcança um dos maiores índices de produtividade por hectare em toda a Europa, fazem com que a CNA exija que as autoridades «procedam de imediato à renegociação com a CEE do limite imposto».

A CNA exige ainda que o Governo desbloqueie os créditos necessários para que a indústria recolha e pague o produto em risco de apodrecimento.

### Cantanhede

Na reunião da União dos Agricultores de Cantanhede, realizada no domingo, foi reclamada a garantia do escoamento de todo o vinho, devido à previsível baixa do grau da próxima vindima.

Os produtores focaram, com especial incidência, o problema da legalização da vinha, tendo as cerca de duas dezenas de presentes na reunião reclamado dos organismos oficiais a divulgação da legislação junto da lavoura.

Neste encontro foi ainda manifestada preocupação pelo facto de terem sido detectados alguns casos de peste suína africana na região, pelo que foi reclamada a adopção de medidas preventivas contra o eventual alastramento desta praga.

Michel Grimaud
A dama de couro
CAMINHO DE BOLSO
TEXTO INTEGRAL
CAMINHO
ficção científica

Payan apercebeu pelo canto do olho as cabeleiras ruivas, brancas, negras, azuladas, mosqueadas, sentiu os olhares que convergiam para ele, surpreendeu movimentos rápidos, viu espargir-se um círculo de vapor de água opaco.

PCP

# REFORÇAR A ORGANIZAÇÃO

## Algumas direcções de trabalho

**«Após o Verão, reforçar a organização».** Podia ser o lema de uma campanha, de uma assembleia ou de qualquer outra iniciativa do Partido.

Trata-se apenas de um dos títulos da última edição de «O Militante», boletim de organização do PCP. Um título que sintetiza e recorda de forma oportuna um conjunto de preocupações e tarefas que os militantes comunistas têm agora pela frente, depois de passada a Festa do «Avante!» e o período das férias.

Lembrando que «o fortalecimento do Partido é uma questão essencial para impor a alternativa democrática» e que «o reforço da organização é uma das direcções prioritárias do seu fortalecimento», «O Militante» de Setembro aponta algumas direcções fundamentais de trabalho, que nós resumimos e ilustramos assim nestas colunas do primeiro «Avante!» deste Outono de 1986.

### Imprensa

*Cabe principalmente aos organismos dirigentes desenvolver um mais intenso esclarecimento sobre o papel da nossa imprensa e a necessidade dos militantes, e não só, a acompanharem com atenção.*

*Tem de ser um objectivo sempre presente o fazer compreender que a leitura dos documentos do Partido e da informação que ele veicula é essencial para o cumprimento das tarefas dos militantes.*

*Essa leitura é indispensável para o nosso esclarecimento, para o combate ideológico contra uma comunicação social altamente poderosa que atinge milhões de portugueses e os envenena continuamente.*

*Há concelhos do nosso país onde não chega o «Avante!». Há regiões onde o número de exemplares que são vendidos é muito reduzido. É necessário que se vençam estas debilidades através da persuação, do convencimento do papel que desempenha uma maior divulgação da imprensa do Partido.*

### Reuniões

***Cabe a todos os organismos dirigentes do Partido a convocação das reuniões necessárias para conseguir uma ampla participação dos militantes.*** *Nessas reuniões, na base do documento aprovado na última reunião do Comité Central (Junho passado) e na base da intervenção do camarada Álvaro Cunhal na Festa do «Avante!», há que esclarecer bem as características da actual situação, os seus aspectos positivos e as dificuldades que subsistem. Há que ter a ideia firme de que as dificuldades se vencem, e vencem-se tanto mais rapidamente quanto mais numerosos forem os participantes e mais esclarecidos estiverem. Há que discutir as condições concretas que caracterizam a empresa, a localidade, o meio onde a organização actua, pois a participação e a ligação às massas tem de ter em conta aquelas condições.*

***Nas reuniões a efectuar é indispensável encarar os problemas orgânicos com atenção e vontade de os resolver, nunca perdendo de vista que tais problemas têm uma solução mais fácil se há uma boa motivação e participação por parte dos membros do Partido.***

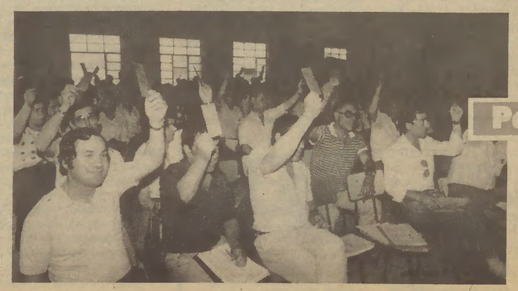
### Recrutamento

*Também em relação ao* ***recrutamento****, importaria que fossem divulgadas algumas experiências que, em muitas regiões, têm tido lugar e que podem servir de exemplos para outras organizações.* ***A discussão sobre o recrutamento e o acompanhamento da sua realização devem fazer parte da ordem de trabalhos das reuniões regulares do Partido.***

*Nessa discussão tem de haver o cuidado, em geral, de voltar especialmente o recrutamento para os jovens. Por outro lado, o recrutamento deverá privilegiar os trabalhadores e elementos de outras camadas sociais que se têm destacado nas lutas reivindicativas e demais lutas. Além disso, é necessário não esquecer os muitos candidatos da APU nas últimas eleições autárquicas que são simpatizantes do Partido e não têm sido suficientemente acompanhados e chamados a uma maior actividade, à própria militância no Partido.*

### Formação de quadros

*A formação dos quadros tem um grande relevo no fortalecimento da organização e da actividade partidárias.* ***O Reforço quantitativo e qualitativo dos quadros****, a que o nosso Partido está dedicando actualmente uma maior atenção* ***irá conduzir, sem dúvida, à elevação do nível político dos organismos do Partido e à criação de outros organismos,*** *necessários para alargar e aprofundar a ligação aos trabalhadores, às outras camadas sociais, às questões que preocupam as populações de todo o País.*



### Entrega de cartões

Em todas as organizações procura-se levar por diante algumas directrizes que têm por fim o reforço da organização.

As campanhas que se estão realizando para contactar militantes desligados somou-se, a partir de Março deste ano, a entrega dos cartões do Partido para 1986-87.

(...) Tem-se avançado bem na entrega dos cartões e a realização dessa tarefa tem contribuído para se chegar a muitos camaradas que não tinham qualquer contacto com o Partido. Essas experiências positivas, bem como muitas outras nas diversas Organizações Regionais, devem ser alargadas a todo o lado para que, até ao fim do ano, a entrega dos cartões aos actuais militantes esteja, em geral, realizada.

O contacto com todos os membros do Partido tem atingido, assim, um nível mais elevado. Muitas experiências têm sido colhidas, mas é necessário ter em particular atenção que **a origem da falta de contacto está, principalmente, nas deficiências do trabalho orgânico.**

### Pagamento de quotas

***É necessário que****, ao mesmo tempo que se vão vencendo certas debilidades orgânicas relacionadas com a estruturação e o contacto com os militantes,* ***se vá acentuando a discussão sobre o pagamento das quotas de modo a que os camaradas compreendam melhor a sua própria condição de membros do Partido.***

*A discussão sobre as quotas deve salientar antes de mais a responsabilidade do seu pagamento regular, combinando-se com rigor a forma de o fazer. Quando há longo períodos de falta de pagamento é, por vezes, necessário ter em conta as dificuldades reais na sua actualização, e procurar encontrar uma solução capaz de ultrapassar essas dificuldades. Por outro lado, é necessário discutir a elevação de muitas quotas que mantêm um valor insignificante ou para o nível dos preços actuais ou para o nível dos rendimentos dos militantes.*

## Assembleia do Partido em S. Miguel (Açores)

Está marcada para **26 de Outubro** a 1.ª Assembleia da organização do PCP na ilha de S. Miguel, Região Autónoma dos Açores.

A reunião decorrerá na cidade de Ponta Delgada, com a participação de cerca de 80 delegados, eleitos nas várias organizações locais do Partido naquela ilha. Os debates preparatórios e a Assembleia em si contam com uma importante base de discussão, o documento intitulado «**Reforçar o PCP, democratizar a autonomia**».

Aspectos da actividade e da orientação do Partido, lutas sociais, problemas e aspirações do povo trabalhador, a política do Governo Regional PSD e a necessidade de reforçar a oposição democrática nas ilhas dos Açores são (entre outros) temas em destaque no documento.

Ponto alto da Assembleia será também a eleição do novo organismo de direcção do Partido em S. Miguel — a Comissão de Ilha.

**4 e 5 de Outubro**

## *Festa da Paz e da Amizade*

Música popular, fado, dança *jazz*, desporto e debate político serão pontos salientes do programa da **Festa da Paz e da Amizade,** a realizar na Ajuda (isso mesmo: lá perto da Festa do «Avante!), a **4 e 5 de Outubro** próximo, por iniciativa dos comunistas da 2.ª zona da Organização Local de Lisboa do PCP.

Marcada para o Largo do Rio Seco, a festa incluirá uma mini-maratona da paz e da amizade na manhã do dia 5, para a qual estão desde já convidados todos os interessados. As inscrições para esta prova de atletismo funcionam nos Centros de Trabalho do PCP na Ajuda, Alcântara e no Vitória (Comité Local).

A noite da juventude (dia 4) e o comício com Dias Lourenço, da Comissão Política do Partido (dia 5 às 21 horas), vão certamente mobilizar o interesse de muitos dos participantes na Festa da Paz e da Amizade, a que nos referiremos com mais pormenores na próxima semana.

A 2.ª Zona da Organização Local de Lisboa é constituída pelas freguesias da **Ajuda, Alcântara, Belém, Prazeres e São Francisco Xavier.**

**Açores**

## Recrutamento na Ilha Terceira

Trazer ao Partido 50 novos membros até ao fim do ano é objectivo da campanha de recrutamento em curso na ilha Terceira, Região Autónoma dos Açores.

As acções do recrutamento são orientadas prioritariamente para os operários e outros trabalhadores assalariados que se têm destacado pela dedicação e combatividade na luta contra a política de direita, pela defesa dos interesses e dos direitos de quem trabalha. Entre as outras camadas antimonopolistas e, naturalmente, entre a juventude, o Partido irá também reforçar-se com esta campanha, para a qual existem boas perspectivas, como assinala a Comissão de Ilha, do PCP.

A campanha iniciou-se neste mês de Setembro. Na ilha Terceira o Partido conta actualmente com 150 membros.

**Nacional**

## *«Dias da URSS» comemoram 69.º aniversário do Grande Outubro*

### Delegação da Georgia em Portugal

A República Socialista Soviética da Georgia será este ano a representante da Pátria de Lénine nas comemorações do Grande Outubro em Portugal, neste 69.º aniversário. Uma delegação oficial daquela República estará entre nós de 25 de Outubro a 9 de Novembro. Mas não virá sozinha...

Nos próximos «Dias da URSS em Portugal» teremos também um grupo artístico de cerca de 40 elementos, um cozinheiro e uma exposição de artesanato georgiano. Os visitantes da Georgia estarão em várias localidades do país.

Como revela a «Paz e Amizade», revista da Associação Portugal-URSS, o grupo artístico «Rustavi» é um conjunto profissional dos mais prestigiados da União Soviética e de renome internacional, tendo-se apresentado com assinalável êxito nos Estados Unidos e noutros países. Mensageiro activo da cultura, dos costumes e tradições do povo georgiano, os «Rustavi» apresentarão entre nós as danças e os cantares daquela República, incluindo, naturalmente, a «Handjuluri», a dança com punhais, e a «Mtiuluri», a dança montanhesa dos cavaleiros, danças que proporcionam sempre momentos emotivos e de grande espectáculo.

**Funchal**, (24 a 29 de Outubro), **Porto** (31 Out.), **Vila Real** (1 Nov.), **Viana do Castelo** (2 Nov.), **Braga** (3 Nov), **Viseu** (4 Nov.), **Tortosendo**/Covilhã (6 Nov.), **Portalegre** (7 Nov.), **Lisboa** — Coliseu dos Recreios (8 Nov.) e **Montijo** (9 Nov) vão assistir aos espectáculos vibrantes dos «Rustavi».

A gastronomia georgiana terá, como já referimos, um mestre em Portugal. Espera-o muito trabalho para os almoços e jantares de confraternização previstos em **Lisboa, Silves, Sines, Évora** e **Amadora.**

A exposição de arte popular georgiana, constituída por mais de uma centena de peças de artesanato tradicional da Georgia, além de trabalhos em fotografia e pintura, será exibida na capital e noutras localidades.

Recorde-se, finalmente, que um pouco por todo o País os núcleos da Associação Portugal-URSS têm numerosas iniciativas em preparação para assinalar a efeméride.

Máximo Gorki

Colecção «Uma Terra sem amos» Editorial CAMINHO

**A mãe**

É um livro necessário. Muitos operários participam no movimento revolucionário de um modo não consciente, espontâneo, e ler **A mãe** ser-lhes-á de grande proveito. É um livro muito oportuno.

**V.I. Lénine**

Poder Local

## PCP propõe

# Lisboa no OE

«Na sequência dos estudos e projectos que o Partido Comunista vem apresentando para a resolução dos graves problemas com que se defronta o Distrito de Lisboa, a Direcção da Organização Regional de Lisboa do Partido Comunista Português, promoveu no dia 15 de Setembro de 1986, uma reunião com deputados e eleitos nos órgãos das Autarquias Locais, pelo Distrito de Lisboa, com vista à preparação de propostas a incluir no Orçamento do Estado para 1987», informa uma nota da SIP do PCP, que refere ter sido feito «o balanço das possíveis áreas prioritárias a serem contempladas com os necessários financiamentos no Orçamento do Estado 1987».

«A reunião», prossegue o documento, «permitiu avaliar que existem projectos e propostas com perfeita fundamentação social, técnica e económica, que, impondo-se para a melhoria da qualidade de vida das populações deste Distrito, nada pode justificar, que nas actuais condições financeiras do País, sejam uma vez mais adiadas». Assim, «com vista a uma eficaz organização da apresentação das propostas, com detalhado conhecimento das intenções e prioridades dos interessados, foi deliberado que os Deputados Comunistas, eleitos pelo Distrito de Lisboa, vão diligenciar de imediato, a solicitação de entrevistas às Câmara Municipais e às entidades públicas com intervenção nas matérias».

Entre outros problemas, os deputados comunistas visarão, nesses contactos, recolher elementos nas seguintes áreas prioritárias:

• melhoria das acessibilidades, vias de comunicação e transportes (implementação da Comunidade de Transportes da Região de Lisboa, construção das Circulares Regionais Exterior e Interior de Lisboa — CREL e CRIL —, ligação Norte-Sul/prolongamento da Av. Ceuta, melhoria da rede ferroviária e continuação das obras e prolongamento do Metropolitano);

• investimentos no sector da saúde (construção de dois novos Hospitais Distritais — Amadora-/Sintra e Loures — e melhoria do funcionamento dos Centros de Saúde e Postos de extensão);

• investimentos na área da educação (rede de escolas e ensino preparatório e secundário e outras medidas tendentes a impedir a sistemática ruptura do ano escolar);

• no domínio da habitação (programas de apoio à recuperação dos imóveis degradados, lançamento de programas de habitação social e apoio às Cooperativas e apoio a programas de reconversão e recuperação de bairros clandestinos);

• no domínio do ambiente (reforço da captação, distribuição e melhoria da qualidade da água, resolução dos graves bloqueios no tratamento e destino final dos lixos — recorrendo a soluções de cooperação entre municípios vizinhos —, despoluição das ribeiras e bacias hidrográficas envolventes e do Estuário do Tejo, Saneamento da Costa do Estoril e da Cidade de Lisboa, plano de defesa contra as Cheias, preservação da Área de Paisagem Protegida Sintra/Cascais);

• preservação do Património Cultural e Histórico e acção cultural concertada entre os vários agentes intervenientes;

• investimentos na construção de equipamentos e reparações e apoio à actividade das Colectividades de Cultura e Recreio e Bombeiros;

• implementação de estudos sérios com vista à rápida construção da rede de Mercados Abastecedores.

Tendo este conjunto de iniciativas por objectivo fundamental a apresentação de propostas a incluir no Orçamento do Estado 1987, a DORL do PCP, no mais breve espaço de tempo, «trará ao conhecimento da população do Distrito de Lisboa as propostas concretas que, por intermédio do Grupo Parlamentar do PCP, serão apresentadas».

«É possível — conclui-se — resolver os graves bloqueios e carências do Distrito de Lisboa.

Os comunistas colocam-se, desde já, à disponibilidade de todas as forças democráticas com assento na Assembleia da República para, em conjunto, encontrar consensos em torno das propostas que melhor sirvam os interesses das populações, desta região.»

# Atenção, Almada, vêm aí eleições!

Vai haver eleições em Almada e não é «coisa» pequena: trata-se de um acto cívico que, no próximo dia 2 de Novembro, vai «mexer» com qualquer coisa como 112 180 eleitores! Camaradas e amigos deste industrioso concelho da margem sul do Tejo: já se certificaram se o vosso nome não faz parte de tão numeroso grupo eleitoral? É que se for esse o caso, é necessário tomar providências! Levantando os novos cartões de eleitor, por exemplo...

Mas vamos por partes.

O Concelho de Almada, até aqui com cinco Freguesias (Almada, Cova da Piedade, Caparica, Costa da Caparica e Trafaria) passou a ter mais cinco: **Pragal** e **Cacilhas** (saídas da Freguesia de Almada), **Laranjeiro** (saída da Cova da Piedade), **Sobreda** e **Charneca de Caparica** (saídas da Caparica). Posto isto, vão ser necessárias eleições, quer para as cinco novas Freguesias agora criadas, quer para as três «Freguesias-mãe» (digamos assim), o que vai ocorrer, como já informámos, no próximo dia 2 de Novembro.

Daqui resulta que **só não vai haver eleições em duas Freguesias** (Costa da Caparica e Trafaria), por não terem sido «mexidas» neste alargamento de órgãos autárquicos no Concelho de Almada: tudo o resto é «corrido» a voto, o que não deixa de ser salutar!

Entretanto, como não podia deixar de ser, o Partido já se está a mobilizar para a questão, com iniciativas que, embora referidas na «Agenda» deste número, aqui assinalamos «de carreirinha»:

**Dia 27 (sábado):** Plenário de quadros do Partido, pelas 15.00, no Centro de Trabalho de **Almada**, com a participação de **Carlos Ramildes**, da CP do CC do PCP e **João Bernardino**, do CC do PCP, de Comissões Locais e de Freguesia, executivos e secretariados de células, toda a Comissão Concelhia, outros quadros ligados às eleições e todos os eleitos comunistas em autarquias do Concelho; no parque de jogos de **Monte da Caparica** manhã desportiva com provas de atletismo, seguido de almoço de confraternização com a participação dos candidatos à AF de Caparica, prevendo-se um comício para apresentação de candidatos, onde estará presente Carlos Ramildes, e um espectáculo no final; em **Charneca da Caparica**, no «Clube Recreativo Charnequense», haverá, pelas 21.30, a apresentação de candidatos APU seguida de espectáculo.

**Dia 28 (domingo):** Na **Sobreda**, contactos dos candidatos com a população, e porta-a-porta na **Charneca**.

Entretanto vai haver uma reunião **hoje**, dia 25, no **CT concelhio de Almada**, promovida pela Comissão de Freguesia do PCP da **Cova da Piedade**, com todos os candidatos concorrentes nas listas da APU.

## PCP em debate

# Reunião nacional de quadros sobre as Regiões Administrativas

**Realiza-se no próximo domingo, dia 28 de Setembro, com início às 10 horas, no Cine-Plaza, na Amadora, uma Reunião Nacional de Quadros do PCP sobre as Regiões Administrativas.**

Na reunião participarão dirigentes nacionais e regionais do PCP, eleitos nos órgãos do Poder Local, técnicos e especialistas ligados às matérias em debate. Participam nesta reunião Carlos Costa e Carlos Brito, membros da Comissão Política do CC do PCP.

Às 16.30 de domingo, realizar-se-á um encontro com os órgãos de Comunicação Social, para uma informação sobre as principais conclusões desta reunião.

Recorde-se que o PCP apresentou na Assembleia da República um Projecto de Lei-quadro das Regiões Administrativas, regulando a sua criação e o processo da sua instituição concreta, no pleno respeito da Constituição. Saliente-se também que, nos termos legais e constitucionais e na sequência de um despacho do Presidente da Assembleia da República, as Assembleias Municipais deverão apreciar e emitir parecer sobre este projecto de lei do PCP (número 187/IV) até 15 de Novembro de 1986.

# Quem tem o 21711?

O número premiado do sorteio da moto «Yamaha», integrado no Festival da Canção Juvenil/Lisboa e realizado no decurso da Festa do «Avante!», é o **21711**. Parabéns ao feliz contemplado e já agora um conselho: seja prudente!

Juventude

# A propósito da conferência de imprensa do ministro da Educação

**«Responder com demagogia antecipada aos problemas que se irão colocar não abona à boa fé de qualquer ministro. Apenas demonstra a sua própria insegurança face à amplitude que vai adquirindo a exigência da sua demissão».** É deste ângulo que a Juventude Comunista Portuguesa analisa a recente conferência de Imprensa do ministro da Educação João de Deus Pinheiro.

«Reservando a sua posição detalhada para momento posterior», a JCP, através do Executivo da Direcção Nacional, divulgava no passado dia 19 um breve comentário à iniciativa daquele governante, que mostrou uma vez mais não ter soluções para os graves problemas que a área do ensino continua a atravessar no nosso país.

Refere a JCP:

«A Conferência de Imprensa propagandeia, sistematicamente, esforços que não existiram e soluções que não solucionam. Reconhece dificuldades, mas escamoteia responsabilidades. Adia para o longo prazo medidas que se impõem para hoje. Prega a sua eficácia, mas patenteia a sua incapacidade. Anuncia, com pompa e circunstância, medidas lesivas de aspirações legítimas da população escolar. É mais um exemplo do comportamento demagógico deste governo particularmente no que respeita à educação e à juventude.»

Mais adiante, o Executivo da DN chama a atenção da opinião pública para posições assumidas por João de Deus Pinheiro, que «pela sua gravidade não podem ser deixadas em claro»:

● Quando pretende transformar a **Autonomia Universitária** na autonomia de um Conselho de Reitores, deixando por responder questões basilares que a esse respeito se colocam.

● Quando considera ter havido um esforço significativo no melhoramento do sistema de acesso ao **Ensino Superior**, ao mesmo tempo que anuncia que só **63%** dos candidatos serão, este ano, colocados.

● Quando assume a paternidade da instauração de **prescrições** no Ensino Superior e defende a sua vigência.

● Quando não responde, cabalmente, às graves e concretas acusações que lhe vêm sendo feitas, de ilegalidades e de compadrio na concessão de autorizações às **Universidades privadas**.

● Quando, admitindo proporções alarmantes de **insucesso escolar**, não aponta uma única medida tendente à superação deste problema.

África do Sul

# JCP condena posição do Governo

Apelando à juventude portuguesa para que «das mais diversas formas manifeste a sua solidariedade com a luta do povo sul-africano pela liberdade e a democracia», o Executivo da Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa (JCP), em nota dirigida aos órgãos de Comunicação Social, «denuncia e condena a vergonhosa posição do Governo português no Conselho de Ministros da CEE» relativamente às sanções contra o regime racista da África do Sul.

A recusa por parte do Governo minoritário de Cavaco Silva de aplicação de sanções económicas eficientes contra Pretória vem na sequência da política externa do Governo, uma política de **clara submissão aos ditames de Washington, como aconteceu com a recente visita do Primeiro-Ministro aos EUA**, acentua a JCP, que conclui assim:

«Esta atitude contrária aos sentimentos da juventude e do povo — na prática, um apoio ao regime de Pretória —, não empenha a juventude e o povo do nosso país, que se opõem ao *apartheid*, a vergonha do século XX».

Poder Local

## Projecto de Lei do PCP

# Lei-quadro das regiões em debate nacional

As Assembleias Municipais do País estão, neste momento, a debater um assunto de crucial importância para todos os municípios nacionais e para o próprio Poder Local democrático saído da Revolução de Abril. Trata-se da discussão do **Projecto de Lei do PCP n.º 187/IV (Lei-Quadro das Regiões Administrativas)**, enviado pela Assembleia da República a todas as Assembleias Municipais do País, para que estas sobre ele se pronunciem até ao próximo dia 15 de Novembro.

Apresentado no passado dia 22 de Abril, o Projecto do PCP, ao visar a criação das regiões administrativas, configura uma contribuição determinante para concretizar o imperativo constitucional de regionalização do continente, no quadro dos princípios da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática.

A iniciativa do PCP ganha particular relevo ao surgir no momento em que o Governo procura consolidar formas de tutela e ingerência sobre as autarquias locais, designadamente através do reforço de poderes e meios das CCRs, estruturas desconcentradas da Administração Central que assumem cada vez mais o papel de ponta-de-lança do objectivo governamental de atrasar e boicotar o processo de regionalização.

Como referia recentemente Luís Sá, director da revista «Poder Local», num matutino da capital **«este processo de consulta é profundamente diferente e mais sério do que o chamado debate público sobre regionalização organizado pela chamada AD em 1982. Agora propõe-se um processo sério, para conduzir à instituição efectiva das regiões, indicando o mecanismo para determinar a sua área, e propondo as suas atribuições, competências e composição dos seus órgãos, finanças regionais, etc., enquanto antes, nada se clarificava; agora consagra-se o princípio segundo o qual os municípios não poderão ver as suas atribuições e fontes de financiamento afectadas pela criação das regiões, enquanto antes se pretendia usar a "regionalização" como pretexto para retirar poderes e recursos aos municípios; agora o processo é conduzido a partir da sede própria, a Assembleia da República, enquanto há quatro anos era inteiramente governamentalizado e instrumentalizado pelas forças reaccionárias e centralistas no Governo.»**

A audição das assembleias municipais, determinada pelo presidente da Assembleia da República a requerimento do Grupo Parlamentar do PCP, é, por exigência constitucional, um momento prévio essencial, que precede a discussão pela Assembleia do projecto de lei. Debruçando-se sobre o projecto, as assembleias municipais são chamadas a pronunciar-se sobre as questões fulcrais do processo de regionalização e da configuração institucional das regiões administrativas. E há várias questões a preocupar todas as assembleias municipais, nesta matéria: concretamente, qual o processo para a instituição das regiões? De que tipo de divisão se vai partir? Qual o papel da vontade expressa dos municípios na definição final da área das regiões? E que atribuições? Que meio financeiros? Qual o relacionamento com os municípios? Qual a composição da Junta Regional? Como assegurar o método proporcional na sua eleição? Etc., etc.

A criação das regiões administrativas, como autarquias dotadas de órgãos eleitos e de atribuições e finanças próprias, é um imperativo constitucional, e a sua existência é uma condição necessária para o desenvolvimento regional (será por isso que sucessivos governos reaccionários, com relevo para o actual, tanto se têm esforçado em estrangular o processo?).

Mas, de um ponto de vista municipal, as regiões são também determinantes para o Poder Local democrático: a sua existência liberta os municípios da pressão da administração central, constituindo, com as suas atribuições próprias, a forma de dar resposta às carências regionais, uma dimensão em que o município não pode actuar.

Além disso, as regiões administrativas configurarão também uma reforma da administração pública no sentido da descentralização, da participação das populações e da aproximação dos interessados às questões que lhes dizem directamente respeito.

Neste momento a criação de regiões com órgãos eleitos, com a participação de representantes dos municípios nas assembleias regionais (como está previsto na Constituição e no projecto de lei do PCP) é a forma justa, necessária e premente para pôr termo às constantes pressões, ingerências e atropelos da autonomia municipal por parte do Governo e dos diversos serviços deste dependentes.

## Já há aprovações!

**Tanto quanto chegou ao conhecimento da nossa Redacção, já há pelo menos duas aprovações, em Assembleias Municipais, do Projecto de Lei do PCP n.º 187/IV da Lei Quadro das Regiões Administrativas: trata-se de duas significativas AM do Baixo Mondego — a de Montemor-o-Velho** e a de **Cantanhede** — que, após um longo e produtivo debate, nos passados dias 15 e 22 de Setembro aprovaram, no primeiro caso por unanimidade e no segundo pela convergência dos votos do PS e da APU, o texto enviado pelo Presidente da Assembleia da República, por proposta do PCP, a todas as Assembleias Municipais do País.

## O que diz o Projecto

O mais recente número da revista «Poder Local» reproduz o texto do Projecto de Lei do PCP n.º 187/IV — Lei Quadro das Regiões Administrativas, antecedendo-o com um comentário/resumo que passamos a transcrever, dada a sua evidente oportunidade:

O projecto do PCP propõe, para a criação e instituição concreta das regiões administrativas, um processo dinâmico que, partindo da actual divisão distrital do País, cria os instrumentos necessários para, através de mecanismos de participações constitucionalmente estabelecidos, se chegar a uma regionalização definida e querida pelas populações.

A divisão distrital do País é o ponto de partida (artigo 9.º).

Numa primeira fase, as assembleias municipais, desde logo por força do n.º 1 do artigo 256.º da Constituição, serão obrigatoriamente ouvidas antes da aprovação do diploma que resultar do presente projecto.

Ao fazê-lo, pronunciam-se também sobre os mecanismos de instituição concreta das regiões previstos nos artigos 10.º a 14.º do projecto e que possibilitam não só a instituição de regiões com área correspondente à divisão distrital em vigor, como a sua fusão ou à sua alteração por incorporação de municípios contíguos.

Numa segunda fase, depois de aprovado o diploma, os municípios são chamados a uma tarefa decisivamente conformadora da área das regiões. Através dos votos da maioria das assembleias municipais que representam a maioria da população da área respectiva, os municípios poderão deliberar a favor da instituição concreta distrital (é o que sucederá seguramente no Algarve) ou pela fusão ou alteração da área de partida.

Esta solução, rigorosamente constitucional, tem em conta a permanência da divisão distrital desde 1835, facilita a instituição das regiões cuja área não mereça dúvidas e assenta num sistema de construção das regiões «de baixo para cima».

### Primazia à vontade popular

A constitucionalidade da solução encontrada é evidente. A Constituição distingue a criação na lei da instituição concreta. Só aquela tem que ser simultânea, e é o que é proposto no projecto. Mas nada impede que o processo de instituição concreta conduza a uma «regionalização parcial» (v. Gomes Canotilho e Vital Moreira, CRP, anotada, 2.º vol., 2.ª ed., p. 409), enquanto se desenvolve o processo de instituição em outras zonas do País, eventualmente com o sentido de alterar ou fundir as áreas de partida.

O processo proposto tem a vantagem de ser desenhado «de baixo para cima», arredando «o primado da vontade política central» e dando primazia à vontade popular, indispensável à garantia do êxito do processo.

O ponto de partida que mais fácil e compreensivelmente permite o desenvolvimento do processo é o que foi, durante 150 anos, a «divisão fundamental do País». Como já foi afirmado, «as relações que criaram e a atracção das suas capitais deram já a esta divisão administrativa uma certa tradição, que atenuou, por força, o que de arbitrário possa ter havido no seu estabelecimento».

O projecto do PCP, propondo esse ponto de partida, visa consagrar o modelo e os mecanismos para a sua superação consensual, onde isso seja aspiração das populações. Mas também tem presente as situações em que esse ponto de partida é também o ponto de chegada. É, inegavelmente, o caso do Algarve — o do distrito de Faro.

O PCP afirma claramente no seu projecto (artigo 8.º) que o processo de regionalização não pode conduzir, em caso algum, à limitação das atribuições, poderes e recursos dos municípios e freguesias.

Em conformidade com a Constituição, o PCP propõe as adequadas formas de intervenção dos municípios no processo de criação e instituição das regiões, quer na consulta antes da aprovação da criação das regiões, quer antes da sua instituição concreta. É assegurada, por outro lado, a participação dos municípios nas assembleias regionais.

Ao contrário do que foi defendido pelo governo de 1982, a transferência de atribuições, de competências e recursos, processar-se-á da administração central para as regiões e nunca à custa dos municípios.

Sublinhe-se ainda que se excluem quaisquer formas de tutela das regiões sobre os municípios, limitando-se as funções (constitucionais) de coordenação da sua actividade à emissão de normas regulamentares com respeito da esfera própria de competência municipal (artigo 16.º, alínea b), e artigo 23.º).

## 1.os Jogos do Concelho de Loures

A Câmara Municipal de Loures, através do pelouro do desporto, vai promover de 25 de Outubro a 9 de Novembro os primeiros «Jogos do Concelho de Loures». Durante vinte e cinco dias, esta grande jornada desportiva irá movimentar em todo o concelho alguns milhares de atletas na prática de 22 modalidades, tantas como as praticadas nas cerca de duas centenas de colectividades de desporto, cultura e recreio existentes no concelho.

Para organizar esta super-estrutura de iniciativas desportivas, foi criada uma equipa constituída pelos serviços e técnicos de desporto da autarquia, juntas de freguesia e colectividades, que está a concluir os regulamentos e calendarização dos jogos. As modalidades escolhidas para os primeiros «Jogos do Concelho de Loures» são: **ciclismo, andebol, hóquei em patins, atletismo, voleibol, ginástica, patinagem artística, luta, ténis, ténis de mesa, basquetebol, judo, tiro, halterofilia, futebol infantil, cicloturismo, karaté, xadrez, badmington, damas, chinquilho e columbofilia.**

*

## Chamusca não pára!

Segundo notícias emitidas regularmente pela Câmara Municipal da Chamusca, decorrem obras de adaptação da antiga casa do guarda no Parque Municipal, de modo a vir a abri-la ao público a 20 de Setembro de 1986, como I Núcleo Museológico a que a CM da Chamusca deu o nome de «Casa Rural Tradicional». Os trabalhos de limpeza e arranjos diversos estão a ser executados pela Câmara Municipal, com a participação de jovens enquadrados no OTL e OTJ.

Paralelamente decorre o trabalho de recolha, catalogação e inventariação de mobiliário, alfaias e objectos que farão parte do recheio da casa.

Esta acção visa criar mais um foco de interesse no Parque Municipal, está enquadrada nas acções que o município da Chamusca propôs para o OTL e OTJ, servirá ainda para expor diverso material que tem sido recolhido ao longo do tempo, para além de poder servir ainda de apoio ao ensino nalgumas questões específicas.

Por outro lado «a ausência de um grande espaço não pode ser razão para não se vir dotando a vila de pequenos núcleos museológicos específicos sobre certos temas, tanto mais que há pequenos espaços que se poderão vir provavelmente aproveitando e valorizando, do que iremos regularmente informando», pormenoriza o boletim informativo da Câmara.

Refira-se ainda que muitos materiais têm sido amavelmente oferecidos por diversas pessoas.

Entretanto há mais novidades, no Concelho da Chamusca. Ora veja-se:

A rede de esgotos e emissário para a ETAR está praticamente executada no 1.º troço (Areal – Estação Elevatória de águas), faltando somente alguns ramais domésticos do lado esquerdo da rua no sentido norte-sul. Também a rua Nova do Casalinho está quase executada, faltando praticamente só a ligação à rua Norberto Pedroso. Seguir-se-á o troço da Estação Elevatória até à ETAR, o que se espera que decorra com a normalidade do 1.º troço.

Na **Carregueira**, está a ser testada a zona baixa deste abastecimento de água de modo a verificar-se todo o sistema, bocas de incêndio, ramais e depósitos; a ligação da água está feita embora com equipamento provisório do furo das Godinhas aos depósitos da zona baixa. Noutra frente — a da juventude — entrou ao serviço o 2.º turno da OTL, que vai continuar os trabalhos iniciados pela equipa anterior.

E mais! No tocante a obras em cooperação com Juntas de Freguesia, temos o que se segue:

**PINHEIRO GRANDE** — No edifício desta Junta, depois da instalação do Posto Médico, foi necessário proceder a algumas ampliações, dado que a Junta e Assembleia de Freguesia viram o seu espaço reduzido. As obras estão a ser feitas em cooperação entre as duas autarquias, ficando assim instalados diversos serviços em condições bastante satisfatórias, nomeadamente residência para o médico, Posto Médico Público, consultório privado, junta e assembleia de freguesia.

**CHAMUSCA** — No edifício-sede onde está instalado o Jardim Infantil da Conde Ferreira, está a proceder-se à reparação do capacete do edifício e a mais algumas adaptações. Estas obras estão a ser executadas em cooperação com a respectiva Junta de Freguesia, e melhorarão em muito o estado de conservação do edifício.

**VALE DE CAVALOS** — Foi recentemente recuperado o lavadouro da Senhora dos Remédios, trabalho executado pela Junta de Freguesia de Vale de Cavalos a que foi dado o apoio técnico pelos serviços da Câmara Municipal.

**CHOUTO** — Recentemente foram introduzidas algumas alterações nos sanitários do Salão de Convívio do Chouto, a que foi dado igualmente apoio técnico. As obras tiveram por objectivo melhorar a criculação interna, sobretudo em dias de actividades culturais e recreativas.

Trabalhadores

XI CONGRESSO SINDICAL MUNDIAL

# O maior fórum sindical já realizado

**Terminou no passado domingo em Berlim, o XI Congresso Sindical Mundial, o maior forum sindical jamais realizado e o «acontecimento mais importante na história do movimento sindical», como referiu Jindrich Kusnierik, secretário da Federação Sindical Mundial. Participaram nesta reunião cerca de 1014 delegados de todos os continentes, em representação de 432 organizações sindicais de diferentes orientações, com um total de 296 milhões de membros. Entre estas organizações, estiveram presentes no Congresso 43 centrais sindicais de África, 29 do Médio Oriente, 145 da América e 93 da Ásia e Oceania. Por Portugal, esteve em Berlim uma delegação da CGTP-IN chefiada pelo coordenador da sua Comissão Executiva, e do Conselho Nacional, Manuel Carvalho da Silva.**
**Ao Congresso assistiram ainda 14 organizações internacionais não-sindicais, entre as quais cabe destacar a Organização Internacional do Trabalho e a UNESCO.**

Números impressionantes que dão bem a ideia da dimensão e relevância deste Congresso.

O Congresso Sindical Mundial é o órgão máximo de decisão da Federação Sindical Mundial (FSM). Reúne-se normalmente de quatro em quatro anos e nele podem participar todos os sindicatos, independentemente da sua filiação na FSM ou em outras confederações sindicais internacionais ou da sua orientação política.

Foi aliás nessa qualidade — de organização sindical não filiada na FSM nem em qualquer outra confederação internacional — que a CGTP-IN participou neste Congresso, onde aliás, desenvolveu um importante trabalho.

Três temas fundamentais prenderam a atenção dos mais de mil delegados ao Congresso, a luta pela Paz e o desarmamento, a situação económica internacional e os direitos sindicais.

## A Paz, o desarmamento e a solidariedade internacional

Os trabalhos do Congresso Sindical Mundial foram marcados pela extrema preocupação pela situação internacional e pela necessidade de todos os trabalhadores e organizações sindicais se unirem e concentrarem esforços na luta pela Paz e o desarmamento. Como referiu Ibrahim Zakaria, secretário-geral da FSM no relatório apresentado no início da reunião, «o movimento sindical mundial cresceu e fortaleceu-se nos últimos anos; hoje, praticamente quase todas as organizações sindicais consideram, independentemente da sua orientação ou filiação internacional e do sistema social em que trabalham, a luta pela Paz e o Desarmamento como uma importante questão sindical».

É o próprio documento principal aprovado no final que refere «a solução dos problemas económicos e sociais globais podia ser facilitada se fosse acompanhada pela limitação das despesas para fins militares e com o processo de desarmamento.

Ao mesmo tempo que colocava o ênfase na luta pela Paz, o XI Congresso Sindical Mundial realçava a importância da solidariedade internacional com todos os povos em luta, vítimas da exploração imperialista e neocolonialista.

Neste aspecto, todo o Congresso constituiu um caloroso abraço solidário e fraterno com todos os povos e trabalhadores do mundo. Logo na sexta-feira e a convite dos participantes no X Congresso Sindical Mundial, Daniel Ortega, presidente da Nicarágua revolucionário que se encontrava de visita à RDA, dirigiu-se ao plenário numa intervenção sublinhada com fortes aplausos dos delegados e convidados.

No final do Congresso, os mais de mil delegados aprovaram uma resolução sobre a situação da África do Sul que reitera a «incondicional solidariedade dos delegados ao Congresso com a luta dos trabalhadores sul-africanos contra o regime racista de Pretória» e exige a aplicação de sanções amplas e obrigatórias contra o regime racista. A luta do povo do Chile, bem como dos trabalhadores e povos árabes, mereceram igualmente a solidariedade calorosa e fraterna dos delegados ao XI Congresso Sindical Mundial.

## A situação económica e os direitos dos trabalhadores

Na sua intervenção inicial, o presidente da FSM, Sandor Gaspar considerou que «sob as condições de crise no capitalismo, atacam-se sem piedade os direitos sindicais, destruindo-se as ilusões sobre modificações no carácter do capital», «amplia-se, por isso, a base para a luta política».

O documento principal do Congresso Sindical de Berlim contém uma análise profunda da situação económica e social do mundo onde é prestada uma especial atenção à situação dos países em vias de desenvolvimento. Neste particular, o Congresso deteve-se no problema da dívida externa e concluiu que a dívida é incobrável e que muitos países comprometerão o seu futuro se pagarem a dívida nos termos em que ela foi negociada, acabando, com o seu esforço, por financiar o défice orçamental dos EUA e a sua guerra das estrelas.

O XI Congresso Sindical Mundial recomendou aos sindicatos para que pressionem os seus governos para que respeitem e façam respeitar a Convenção da OIT sobre as empresas transnacionais e para que solicitem à ONU que aprove um código de conduta para estas companhias.

Por outro lado, os delegados presentes em Berlim, no documento final que aprovaram, exigem uma participação maior dos sindicatos na definição das políticas económicas, especialmente na adopção das novas tecnologias. A este propósito, o documento salienta, «as experiências dos países socialistas têm provado que é possível realizar uma política de pleno emprego e de garantias sociais».

Ainda no tocante aos direitos dos trabalhadores, o XI Congresso Sindical Mundial aprovou uma recomendação à FSM para que lance a proposta de criação de um centro internacional de defesa dos direitos sindicais, aberto a todas as correntes do movimento sindical e funcionando na base das disposições da Declaração Universal dos Direitos do Homem e das convenções da Organização Internacional do Trabalho.

## CONSOLIDAR A SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL DOS OPERÁRIOS DE TODO O MUNDO

O XI Congresso Sindical Mundial considerou, quer ao longo dos seus debates, que no documento de conclusões que as questões da Paz e do desarmamento são, hoje, de uma superior importância para as organizações e trabalhadores de todo o mundo. Para o sublinhar os delegados ao Congresso aprovaram no final dos trabalhos um apelo sobre esta matéria, onde se declara, nomeadamente, que «todas as nações e todos os povos tal como os trabalhadores do mundo inteiro encontram-se perante uma situação sem precedentes, complicada e perigosa que tem efeitos no trabalho e na vida de todos os trabalhadores do nosso planeta».

Os monopólios, consórcios transnacionais e o governos que actuam ao serviço destes, levam a cabo uma ofensiva sem precedentes contra o movimento sindical. Esta ofensiva integra-se numa estratégia para roubar aos trabalhadores — através do desemprego crescente, reduções dos salários e diminuição do nível de vida — as conquistas que alcançaram numa luta que durou várias décadas. Considera-se no apelo que «o objectivo desta estratégia consiste em eliminar qualquer obstáculo à acumulação de lucros, sem tomar em consideração os prejuízos que daí poderão resultar para a economia do seu próprio país ou para as de outros países. Esta ofensiva é acompanhada por uma política global do complexo militar-industrial que faz avançar a corrida aos armamentos.

Os delegados ao XI Congresso Sindical Mundial saúdam «especialmente, o desenvolvimento das lutas dos trabalhadores e dos sindicatos bem como a crescente unidade atingida nestas lutas». «Prometemos, adianta o apelo, a nossa solidariedade internacional para com estas lutas, pela defesa dos interesses vitais dos trabalhadores, por postos de trabalho, melhores salários e condições laborais, desenvolvimento económico e social, paz, progresso democrático e social».

A análise feita no Congresso aponta para a ligação indissolúvel das exigências económicas e sociais dos trabalhadores com a luta contra a corrida aos armamentos e o militarismo e pela paz e o desarmamento. Os biliões investidos no armamento superam consideravelmente o total do produto social bruto de todos os países em vias de desenvolvimento.

A alternativa a esta política adiantada pelo movimento sindical pode dar novo trabalho a milhões de pessoas, pôr fim à actual crise de desenvolvimento e acabar com o enorme esbanjamento de valiosos recursos humanos e materiais. Entretanto, constata-se no apelo que «os trabalhadores e os sindicatos de todos dos países mostram um novo espírito e determinação para se oporem à ofensiva dos monopólios capitalistas e para defenderem e aumentarem os direitos dos sindicatos e conquistas já alcançadas». No apelo, exortam-se os trabalhadores e os sindicatos a fortalecerem ainda mais as acções comuns de forma a unir os sindicatos a nível mundial, regional e internacional.

Por fim, os delegados ao XI Congresso Sindical Mundial apelam à Federação Sindical Mundial (FSM), à Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (CISL), à Confederação Mundial do Trabalho (CMT) e às suas organizações regionais para agirem em conjunto a fim de alcançarem em especial os seguintes objectivos:

— impedir uma guerra nuclear e conseguir a eliminação total das armas nucleares e das outras armas de destruição massiva, proibir a militarização do espaço cósmico, reduzir as despesas com o armamento, reconverter a indústria armamentista bem como outras medidas com vista ao desarmamento;

— solucionar pela via pacífica todas as disputas surgidas entre países e eliminar os focos de tensões ou de guerras;

— um programa de criação de postos de trabalho para garantir uma política de pleno emprego;

— utilização da ciência e da técnica em favor do progresso;

— segurança económica e desenvolvimento social para todos os países bem como a criação duma nova ordem económica internacional;

— defesa e alargamento dos direitos sindicais;

— coordenação eficaz de acções de solidariedade internacional contra o racismo e o *apartheid*, contra o colonialismo e pela independência.

«Cooperemos todos para desenvolver e consolidar a solidariedade internacional dos operários e sindicatos do mundo inteiro», termina o apelo aprovado neste XI Congresso Sindical Mundial.

*CGTP-IN afirma à chegada de Congresso Mundial*

# A paz é questão central do movimento sindical no mundo

Chegou anteontem a Lisboa a delegação da CGTP-IN que participou no XI Congresso da Federação Sindical Mundial, que decorreu a semana passada em Berlim, na República Democrática Alemã (RDA). Chefiava a delegação portuguesa **Manuel Carvalho da Silva**, coordenador da Comissão Executiva da CGTP-IN, e integrava-a ainda **José Luís Judas** e **Maria Emília Reis**, membros da mesma Comissão Executiva.

À chegada, a delegação da CGTP-IN deu uma conferência de Imprensa numa das salas VIP do aeroporto da Portela, tendo José Luís Judas como porta-voz.

Após sublinhar a importância deste Congresso, onde estiveram presentes representantes de mais de 250 milhões de trabalhadores de todo o mundo, José Luís Judas referiu a importância atribuída pelo Congresso à questão central da paz, assim considerada por constituir um factor essencial no impulso ao desenvolvimento e segurança mundiais.

O desemprego, que no mundo capitalista desenvolvido já atinge mais de 30 milhões de trabalhadores, foi apontado como a demonstração acabada do total fracasso das teses neoliberais. Enquanto se regista este profundo sintoma de crise capitalista, assiste-se a uma larga e quase generalizada ofensiva contra o movimento sindical, o que está a abrir o caminho para a unidade — como ficou patente no Congresso — independentemente de posições ideológicas.

Abordando a participação da delegação portuguesa, José Luís Judas informou que foi bastante activa, integrando diversas comissões e intervindo em diversas áreas, tendo-se constatado, com satisfação, que as análises feitas pela CGTP-IN no seu último Congresso encontraram correspondência nas análises feitas no XI Congresso da Federação Sindical Mundial.

A propósito, o dirigente sindical da CGTP-IN referiu a quebra de prestígio do nosso País a nível internacional, dadas as posições assumidas pelo Governo de Cavaco Silva em questões tão fulcrais como a paz e, sobretudo, na luta contra o «apartheid». Em relação a esta questão — sublinhou — torna-se particularmente incompreensível, a nível internacional, a posição assumida pelo Executivo português de embargar as sanções propostas contra o regime racista. Tal atitude, vinda do país que fez a Revolução de Abril, causa evidente perplexidade internacional, como se viu no Congresso.

Sublinhando a unanimidade registada nos congressistas quanto à questão da defesa da paz, que tem óbvias implicações nas liberdades, direitos e garantias dos trabalhadores e dos cidadãos de todo o mundo, José Luís Judas concluiu que a CGTP-IN volta desta participação em tão importante acontecimento mais fortalecida e consciente da luta a travar em prol da justiça social, do progresso e da democracia.

Internacional

# A paz por um Daniloff ou a grande burla da administração Reagan

**Quem se interessa minimamente por questões de política internacional e teve oportunidade de acompanhar nos últimos dias as múltiplas controvérsias criadas pelos EUA em torno das negociações americano-soviéticas no que aos problemas da paz diz respeito; quem acompanhou as declarações de Ronald Reagan na Assembleia Geral das Nações Unidas, na passada segunda-feira, não pode ter deixado de pensar que estava perante a grande burla política dos nossos dias. Seria cómico se não fosse trágico.**

**Anda o mundo preocupado com a guerra das estrelas? O presidente Reagan está pronto a suspender o projecto por sete anos... Mas há o caso Daniloff.**

**A corrida aos armamentos preocupa os habitantes do planeta? Uma cimeira Reagan/Gorbatchev poderia contribuir para um clima de distenção... mas há o caso Daniloff.**

**O perigo de um holocausto nuclear ensombra o presente e o futuro da humanidade? Um entendimento americano-soviético poderia afastá-lo do horizonte... mas há o caso Daniloff.**

De repente, o destino do mundo ficou suspenso da sorte de Daniloff. Ou assim nos querem fazer crer, como se fosse possível a alguém com uma amostra que fosse de seriedade colocar a questão nestes termos.

Mas é mesmo assim que os Estados Unidos a colocam, repetidos até ao mínimo pormenor pelos seus órgãos de (des)informação imperialista, seguidos de perto pelos subservientes espalhados por aí, Portugal incluído.

E quem é Daniloff? Nada mais nada menos do que um batido correspondente norte-americano de há muito instalado em Moscovo, que muito oportunamente se deixou apanhar com a «mão na massa» de um caso de espionagem. A partir daí, sob a batuta de Washington, o mundo parece ter começado a girar em torno do seu (dele) umbigo.

Também a partir daí e não menos oportunamente, as conversações em curso com a União Soviética foram sendo bloqueadas e deixadas em impasse, a anunciada cimeira posta em causa, o desanuviamento tornado mais difícil.

Não foi esta de resto a única tentativa da administração Reagan para minar o caminho às iniciativas de paz e desarmamento. Antes do caso Daniloff houve a prisão de Guennadi Zakharov, um membro da missão soviética junto das Nações Unidas acusado de espionagem por Washington e preso, e depois a decisão de expulsar 25 diplomatas soviéticos na ONU, só para citar os acontecimentos mais sonantes.

A encenação foi tão descarada que não podem restar dúvidas quanto aos seus objectivos. O toque final dado por Reagan nas Nações Unidas mais não fez do que comprovar o que já se sabia.

Ou seja: dada toda a pressão internacional que com força cada vez maior se faz sentir contra a corrida às armas nucleares, contra os projectos imperialistas de militarização do espaço, e em defesa do diálogo, da coexistência pacífica, a administração Reagan não pode, declaradamente, ignorar as propostas de paz da União Soviética.

Como não pode aceder à realização de uma cimeira Reagan-/Gorbatchev sem estar disposta a tratar seriamente as propostas capazes de abrir o caminho do desarmamento.

Mas, não estando disposta a fazê-lo, a administração Reagan também não pode, pura e simplesmente, fechar a porta do diálogo com a União Soviética.

Que caminho lhe resta? Os das manobras de diversão e a demagogia.

Das primeiras já se disse o bastante. Da segunda, encarregou-se Reagan em pessoa.

Nada serviria melhor as intenções da Casa Branca do que a realização da Assembleia Geral da ONU, forum internacional por excelência, onde os problemas da paz vêm ganhando um espaço cada vez maior e naturalmente no centro das atenções de todo o mundo.

## A hipocrisia subiu à tribuna

Foi dessa tribuna que Reagan, com o maior despudor e hipocrisia, anunciou estar pronto a **adiar a instalação dos sistemas da guerras das estrelas** por um prazo de sete anos.

É claro que Reagan, mau actor mas experimentado, não deixou de afirmar que tenciona levar o projecto por diante, desde que ele se torne exequível. Porque sabia de antemão que a opinião pública poderia ser confundida, mas não a União Soviética, os observadores mais atentos ou os seus próprios aliados.

Que afirmou Reagan afinal (e que certa imprensa não tardou a interpretar à sua maneira)? Que desistia da guerra das estrelas? Que suspenderia por sete anos o estudo e desenvolvimento dos projectos que a podem tornar possível?

Nada disso.

O que Reagan anunciou ao mundo ter proposto à URSS — e que esta obviamente rejeitou — foi estar na disposição de **suspender a instalação dos sistemas da tecnicamente chamada Iniciativa de Defesa Estratégica. Instalação essa que os especialistas consideram não ser viável nos próximos sete anos!**

E pretendia-se com isto responder à proposta do dirigente soviético Mikhail Gorbatchev de um compromisso de 15 a 20 anos relativamente ao Tratado sobre Mísseis Antibalísticos que **proibiria** a instalação dos sistemas da guerra das estrelas.

Um corolário à altura do impasse em que a delegação norte-americana fez cair as conversações de Genebra sobre a suspensão dos ensaios com armas nucleares (que os EUA persistem em prosseguir apesar da declaração da moratória unilateral soviética), remetendo para Novembro a sua continuação.

Ou ainda um corolário às provocações norte-americanas à delegação soviética às conversações de Jurmala, no litoral do mar Báltico, sobre conflitos regionais, onde, ao intervir em nome da delegação oficial americana, Helmut Sonnenfeldt acusou a URSS de ter incitado todos os conflitos regionais no mundo nos últimos quarenta anos e de, juntamente com a Líbia, praticar o terrorismo!

Um rol de acontecimentos que, sendo preocupante, deve servir para estimular ainda mais a acção das forças progressistas que em todo o mundo se batem pela paz. O futuro da humanidade está nas mãos da humanidade; os Estados Unidos não podem decidir por ela.

## Acordo em Estocolmo

**Menos espectaculares mas sem dúvida mais frutuosas foram as conversações travadas no âmbito da Conferência de Estocolmo, cuja primeira fase terminou no domingo com a aprovação de uma série de medidas que têm por objectivo reforçar a confiança e segurança no domínio militar, atenuar o perigo de confrontação militar e contribuir para a solução das tarefas do desarmamento na Europa.**

**O Acordo aprovado entre a NATO e o Tratado de Varsóvia — considerado como o primeiro efectivo dos anos 80 — introduz alterações ao estabelecido pela Acta Final de Helsínquia, nomeadamente no campo militar. Entre as questões mais importantes salienta-se a obrigatoriedade de notificação sobre a realização de exercícios militares com 42 dias de antecedência; a notificação sobre a transferência e o deslocamento de tropas; a troca de planos anuais de actividade militar; a possibilidade mútua de observar os exercícios militares e a restrição da actividade militar no continente europeu.**

**Estas medidas, que se revestem de especial importância para a diminuição da desconfiança, do risco de conflito armado e da utilização da força entre a NATO e o Tratado de Varsóvia, foram saudadas pela generalidade dos países membros das duas organizações como um passo da maior importância para a abertura de uma nova etapa nas relações leste-oeste.**

**O Acordo de Estocolmo, que abrange toda a Europa, do Atlântico aos Urais, deve agora ser ratificado pelos respectivos países.**

## *Pelo direito à vida*

Multiplicam-se por todo o mundo as iniciativas a favor do desarmamento e da defesa e consolidação da paz. Na semana passada, por exemplo, realizou-se em Santa Fé, na Argentina, uma conferência de governadores de Estados e Províncias, presidentes de Câmaras e parlamentares de países latino-americanos e das Caraíbas, que teve como lema «Pelo Direito à Vida». No documento aprovado no final, os participantes pronunciam-se a favor de um mundo desnuclearizado, apoiando os esforços para pôr fim às experiências com armas nucleares, como primeiro passo para a proibição e liquidação de todas as armas nucleares, tanto na terra como no espaço.

A Declaração de Santa Fé condena a corrida aos armamentos e defendé, para preservar o continente latino-americano de armas nucleares, o desmantelamento das bases militares na região em que essas armas podem vir a ser armazenadas, designadamente as das Malvinas, das Ilhas de Páscoa e de Ascensão.

Na Conferência foi aprovada uma proposta para enviar uma carta ao Congresso dos EUA apelando para que os legisladores norte-americanos aprovem em Outubro uma lei que proíba a realização de novas experiências com armas nucleares, o que permitiria aos EUA seguirem o exemplo da URSS que decretou há mais de um ano uma moratória unilateral dos testes nucleares.

Entretanto, no Brasil, a cidade de S. Paulo foi oficialmente proclamada como território em que é proibida a produção e a instalação de armas nucleares. S. Paulo, que é o maior centro industrial brasileiro e onde vivem mais de dez milhões de pessoas, é a primeira cidade latino-americana a tomar semelhante iniciativa.

O autor do projecto-lei agora aprovado foi Tenório de Lima, deputado à Assembleia Municipal pelo Partido Comunista Brasileiro.

Por outro lado, na Holanda, realizou-se no passado fim-de-semana uma Conferência Internacional de «Mulheres na luta contra a corrida aos armamentos na terra e no espaço», onde foi decidida a criação de um movimento das «Mulheres Cientistas pela Paz».

Na Conferência, foi ainda decidido lançar, a partir de 24 de Outubro próximo, uma campanha internacional de apoio à proibição das armas nucleares.

Também em Moscovo a questão da paz esteve em debate, desta feita numa reunião de religiosos. Na mensagem do Patriarca de Moscovo divulgada a propósito sublinha-se que, **num momento em que um em cada seis terrestres passa fome, cinco milhões de pessoas morrem anualmente de inanição, um em cada cinco habitantes do planeta é analfabeto e um em cada três não tem acesso a assistência médica mínima, o esbanjamento de enormes verbas com fins de destruição é inadmissível sob todos os aspectos e deve ser condenado como um mal.**

Na sua mensagem, o Patriarca recorda que a humanidade corre hoje um perigo real de destruição total, convidando os religiosos a dirigirem-se aos corações e à consciência dos povos para que façam parar os que hoje se opõem à paz sagrada na terra.

## *EUA pretendem base militar na Bolívia*

A Comissão de Defesa da Soberania Nacional da Bolívia divulgou recentemente um comunicado em que denuncia os planos do Pentágono para criar uma base militar norte-americana naquele país.

A Comissão revela que os efectivos norte-americanos há dois meses estacionados na Bolívia a pretexto do combate ao tráfico de cocaína estão empenhados, de facto, em trabalhos preparatórios para a criação de uma ponta-de-lança do Pentágono no país. Os militares norte-americanos nem sequer participam nas operações contra os traficantes, que de resto continuam a actuar impunemente na Bolívia, como sucedeu recentemente no distrito de Huanchaca, onde assassinaram várias pessoas.

## *Os aliados do apartheid*

Um estudo recentemente divulgado na RDA revela que muitos países ocidentais continuam a manter intensas relações económicas com a África do Sul, apesar do agravamento constante da política de *apartheid* e das declarações de boas intenções que gostam de apregoar.

A Grã-Bretanha, por exemplo, forneceu o ano passado à África do Sul mercadorias no valor de 3,45 milhões de milhões de marcos; segundo informações sul-africanas, trabalham no país do *apartheid* 1400 empresas inglesas.

Os EUA, por seu turno, realizaram em 1984 importações no valor de 1,5 milhões de milhões de dólares e exportações no montante de 2,5 milhões de milhões com a África do Sul. Para além dos avultados montantes de investimentos directos e de créditos concedidos, as empresas norte-americanas controlam, entre outros, 70% do mercado de computadores sul-africanos e 45% das transacções de petróleo do país.

A RFA, que é o segundo maior parceiro comercial do regime racista, depois dos EUA, importou o ano passado da África do Sul produtos que ascenderam a 6,7 milhões de milhões de dólares e exportou mercadorias no valor de 3,2 milhões de milhões. Cerca de 300 empresas da RFA trabalham na África do Sul.

Internacional

# Conferência internacional pela desnuclearização e a paz na Península Coreana

A transformação da Península Coreana numa zona desnuclearizada e de paz foi o objectivo de uma Conferência Internacional realizada de 6 a 8 de Setembro em Pyongyang, capital da República Popular Democrática da Coreia.
Inserida no espírito das iniciativas que têm vindo a assinalar o Ano Internacional da Paz, a Conferência contou com a participação de 93 delegações de estados, partidos e governos de 80 países, bem como 32 delegações de organizações internacionais e nacionais e personalidades empenhadas na luta pelo desarmamento, a paz e a democracia

O PCP esteve representado por António Mota, membro do Comité Central do Partido, que na sua intervenção sublinhou a solidariedade dos comunistas portugueses com a justa luta do povo coreano pela reunificação independente da sua pátria e expressou o maior apoio aos objectivos da Conferência.

**A retirada das armas nucleares da Coreia do Sul** — disse o camarada Mota — **e a transformação da península coreana numa zona desnuclearizada e de paz, não só constituiriam um grande passo para a criação de condições favoráveis à reunificação pacífica da Coreia, como eliminariam um perigosíssimo foco de tensão e de guerra.**

Com efeito, os Estados Unidos, que declararam a Península Coreana de «região decisiva» e de «interesse vital» para a aplicação da estratégia imperialista no Extremo-Oriente, instalaram na Coreia do Sul uma enorme quantidade de armas nucleares, cujo poder destrutivo supera mil vezes o da bomba atómica lançada sobre Hiroshima e que representam mais de metade das armas nucleares norte-americanas estacionadas no Extremo Oriente.

Para além de procurar consagrar a existência das «duas Coreias», a política norte-americana visa transformar definitivamente a Coreia do Sul em testa de ponte militar para uma agressão ao continente asiático. É neste contexto que foi elaborado e está a ser posto em prática o plano que inclui as manobras conjuntas «Team Spirit», que perfiguram a chamada «guerra relâmpago». Para tais manobras, as unidades dos exércitos norte-americano e sul-coreano foram deslocadas para as proximidades da linha de demarcação que separa a península, aumentando assim consideravelmente a sua capacidade de movimentação. E acentuando, como é evidente, a tensão que se vive na região.

Como afirmou na sua intervenção o camarada António Mota, **a responsabilidade da ameaça de holocausto nuclear que pesa sobre a humanidade cabe por inteiro ao imperialismo norte-americano. Vêmo-lo de forma indiscutível na península coreana onde os EUA, depois de terem imposto a divisão artificial da Coreia, ocuparam de facto a parte sul do país, impuseram aí um regime fascista fantoche, concentraram na Coreia do Sul e nos mares adjacentes colossais forças militares e armamento sofisticado, realizam constantes ameaças e provocações agressivas contra a RPDC, rejeitam sistematicamente as propostas e iniciativas de paz e desarmamento da RPDC.**

Sublinhando que a luta em defesa da paz é inseparável da luta pela liberdade, a independência, o progresso social e o socialismo, António Mota destacou a importância da política de paz seguida em geral pela comunidade socialista e em particular pela União Soviética.

**A recente decisão da URSS**, frisou a propósito, **de prorrogar uma vez mais a moratória soviética sobre os ensaios nucleares foi saudada em todo o mundo como uma contribuição de grande alcance e significado para o desarmamento.**

## Um apelo ao diálogo

Os objectivos da Conferência Internacional de Pyongyang não podiam ser mais claros. Feita uma análise detalhada das vias e métodos possíveis para transformar a Península Coreana numa zona desnuclearizada e de paz, os participantes neste significativo debate pronunciaram-se pela **proibição formal do desenvolvimento, ensaio, produção, armazenamento, posse, estacionamento e utilização de armas nucleares naquela região, transformada pela lógica da política imperialista num dos pontos mais nevrálgicos do mundo.**

Como se afirma na Declaração aprovada no final dos trabalhos, o governo dos Estados Unidos deveria, no respeito pela vontade do povo coreano e da opinião pública mundial, renunciar imediatamente à introdução de novas armas nucleares na Coreia do Sul e reduzir, gradualmente, até ao desmantelamento total, as armas que já aí instalou.

Recorda-se que na parte setentrional da Península Coreana não existem bases militares nem tropas estrangeiras, ao contrário do que sucede na parte meridional, onde existem numerosas bases e unidades do exército norte-americano que contam com mais de 40 000 efectivos.

Tendo em consideração toda a complexa situação que se vive na região, a Conferência considerou que **devem ser feitos todos os esforços para cancelar os acordos militares com fins agressivos contra a Península Coreana e as regiões vizinhas e que cessem todas as tentativas para estabelecer novas alianças militares.** Os Estados Unidos são desta forma instados a **renunciar às suas intenções de estabelecer um novo bloco militar assente na aliança tripartida EUA/Japão/Coreia do Sul, bem como a respeitar a política de tornar neutral e não-alinhada a Península Coreana.**

Neste espírito, **a República Democrática da Coreia propõe que se acabe com qualquer tipo de manobras militares de grande envergadura em todo o território, tanto no Sul como no Norte, a fim de diminuir e eliminar o estado de tensão entre ambos, devendo tanto os EUA como as autoridades sul-coreanas abster-se de incrementar as suas forças armadas e de introduzir novas armas, bem como terminar com as suas manobras militares conjuntas de grande envergadura tais como as «Team Spirit».**

A Conferência pronunciou-se ainda pelo estabelecimento do diálogo orientado para a criação de condições favoráveis para a distensão, a paz e a reunificação pacífica da Península Coreana, devendo as negociações tripartidas entre a RPD da Coreia, os EUA e a Coreia do Sul resultar num acordo de paz coreano-americano e numa declaração de não-agressão entre o Norte e o Sul.

**Estes acordos**, considerou a Conferência, **permitiriam pôr fim ao estado de confrontação que caracterizam as relações actuais entre a Coreia – Estados Unidos e Norte-Sul, bem como garantir a salvaguarda da paz e da segurança na Península Coreana.**

No imediato e na ausência de negociações tripartidas, foi defendida a possibilidade de conversações entre o ministro das Forças Armadas Populares da RPD da Coreia, o comandante chefe das Forças Aliadas na Coreia do Sul e o ministro da Defesa sul-coreano, que permitiriam a adopção de medidas concretas visando o desanuviamento e a criação de um clima favorável ao diálogo.

## Os Jogos Olímpicos

Como um primeiro passo para o diálogo necessário entre as duas partes, a Conferência defendeu a realização conjunta dos XXIV Jogos Olímpicos, marcados para Seul. **Esta iniciativa**, considerou-se, **criaria não só um clima favorável para a paz e a reunificação pacífica da Coreia, como também contribuiria para a superação das dificuldades que se colocam ao movimento olímpico e para o desenvolvimento seguro e normal dos próprios jogos.**

Pronunciando-se unanimemente contra a divisão artificial do território e da nação coreana, a Conferência de Pyongyang pronunciou-se a favor da reunificação da Península Coreana com base nos três princípios enunciados na Declaração conjunta Norte-Sul de 4 de Julho de 1972: a independência, a paz e a unidade nacional.

Nesse sentido, apelou aos governos, partidos políticos e forças progressistas e povos de todo o mundo para que **dediquem especial atenção à séria situação que se vive na Península Coreana, dando todo o apoio e solidariedade ao povo coreano na sua luta contra o perigo de uma guerra nuclear, pela paz e pela reunificação da pátria.**

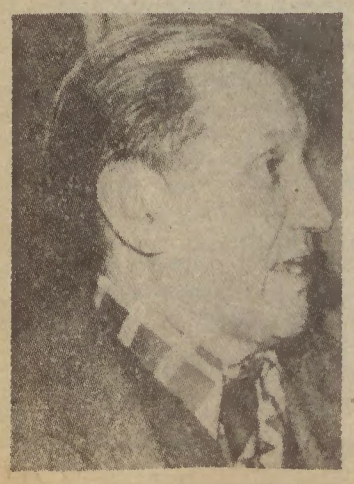
Consciente de que a prevenção da guerra e a instauração da paz e da segurança no mundo pressupõem a eliminação das causas que provocam a guerra e o desenvolvimento independente de todos os países, e que a luta pela paz na Coreia é parte da luta pela paz no mundo, a Conferência expressou a sua convicção de que o peso da solidariedade internacional se fará também sentir nesta parte do mundo.

PARAGUAI

# Maidana desapareceu há seis anos

Continua a desconhecer-se o paradeiro de António Maidana, primeiro-secretário do Partido Comunista do Paraguai, raptado há seis anos numa rua da capital Argentina por agentes da polícia do ditador Stroessner.

O camarada Maidana, que passou vinte anos nas prisões paraguaias, havia sido libertado pouco antes do seu desaparecimento graças à solidariedade e às pressões exercidas sobre o regime de Stroessner pela opinião pública internacional. As torturas sofridas e os longos anos de prisão não quebraram o ânimo de luta de Maidana, que pelo seu exemplo abnegado se tornou numa figura respeitada pelos democratas de todo o mundo.



Ao ser libertado instalou-se na Argentina para poder continuar a acompanhar e a dirigir de perto a actividade do seu partido na clandestinidade contra a ditadura. Uma ditadura que há mais de trinta anos Stroessner impõe ao Paraguai, da forma mais brutal, com o auxílio do imperialismo norte-americano e do sionismo. Os mais consequentes opositores ao regime foram mortos ou estão encarcerados nas prisões e nos campos de concentração; milhares e milhares de pessoas foram forçadas a abandonar o país; a miséria e a repressão policial fazem parte do quotidiano. E ninguém ignora que os antifascistas paraguaios são perseguidos mesmo fora das fronteiras do país.

Como aconteceu com António Maidana e Emílio Roa, o companheiro que com ele foi raptado. Seis anos passados, as tentativas de diversas organizações internacionais para descobrir o seu paradeiro têm sido infrutíferas. Oficialmente, são dados como «desaparecidos», a exemplo de tantos dos seus companheiros.

A história recente da Argentina, cuja ditadura militar mantinha estreitos contactos com a ditadura de Stroessnér, tal como a história do Chile e a do próprio Paraguai, não deixa dúvidas quanto ao significado dessa designação de «desaparecido»: ou quer dizer que estão mortos ou, na maioria dos casos, que estão enterrados vivos em qualquer prisão.

Na opinião dos refugiados políticos paraguaios é esta segunda hipótese que se aplica a António Maidana e ao seu companheiro, embora as autoridades do Paraguai neguem estar envolvidas no caso. Como se mais alguém estivesse interessado em fazê-los «desaparecer»...

A solidariedade internacional já uma vez conseguiu arrancar Maidana às garras da ditadura de Stroessner. Há que tentar de novo com todo o empenhamento que exige o respeito pelos direitos humanos e a dedicação dos que consagram a vida à luta pela democracia.

---

Avante!

«Mas de toda a propaganda antidemocrática com vista às próximas eleições presidenciais e de deputados à "Assembleia Nacional", queremos destacar aqui o esforço desesperado do salazarismo, descaradamente coadjuvado pelo clero reaccionário para aliciar o vóto das mulheres. (...) Assim, após a «manifestação a Salazar» previamente preparada por um grupo de senhoras da alta burguesia, feita, abusivamente, em nome das mulheres portuguesas e a qual não visou outro efeito senão o político, o salazarismo faz distribuir profusamente um manifesto «A`s Mulheres Portuguesas», na cidade do Porto, por altura das festas da Senhora de Fátima, em 28 e 29 de Fevereiro e, na semana anterior,nas próprias igrejas. Esse manifesto é uma autêntica amálgama de demagogia e calúnia. Conforme a lei eleitoral fascista, só uma minoria das mulheres tem direito ao voto, pois que esse direito é negado às mulheres analfabetas e às que não possuem um curso liceal, técnico ou artístico, ou seja à maioria. (...)

«Frente a esta situação, impõe-se que todas as mulheres portuguesas democratas procedam junto das outras mulheres e, por todos os meios ao seu alcance, a um amplo trabalho de esclarecimento da política demagógica e caluniosa do salazarismo em face das eleições presidenciais e de deputados à «Assembleia Nacional». Que todas as mulheres portuguesas democratas, excluídas ou não do direito de voto, se levantem num movimento de protesto exigindo a revogação da lei eleitoral fascista e a prática de **eleições verdadeiramente livres**. Ao nosso Partido, como vanguarda na luta do povo português contra a tirania fascista, cabe a tarefa de mobilizar as mulheres portuguesas para a conquista do sagrado direito de intervir na vida política da Nação, independentemente da instrução, condição social, fortuna e credos políticos ou religiosos.»

**(«As Mulheres e as próximas eleições» — «Avante!», VI Série, n.º 122, 1.ª Quinzena de Setembro de 1948)**

Avante!

«Num momento político crucial, quando os fascistas procuravam criar a expectativa e a passividade e esta era apregoada por importantes sectores da oposição; — a classe operária, única classe consequentemente revolucionária, passando à ofensiva, desencadeando uma vaga de greves, paralisações e outras lutas em que participaram cerca de 100 000 trabalhadores, afirmou uma vez mais a sua elevada consciência de classe e a sua posição de **vanguarda do movimento antifascista**.

«Além de um grande êxito traduzido em aumentos de salários e outras reivindicações alcançadas, **a vaga de greves e paralisações constituiu uma grande vitória política da classe operária.** A ofensiva da classe operária contribuiu para o esclarecimento da situação actual, da natureza do governo e da sua política. (...) Exerceu um efeito de choque em todo o movimento democrático, contribuindo para a dinamização da acção política, o isolamento dos divisionistas e reforço da unidade.»

**(«A situação política actual e as tarefas imediatas na luta contra a ditadura fascista» — «Avante!», VI Série, n.º 406 (especial), Setembro de 1960)**

Avante!

«1470 delegados em representação de 98 países de todo o Mundo e de 26 organizações internacionais, reuniram-se em Helsínquia de 10 a 15 de Julho, no Congresso Mundial da Paz. Interpretando o sentimento dos seus respectivos povos, uma preocupação comum os uniu, para além das suas concepções políticas e religiosas as mais díspares — a salvaguarda da Paz.(...).»

**(«A Paz aspiração comum dos Povos» — «Avante!», VI Série, n.º 359, Setembro de 1965)**

# Em Foco

Avante!

Ano 56 – Série VII
N.º 665
25 de Setembro de 1986
**3.º Caderno**
Não pode ser vendido separadamente

# PESCADORES DO ARRASTO COSTEIRO

■ *Carlos Almeida*

# A força da unidade forjada no mar

O porto estava vazio. Apenas o **Mar Salgado** havia chegado. Passos apressados pela saudade que pesa, os pescadores recolhem a «caldeirada» e aí vão, caminho da terra, ao encontro da família e do mais que lá se deixa, semana após semana.
De súbito, olhos no escuro da noite, alguém diz, «Olha o **Adónis** que lá vem».
Lentamente, a pequena luz caindo sobre a cábria de um azul vivo, aproxima-se.
Ligeiro como o caçador da antiga Fenícia, terra também ela de marinheiros, o **Adónis** entra a barra. Em terra, os homens, alguns marinheiros experimentados de muitos mares deste mundo, olham-no com respeito.
«Campeão», muitos lhe chamam.
No convés, o Cinquenta agita-se, ladra, pronto a saltar para terra. É sempre ele o primeiro a fazê-lo. Ao nosso lado, dizem-nos, «o cão que ali vês já se salvou de dois naufrágios». Com o navio acostado, segue-se a operação de descarga do peixe. Carapaus, besugos, chicharros, douradas, enchem os caixotes que, um após outro, emergem do fundo do navio.

Depois, o mesmo correr, a mesma pressa, em busca do descanso de uma semana de trabalho incessante.
Descanso pelo qual duramente lutam estes homens.
Estamos na Docapesca, em Lisboa. Falamos dos pescadores do arrasto costeiro em luta pela actualização do seu contrato colectivo de trabalho, por rever desde 1980. Ficámos a saber que, no Portugal de Abril, há ainda quem queira roubar aos trabalhadores um direito tão primário como o descanso semanal. Que neste país, onde o desemprego não pára de aumentar, tenta-se suprimir quase um terço dos postos de trabalho na frota do arrasto costeiro. Mas ouvimos também histórias antigas, o desfiar lento e desordenado da rede da memória, marcada nos rostos secos, nas mãos duras dos pescadores. Outros tempos que não voltarão mas que não podem mais esquecer-se. ■

# Pescadores do arrasto em luta

# escravos a bordo

# desempregados em terra

Falámos com dirigentes sindicais. Ouvimos de viva voz o quotidiano duro dos pescadores do arrasto costeiro. Em luta há cinco anos pela renovação do seu contrato colectivo de trabalho, estes trabalhadores mantêm-se firmes e determinados. A sua unidade, forjada na luta no mar, quebrou a arrogância da direcção da ADAPI (Associação dos Armadores de Pesca Industrial). Segundo nos confirmou um dirigente sindical espera-se que esta semana mais armadores, à revelia da direcção da ADAPI, assinem o acordo directamente com os sindicatos.

Aqui, na Docapesca, o tema de conversa é a luta. «Então, já assinou mais algum?», perguntam os pescadores. O clima é de grande determinação, como nos dizia momentos antes Manuel Lourigo, da Federação dos Sindicatos da Pesca, também ele um homem do mar,

*Manuel Lourigo, da Federação dos Sindicatos das Pescas: os armadores procuram o lucro fácil, não discutem com os sindicatos as medidas necessárias para o sector*

maquinista, filho de pescadores da região da Figueira da Foz.

Manuel Lourigo é do tempo em que pescadores, vindos de todo o País, afluíam no Inverno aos portos de barra franca existentes ao longo da costa, para assegurar o seu sustento.

Nessa altura do ano, o mar bravio tornava inúteis as técnicas de pesca artesanal praticadas no Verão obrigando os pescadores a procurarem trabalho em Setúbal, Lisboa ou Cascais. Cá vieram, por cá deixaram família e hoje, são muitos os filhos dessas épocas que, quando a sexta-feira chega, abalam por aí fora, em camioneta alugada entre todos, ao encontro da família e das terras.

## Uma luta que se arrasta há anos

Desde 1981 que os pescadores do arrasto costeiro lutam pela actualização do seu contrato colectivo de trabalho. Contar a história desta luta é percorrer cinco dos dez anos de política de direita em Portugal, cinco anos de prática governativa virada contra os interesses dos trabalhadores e da economia nacional.

Logo nesse ano os trabalhadores tiveram que recorrer à greve por forma a obrigar a ADAPI (Associação dos Armadores de Pesca Industrial) à negociação. Face ao impasse a que entretanto se chegou, o Conselho Nacional da Federação dos Sindicatos das Pescas solicitou do Ministério do Trabalho a nomeação de uma comissão técnica com vista à elaboração de uma portaria regulamentadora do trabalho para o sector. O Ministério responde negativamente mas também não apresenta qualquer razão ou alternativa para a situação.

Estavam em causa, nesta altura como hoje, para além dos correspondentes aumentos salariais, a questão do descanso semanal e o problema da redução das tripulações. Tempos depois, uma iniciativa do Ministério sai gorada e a questão arrasta-se interminavelmente.

Em Abril deste ano, o Conselho Nacional da Federação dos Sindicatos das Pescas decide promover em todo o país plenários nacionais para exame da situação. «Caso o Governo, no prazo de trinta dias não nomeie a comissão técnica para elaboração da PRT para o sector, os pescadores realizarão durante o mês de Julho uma série de paralisações», é a proposta que acaba por ser aprovada nesses plenários. Dessa forma, a 14, 21 e 24 daquele mês, os pescadores do arrasto costeiro paralisam o trabalho em todo o país.

A isto e perante a escandalosa passividade do Governo, os armadores respondem com o *lock-out* proibido pela Constituição da República. Nos dias após as greves, os armadores, à excepção de duas empresas, não deixam os barcos irem para o mar.

Novos plenários se seguem, e os pescadores marcam novas paralisações agora no sistema de semanas alternadas, de 4 a 11, de 18 a 25 de Agosto e de 1 a 8, e de 15 a 19 de Setembro. A resposta dos armadores continua a ser a repressão. O *lock-out* mantém-se e alguns chegam mesmo ao ponto de esvaziar por completo os depósitos de gasóleo dos barcos.

Na Figueira da foz, os pescadores do *Sagrada Família* tentam levar o barco para o mar mas o capitão do porto ameaça os trabalhadores com a intervenção da Polícia Marítima.

Entretanto, contra estas atitudes repressivas e ilegais, a Federação dos Sindicatos do sector apresenta à Inspecção Geral do Trabalho uma exposição sobre o sucedido e entrega na Polícia Judiciária uma queixa-crime contra os armadores prevaricadores, exigindo o pagamento aos trabalhadores dos dias em que, devido ao *lock-out*, não puderam exercer o seu direito ao trabalho.

Mas esta atitude autoritária da direcção da ADAPI tentava esconder a sua real fraqueza e divisão. Assim, algumas empresas, como é o caso da Empresa Algarvia de Pesca do Arrasto e a Associação de Armadores da Pesca do Guadiana, reconhecem a justeza das reivindicações dos pescadores e decidem assinar com os sindicatos o acordo colectivo de trabalho. Seguiram-se cerca de trinta e oito empresas, num total de cinquenta e oito navios. À medida que estes contratos eram assinados, os trabalhadores abandonavam a greve e iniciavam a laboração normal.

As reuniões entre a direcção da ADAPI e os sindicatos redundam em novo fracasso, devido à intransigência dos primeiros e, perante isso, novo pré-aviso de greve é entregue para o mês de Outubro, no mesmo regime de semanas alternadas. Ameaças, calúnias, provocações em particular contra os mestres dos navios e os armadores que escolheram a via do diálogo com os trabalhadores é a prática da direcção da ADAPI, sempre e só. E contudo, espera-se para os próximos dias a assinatura por parte de outras empresas do contrato colectivo de trabalho já acordado com sensivelmente metade da frota.

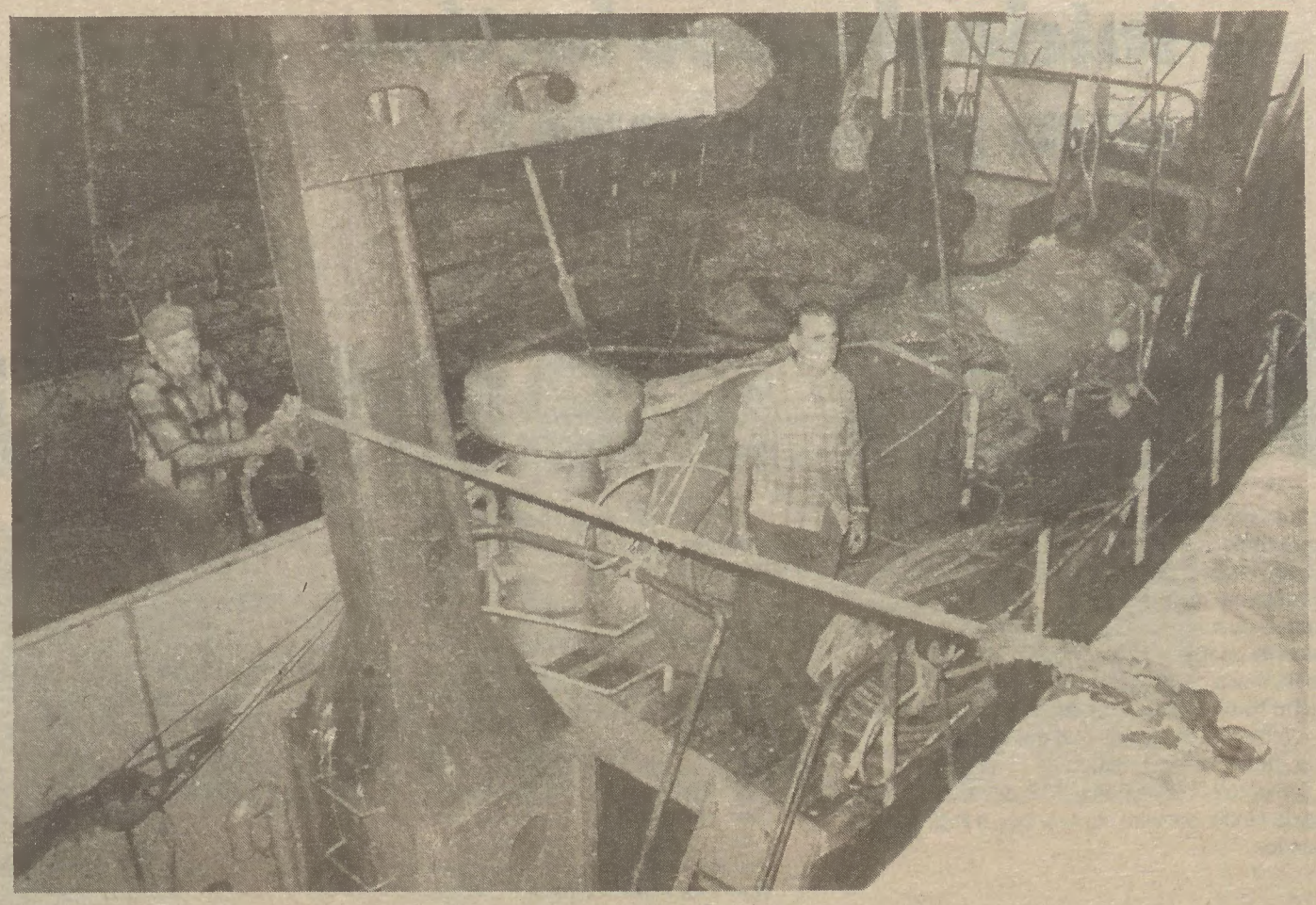
*Depois de um dia inteiro de trabalho, o repouso merecido e a «caldeirada» comida em conjunto*

## Estão em causa direitos fundamentais dos trabalhadores

Como atrás salientámos, para além dos aumentos salariais, duas questões dividem os pescadores e a direcção da ADAPI, duas questões de sagrada importância para todos os trabalhadores, o direito ao trabalho e ao descanso semanal.

Com efeito, a proposta da ADAPI impunha a redução da tripulação dos navios de treze para dez homens e acabava com o descanso ao sábado e domingo avançando com um esquema que prejudicava claramente os trabalhadores, para já não falar de outras consequências, mesmo de carácter ecológico.

É que, como nos dizia o maquinista do *Mar Salgado*, Artur de seu nome, natural da Costa de Lavos, perto da Figueira da Foz, «o peixe não é estúpido, pensamos que é mas não é». A pesca durante todos os dias da semana provoca a dispersão dos cardumes. A pa-

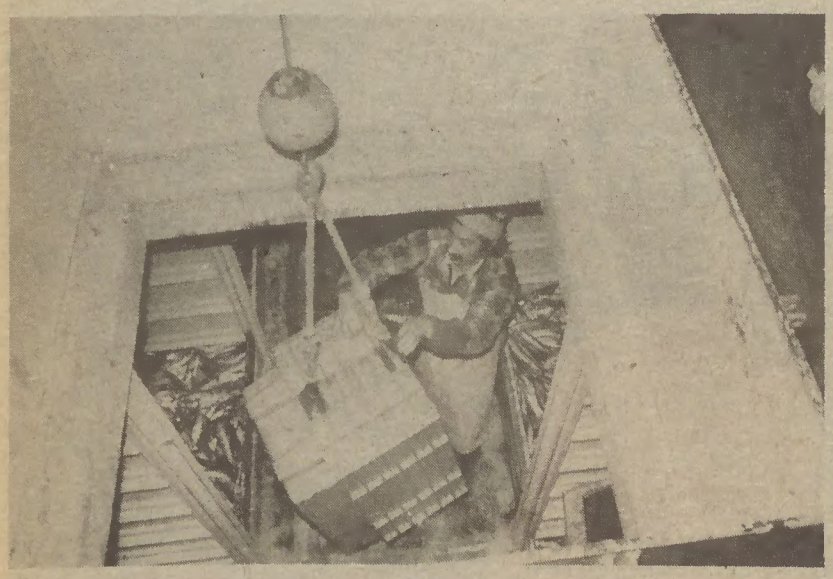


*A chegada do Mar Salgado*

ragem durante dois dias, serve por isso e além do mais, para reagrupamento dos cardumes contribuindo dessa forma para a manutenção do equilíbrio das espécies.

Esta é uma razão importante. Mas como esquecer que estes homens trabalham por vezes vinte horas por dia?. «Aproveitamos todos os cinco minutos para descansar», afirma o contra-mestre do *Mar Salgado*. Como esquecer as palavras amarguradas do maquinista do *Mar Salgado*, «há dias em que dá vontade de chorar, uma pessoa ali metida com sessenta, setenta graus a apertarem. Trabalho nisto desde os catorze anos, ando à vinte cinco nisto e digo-lhe: um pescador quando chega aos quarenta está todo partido por dentro».

Pretende a direcção da ADAPI que «cada tripulante terá direito, no final de cada período de 30 dias de pesca (...) a gozar 7 dias seguidos de descanso». Mas, «nos casos de inactividade por motivo de força maior, vendagem, mau tempo ou avarias (motivos estranhos ao pescador, sublinhe-se) cuja duração seja superior a 24 horas, os dias excedentes serão deduzidos ao número de dias de descanso».



***Depois da pesca a operação de descarga. «Ontem carreguei 400 caixotes destes»***

«São uns malandros esses gajos», ouvimos junto a nós. «A trabalhar assim, se não fossem os fins-de-semana não aguentávamos, ninguém aguenta».

Como se afirma num comunicado emitido recentemente pela Federação dos Sindicatos das Pescas e pelo Sindicato dos Pescadores do distrito de Aveiro, «o descanso semanal é um direito que conquistámos na luta (desde o 25 de Abril que o sábado e o domingo por vontade dos trabalhadores são dias de descanso). Na luta o vamos continuar a defender».

Mas esta medida relaciona-se de muito perto com uma outra, igualmente gravosa para os pescadores. O objectivo é, nas palavras de Manuel Lourigo, criar um mercado de escravos a bordo e um mercado de desempregados em terra». Na cláusula 10, no n.º 1 da alínea b) da proposta da ADAPI lê-se: «para os navios que operem na ZEE portuguesa, a lotação normal será de 10 homens, cabendo ao pessoal das máquinas, quando composto de 3 elementos, a obrigação de colaborar com o pessoal de convés, sempre que tal se revele necessário ao bom andamento dos serviços de bordo». Na n.º 3 da mesma alínea, adianta-se que tal redução «será feita à medida que, no navio se forem dando as necessárias vagas, ou por deslocação de tripulantes para outro navio do mesmo armador».

Os argumentos são, como para a disposição referente ao descanso semanal, os mesmos, «a modernização», as «imposições da CEE». De tão benéfica que era não há muito tempo, a CEE é agora encarada, pelos próprios armadores como uma ameaça ao desenvolvimento das suas empresas.

Já a questão do descanso radicava-se nas imposições da CEE referentes à medida das malhas da rede que, por serem mais largas obrigam a um esforço intensivo de pesca. Por outro lado, a redução do pessoal a bordo tem evidentes objectivos de redução de despesas para o armador e de sobrexploração da mão-de-obra a bordo.

A justificação que alguns adiantam, «imposição dos padrões europeus», só pode vir de quem não conhece a pesca portuguesa, não sabe nada do dia-a-dia dos pescadores. As condições da pesca do arrasto em Portugal, as próprias características do mar e dos seus fundos são diferentes e tudo isso determina a lotação dos navios. Não é com medidas que buscam a obtenção do lucro fácil à custa da miséria dos pescadores que se resolvem os problemas.

A tudo isto, os pescadores têm respondido com grande firmeza e unidade e além disso com grande sentido das necessidades nacionais. Manuel Lourigo afirmou-nos com toda a clareza: «estamos dispostos a sentar-nos à mesa com a ADAPI e demais entidades interessadas e discutir medidas para a recuperação e desenvolvimento do sector de grande importância para a economia nacional, mas não aceitamos qualquer tipo de chantagens ou prepotências, nem hipotecamos a qualquer preço direitos fundamentais dos pescadores. Infelizmente a ADAPI apenas conhece essa linguagem, daí que tal nunca tenha sido, até hoje, possível».

Melhor que ninguém, os pescadores conhecem o mar e tudo o que ele pode dar. Como poucos, possuem a firmeza, a amizade e unidade aprendida à própria custa na labuta diário de encontro às ondas alterosas. Não vergam facilmente. A luta aí está que bem o prova. ■

# Uma vitória indisfarçável

## • As reformas e outros *subsídios*

A «rentrée» do Governo de Cavaco Silva não podia ser melhor. Demagogia a rodos, os meios de comunicação estatizados, todos, a acompanhar, são algumas das particularidades destes tempos afeitos a «desta é que é» e outros «confiem em nós que vamos resolver o que até aqui não conseguimos». Vem isto a propósito do anúncio (desnecessário dizer que com grande aparato) dos aumentos nas reformas para os pescadores.

Por nós interrogado sobre o assunto, Manuel Lourigo, da Federação dos Sindicatos das Pescas, disse não ter ainda conhecimento aprofundado sobre as condições exactas desses aumentos. De qualquer forma adiantou-nos: **«O Governo propagandeia os aumentos das reformas aposando-se de uma medida exigida desde há bastante tempo pelos pescadores.» «Se alguém tem razões para estar contente, são os pescadores; estes aumentos, ainda que abaixo do necessário são uma vitória clara e indisfarçável da luta dos pescadores.»**

Não obstante, estes aumentos ficam ainda aquém do que seria justo. O esquema geral de atribuição das reformas é de 80 por cento e os montantes agora decididos quedam-se pelos 70 por cento.

Mas pela voz dos pescadores, estes números adquirem uma outra crueza. **«Eu, se pudesse já me tinha reformado que esta vida deixou-me todo partido, mas a reforma não dá para nada»**, ouvimos da boca de um pescador.

«Olhe as "reformas" daqueles é que eu queria ter.» Olhámos surpresos. Como assim? «Aqueles navios brancos que ali vê, estão novinhos em folha. Acredite que só fizeram uma viagem. Mas para ali estão a apodrecer.»

Perguntamos, queremos saber do que nos falam e a denúncia chega. «Os armadores pedem subsídios ao IFADAF para comprar navios. Recebem acima do preço e arrecadam o dinheiro. Fazem uma viagem para disfarçar e depois declaram falência e arrecadam mais outro monte de dinheiro. Estas é que são reformas.»

Outro pescador acerca-se de nós. «Olhe, sei de quem inventa acidentes com os seus navios. Os barcos ficam imobilizados, os armadores a receberem como se andassem no mar, e os pescadores ficam-se com o salário mínimo nacional porque o barco está parado.»

Mas destas coisas, Cavaco não diz. A televisão, preocupada com o último discurso do secretário do subsecretário do secretário do ministro não tem tempo para se preocupar com estas «ninharias» que fazem o dia-a-dia dos pescadores do arrasto costeiro. ■

■ *Jorge Montez*

# Início do ano lectivo sem problemas?

# 20 mil sem aulas

João de Deus Pinheiro, ministro da Educação, deu no princípio da semana passada uma conferência de imprensa onde anunciou que este ano lectivo abrirá sem problemas na próxima quarta-feira dia 1 de Outubro. Para tornar mais bombástica a informação, houve quem se apressasse a afirmar que pela primeira vez sindicatos e Ministério estavam de acordo nesta matéria.

Será mesmo assim? A resposta é-nos dada por **António Teodoro, secretário-geral da Federação Nacional de Professores (FENPROF)** em entrevista exclusiva ao «Avante!»: **pelo menos 20 mil alunos não começam as suas aulas no início do ano lectivo.**

Sindicatos de acordo com o Governo? Parece que não. E as razões são mais que muitas. Como pano de fundo, convém lembrar que o PSD está há já oito anos à frente da educação.

**«Avante!» — Este ano lectivo começa mesmo sem problemas?**

**António Teodoro** — O Governo actual teve condições — nomeadamente no contexto internacional que lhe consentiu poupanças muito grandes na importação do petróleo e dos cereais e com a baixa da cotação do dólar — que lhe permitiram mobilizar um conjunto muito importante de verbas para investimentos.

E um dos investimentos que o Governo fez foi na construção de equipamentos escolares. Portanto, a pressão existente em algumas zonas de rotura diminuiu, mas daí a dizerem que os problemas não existem vai uma grande distância.

Estima-se que cerca de 20 000 alunos só terão aulas lá para finais de Outubro. Ficarão no mínimo com um mês de aulas a menos do que os outros.

Aliás, o próprio ministro o reconhece sem tornar admissão, quando diz que 18 escolas só em finais de Outubro é que serão entregues...

**«Av!» — E 18 é um número mais suave do que 20 000...**

**AT** — Dezoito. E temos conhecimento de mais dois ou três casos, com uma média de mil alunos por escola.

No entanto, está a verificar-se uma situação interessante. É que a pressão é de tal ordem que muitas vezes os próprios técnicos do Ministério têm medo de dar ao Poder a dimensão exacta das situações.

Por exemplo: o Ministro não considera que em Almada haja problemas e neste momento são quinhentos os alunos, só nesta cidade, que não sabem em que escola é que vão ficar.

O Ministério queria colocá-los numa escola que ia ser demolida, mas os conselhos directivos, as Câmaras de Almada e do Seixal e o próprio sindicato exigem que os alunos só aí poderiam ser colocados com garantias de construção de uma outra escola e numa situação claramente transitória.

**«Av!» — Isso coloca outra questão. O ano passado, os conselhos directivos impuseram-se em relação ao Ministério. Este disse que as escolas iam abrir e os conselhos directivos disseram muito simplesmente: «não temos condições para o fazer»...**

**AT** — As escolas, em geral, estão só a abrir quando têm condições para o fazer. É ver por exemplo os conselhos directivos de Setúbal que tomaram uma posição extremamente crítica em relação à situação na cidade, onde existem igualmente problemas com cerca de 1200 alunos.

Agora o que é certo é que há, na abertura deste ano lectivo, para além da melhoria da rede física, uma grande pressão sobre os conselhos directivos, sobre os próprios técnicos, para que se silenciem situações.

**«Av!» — Pressão essa que vem de onde?**

**AT** — Que vem normalmente da Secretaria de Estado da Administração Escolar, nomeadamente dos directores gerais.

Mas existe também um outro tipo de pressão, que é exercida sobre a opinião pública, dando-lhe a ideia de que tudo está bem e que quem assinale o contrário está a fazer uma crítica destrutiva, não está a colaborar... Quando os nossos intuitos são completamente diferentes: demonstrar, e aqui sim construtivamente, que os problemas existem e, logo, exigem resolução.

Este tem sido o papel dos sindicatos e da FENPROF. Nunca foi nossa intenção transformar a abertura dos anos lectivos num drama.

## Mais problemas

A abertura do ano lectivo é um momento de alegria pelo reencontro com as crianças, pelo recomeço do trabalho; mas é também o momento de chamada de atenção para os problemas existentes, para as más condições de trabalho, para a necessidade de se tomarem medidas com tempo...

**«Av!» — Mas é só o problema das instalações escolares que afecta a abertura do ano lectivo?**

**AT** — Em primeiro lugar, mantiveram-se sintomas de incompetência porque, se é um facto que as escolas foram lançadas, o Ministério «esqueceu-se» de lançar os concursos para equipamentos, pelo que algumas escolas estão prontas mas não têm equipamento.

Em segundo lugar, o lançamento deste programa de emergência foi feito por forma a encarar os seus custos, uma vez que não foi sujeito a qualquer concurso público, o que significa que os preços são 30 a 40 por cento mais elevados do que os normais.

Por outro lado, o próprio Ministério reconhece que das escolas que deveriam estar prontas a 31 de Agosto, 18 só serão entregues em finais de Outubro. Além do mais, e apesar de já terem professores colocados, duas escolas não foram lançadas e não têm sequer terraplanagem.

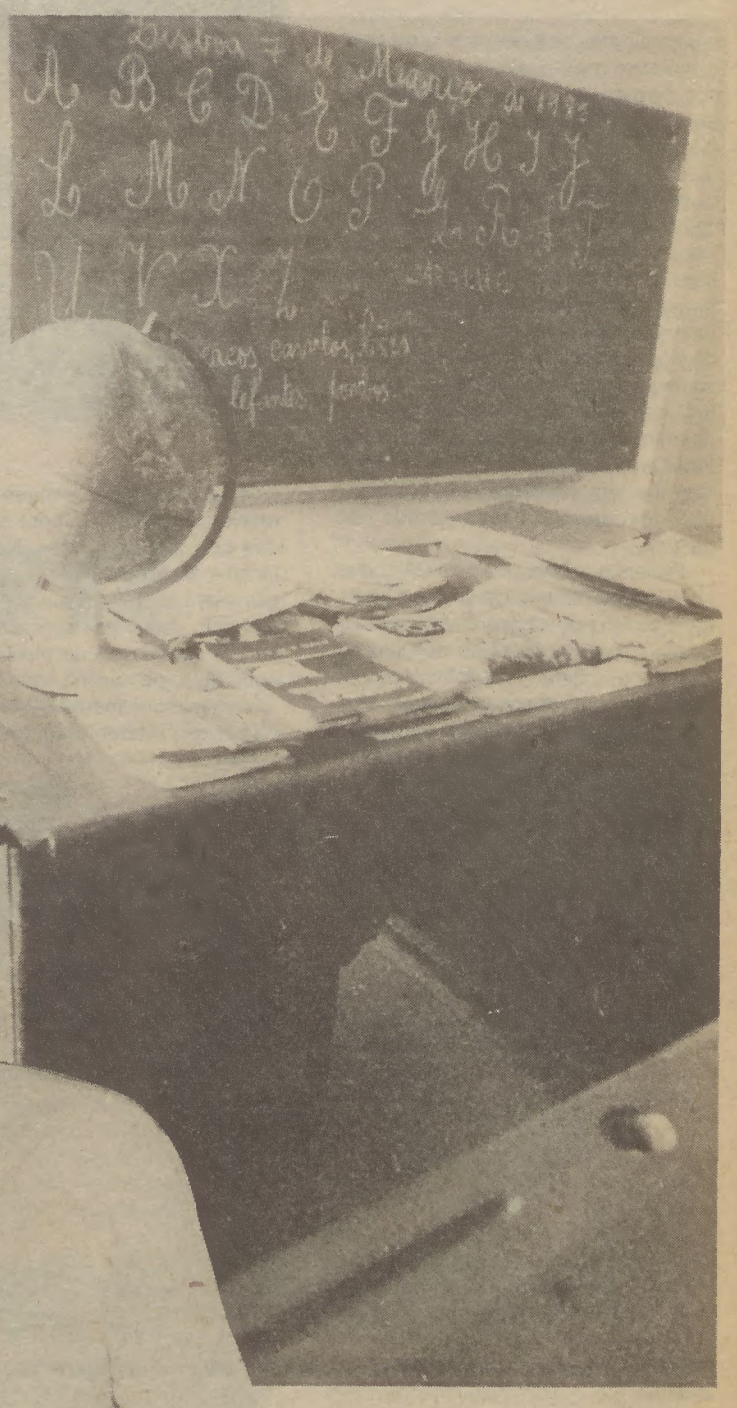
**«Av!» — O Governo conseguiu minimamente cumprir uma meta, mas que não corresponde às necessidades reais uma vez que um dos grandes problemas da Educação é a degradação dos estabelecimentos escolares existentes...**

**AT** — O ministro e a sua equipa — e esta conferência de imprensa foi disso exemplo claro — têm uma visão meramente administrativa das questões. O seu Ministério não está para coordenar. Está para, utilizando algumas medidas, dar a imagem pública de que governa bem.

E se há alguma coisa que se pode dizer que fazem bem é a propaganda.

Esta questão das instalações é o exemplo típico de como se aproveita bem uma disponibilidade financeira, lançando em tempo oportuno, em termos de imagem, as escolas, e depois aproveitando o facto até à exaustão.

Antes da conferência de imprensa, já o secretário de Estado tinha ido ao pau de fileira (que é quando se termina a betunagem) de uma escola fazer declarações e o ministro já andou no Norte com o Primeiro-Ministro a inaugurar escolas... Ou seja, uma mesma acção é desdobrada em múltiplos actos.



• Entrevista com

**António Teodoro**

Secretário-geral da FENPROF

## Ensino de Português

Na própria conferência de imprensa, foi anunciado um conjunto de medidas desgarradas, algumas só aproveitando o seu aspecto espectacular...

**«Av!» — Como é o caso do ensino de Português...**

**AT** — Por exemplo, o despacho do ensino de Português. O que o ministro disse foi que só passa quem passar a Português. Não é verdade, o despacho não diz isso. Di-lo, mas assim: se o Conselho de Turma considerar que o aluno deve passar está autorizado a fazê-lo.

O ministro utilizou o próprio impacto da medida. Utilizando uma certa sensação nos meios intelectuais, da degradação da língua portuguesa — o que é um facto devido a todas as questões que se prendem com a influênica cultural estrangeira, com a própria televisão, com as dificuldades na formação dos professores de Português (que é um dos grupos onde os professores sem habilitação constituem uma percentagem elevada) —, anuncia uma medida cujo substracto não corresponde exactamente às suas palavras.

No entanto, basta vermos os editoriais da rádio e dos jornais para nos apercebermos que é uma medida importante do ponto de vista propagandístico.

**«Av!» — Em que objectivos é esta medida enquadrada?**

**AT** — Não posso responder porque não foram explicitados. É uma medida de combate ao insucesso escolar? De valorização da cultura portuguesa? Os programas de Português foram modificados? Foi lançada uma campanha de formação de professores?

Nada disso é dito porque se aproveita uma situação para sobre ela se tirar dividendos políticos. Não para a resolver.

**«Av!» — E que situação é essa?**

**AT** — A necessidade da valorização do Português como instrumento de comunicação e de cultura, que necessita de um conjunto amplo de medidas em que talvez esta se pudesse integrar (não questionamos se pode ou não).

Mas nada disso é feito. Mostra-se a ponta do *iceberg* esquecendo tudo o que está por detrás.

**«Av!» — Voltemos a este ano lectivo. Na mesma altura em que se diz que abre a 1 de Outubro, diz-se que a segunda fase do concurso de professores termina a 29 de Setembro. Não há aí uma contradição?**

**AT** — São 3500 lugares que estão a concurso a nível nacional, portanto é uma percentagem que não condiciona o funcionamento das escolas. Pode condicionar nalguns casos, nomeadamente nas periferias das grandes cidades e no Alentejo. Naquelas zonas onde é mais difícil a colocação de professores, mas os grandes centros urbanos estão com os seus quadros completos.

O ministro, ao afirmar que tudo começa bem, dá-nos a ideia de que a abertura do ano lectivo é um mero acto inaugural e que as escolas são conjuntos físicos sem vida própria, que para a preparação do ano lectivo não é necessária a formação contínua dos professores, a preparação atempada dos horários, a integração dos jovens professores nos meios onde se situam os estabelecimentos, o conhecimento prévio dos programas...

## Um exemplo

Por exemplo, na conferência de imprensa, o ministro voltou a falar dos novos cursos nocturnos e das alterações curriculares que fizeram nos complementares.

Mas o que é que acontece? Nos cursos nocturnos alterados, os programas ainda nem sequer estão elaborados. Os professores que os vão leccionar não sabem que matérias vão dar.

Como é que um professor pode aproveitar estes dias de Setembro para planificar o seu trabalho, para recolher as suas fichas, para se actualizar em alguns conhecimentos?

Nada disso foi previsto, até porque só a dez de Agosto foram encomendados programas para serem entregues até dez de Setembro. Conhecemos algumas pessoas a quem foram encomendados estes programas, sem lhes dizerem para o que era, que estavam convencidas de que era para o próximo ano.

E ao mesmo tempo que o Ministério age assim, sai um documento do seu Gabinete de Estudos e Planeamento, extremamente bem feito, de avaliação aos programas do Ensino Primário e Preparatório, em que critica precisamente este método, onde se diz que a elaboração dos programas e dos *curricula* não pode ser um acto aleatório, não preparado.

Por isso, volto a dizer que este Governo não está a governar numa perspectiva de Estado, de resolução dos problemas, mas sim para reforçar o poder, utilizando para tal a permanência nesse próprio poder. E resolver os problemas é democratizar o Ensino, torná-lo um facto de desenvolvimento económico.

O Ministério demonstrou ainda uma grande insensibilidade em relação à envolvente escolar; à formação de professores, à integração do aluno na escola e ainda em relação a uma questão de que ainda não falámos: aos custos do ensino, ao apoio às famílias carenciadas e aos jovens com dificuldades...

**«AV!» — Falemos dela.**

**AT** — Estes problemas mantêm-se, desde o insucesso escolar ao custo do ensino. Todos os pais estão hoje a sentir no seu bolso o preço dos livros escolares, dos transportes, da alimentação nas cantinas.

Sobre esta matéria não há uma palavra, a não ser o anúncio de uma pequena medida que abrange apenas 40 mil estudantes do preparatório — com a questão do leite escolar —, nada é anunciado...

**«Av!» — Mas o Governo anunciou recentemente que os livros escolares para o ensino Primário não poderiam custar mais de 275$00. Isto não é uma boa medida?**

**AT** — O ano passado, os livros não podiam ultrapassar os 220$00. E para o ensino Preparatório, apesar de ainda ser escolaridade obrigatória, são necessários dez mil escudos logo de início.

## A Lei de Bases...

Os livros deveriam ser facultados. E não é necessário irmos a um país socialista onde o ensino é gratuito. Num país como a Bélgica os livros são dados ao aluno logo no princípio do ano.

**«Av!» — É possível no imediato fazer isso em Portugal?**

**AT** — Não é possível. Mas o que se esperava na conferência de imprensa — e porque a Lei de Bases do Sistema Educativo é explícita quanto à gratuitidade do material escolar — é que o ministro anunciasse medidas para que nos próximos cinco anos o material escolar fosse efectivamente gratuito. E sobre isto nada foi dito, apesar de haver uma lei a dizer que é necessário trabalhar-se para este objectivo.

Os exemplos poderiam ser multiplicados...

**«Av!» — Vocês dizem que o Ministério não cumpre, em vários aspectos, a Lei de Bases do Sistema Educativo.**

**AT** — O ministro não fez qualquer referência à Lei de Bases do Sistema Educativo, a não ser marginalmente.

Mesmo quando anuncia medidas para o futuro e faz futurologia dizendo que daqui a dois anos tudo estará diferente e que em 1992 todas as escolas terão um computador, quando faz referências à sua Comissão de Reformas do Sistema Educativo, omite por completo que a Assembleia da República aprovou em Junho um quadro completo de reformas, uma Lei de Bases que determina o futuro próximo e que, nomeadamente, atribui a responsabilidade ao Governo de elaborar um plano de desenvolvimento de médio prazo nos próximos dois anos e de, no próximo ano, apresentar propostas de lei sobre um conjunto importante de matérias, desde o prolongamento da escolaridade obrigatória, à formação de professores, à Acção Social Escolar e ao acesso ao Ensino Superior.

## ... E a escolaridade obrigatória?

Por exemplo: ainda hoje a escolaridade obrigatória em Portugal é de seis anos, pelo que os pais estão obrigados por lei a colocarem os seus filhos na escola até estes cumprirem o 6.º ano de escolaridade. Por lei, também, o Estado está obrigado a criar condições para que todos os portugueses a possam frequentar.

A Lei de Bases aponta para que a escolaridade obrigatória seja de nove anos e, em princípio, os alunos que pela primeira vez se matricularem no próximo ano já deverão ter uma escolaridade obrigatória de nove anos.

Era mais importante que o ministro anunciasse quais as medidas implementadas para que os jovens — todos — possam ir até ao 9.º ano de escolaridade, do que dizer que o próximo ano lectivo começa a 21 de Setembro.

O aumento da escolaridade implica muitas medidas de incentivo à frequência escolar, de uma maior articulação com as autarquias, a melhoria das condições de vida. Nada disto é dito, quando ainda hoje a escolaridade obrigatória de seis anos não é cumprida por cerca de 18 por cento das crianças, quando se verifica que 11 em cada cem crianças que terminam a 4.ª classe não se matriculam no ano seguinte. Estes é que são os problemas reais, e não se as aulas começam a 21 ou 23 de Setembro...

**«Av!» — Falou-se há pouco do acesso ao Ensino Superior. O Ministério diz que este ano houve mais dez por cento de vagas e que no próximo ano a situação será muito melhor.**

**AT** — Na nossa perspectiva, a questão do acesso ao Ensino Superior não pode ser vista exclusivamente pela capacidade das Universidades e de outras instituições de ensino. Tem de ser vista no quadro de uma política de desenvolvimento económico, de criação de mais postos de trabalho e da utilização da capacidades da população universitária.

Como se esteve todos estes anos sem nada se investir no Ensino Superior, nomeadamente nas questões físicas, vai ser fácil apresentar trabalho porque quando se parte do quase nada faz-se sempre qualquer coisa.

Em 1973/1974 — antes da revolução —, entravam mais estudantes para o Ensino Superior do que há três anos. Só agora é que a situação se aproxima de há 12 anos atrás...

A nosso ver, as metas do Governo neste campo são muito pouco ambiciosas. Eles prevêem que em 1995 se tenha uma taxa de frequência do Ensino Superior de 15 por cento da população entre os 18 e os 25 anos.

Isto implica algumas opções estratégicas. A questão tem de ser vista simultaneamente com o problema do desenvolvimento económico e com a carência de quadros.

O país não precisa só de engenheiros. Necessita de um conjunto de quadros intermédios para a indústria. Tudo isto tem de ser visto articuladamente. Há Universidades que, pelo seu papel no desenvolvimento cultural da nação, não podem ter limitações de acesso. Neste sector não vai ser difícil fazer alguma coisa porque desde 1975 praticamente nada se fez.

**«Av!» — Vamos concluir.**

**AT** — A linguagem tecnocrática utilizada pelo ministro — que dá uma imagem de grande eficiência e de inovação —, esconde soluções profundamente conservadoras, de manutenção de discriminações.

Quando se põe a tónica na introdução de computadores na escola e não se diz uma palavra sobre a escolaridade obrigatória, demonstra-se uma total insensibilidade para com os problemas da sociedade portuguesa.

Para o Governo, a falta de condições para o estudo não é uma situação de grave violação dos direitos do Homem, porque isso dos direitos humanos é algo para se exportar e não para se resolver internamente.

Sobretudo pelo que omitem, reflectem uma política de classe, onde não se tem em conta a justiça social em todos os seus domínios, incluindo o da Educação. ■

# A PAZ DAS ESTRELAS

Falemos de Paz. Porque a luta não deve ser apenas alimentada pelo justificado medo do holocausto, pela pressão vital, o impulso da sobrevivência.

É precisa também a perspectiva da descoberta e do progresso, da vida em ascenso qualitativo, para que ela própria tenha ainda maior valor.

Por isso falemos da Paz nas estrelas, das imensas perspectivas que se abrem à nossa frente, dos resultados concretos alcançados.

Foi há já um quarto de século. Gagarine. A voz do Homem vinha pela primeira vez do Espaço.

No seu regresso, o primeiro cosmonauta, soviético, dizia: **«Pela primeira vez na vida vi que a Terra é redonda (..) A passagem da superfície luminosa da Terra para o céu completamente negro onde vislumbramos as estrelas é de uma extraordinária beleza. É um espaço muito reduzido, uma espécie de faixa estreita em torno da Terra, azul clara, e toda a gradação do azul ao negro é muito fluida.»**

A primeira, e entusiástica, descrição, do nosso planeta, da nossa casa comum, vista «de fora».

Então velhas benziam-se e atribuíam à ousadia humana todos os males da Terra.

Vinte cinco anos passados ninguém duvidará que o caminho trilhado é irreversível. Mas há quem pareça querer dar razão aos velhos do Restelo de hoje — com a projecção dos gravíssimos problemas actuais do planeta, ampliados ainda, ao Cosmos. Com a «guerra das estrelas», o planeta azul transformado em alvo.

Não é essa a nossa perspectiva. E vale bem a pena falar um pouco do que de novo e positivo a exploração cósmica traz à vida na Terra. ■

*Os astronautas soviéticos A. Gubarev e V. Remek pouco antes de entrarem na Soyuz 28*

Os astronautas soviéticos Kizim e Soloviev regressaram recentemente da estação orbitral «Mir» (Paz), onde permaneceram 125 dias. Um facto banal, uma notícia corrente de partida e regressos do Espaço, que se foram integrando como coisa normal (e longínqua...) no nosso quotidiano?

Na verdade neste curto período de exploração do Cosmos, com a participação humana no próprio espaço, já se viveram diferentes etapas — pode-se falar de uma história.

A palavra ao cosmonauta soviético **Vitali Savinikh,** em afirmações retiradas de entrevista publicada nas páginas de «L'Humanité»:

«Vinte e cinco anos são passados desde o voo de Gagarine. Foi em Abril de 1961. A exploração do espaço conheceu, depois, diversas fases: a das estações automáticas, das estações habitadas por uma pessoa, depois por várias pessoas. Hoje experimentamos **uma nova geração de estações orbitais**. Trata-se de um habitáculo aperfeiçoado **concebido para trabalhar em permanência,** acolhendo rotativamente diferentes equipagens e laboratórios.»

É este o caso da estação «Mir» (Paz), que está preparado para ser um centro de trabalho permanente, e que deverá fornecer à Terra, de forma ininterrupta, dados científicos, nos mais diversos domínios, da investigação médica à astronómica.

Por outro lado — e utilizando ainda as palavras do cosmonauta Savinukh, «vamos tentar ultrapassar o actual recorde dos duzentos e trinta dias. Não só porque esta prática é menos cara que as mudanças de equipas mas também por **a tendência é para os voos de muito longa duração**, por exemplo para Marte. E além disso, queremos conhecer os nossos limites. Já estamos quase certos de que podemos viver um ano no Espaço».

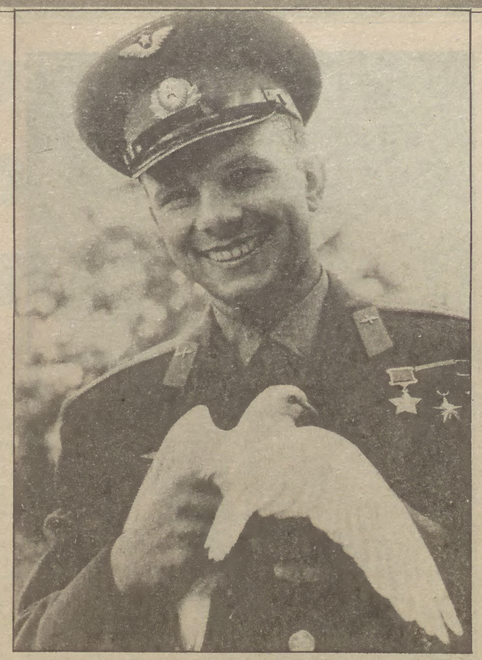
Entre o «bip-bip» do primeiro satélite artificial, lançado pela União Soviética em Outubro de 1957, o primeiro voo cósmico pilotado, Gagarine na «Vostok» em 1961, e as realidades e planos actuais, uma intensa actividade foi desenvolvida no domínio da exploração espacial. Cerca de 250 homens e mulheres sucederam-se nas viagens cósmicas, nalguns casos com prolongadas permanências, saídas para o espaço livre e mesmo a realização de trabalhos nessas condições, passando pelos primeiros passos na Lua.

Sessenta cosmonautas soviéticos trabalharam já nas órbitas cósmicas e foram realizadas mais de onze expedições pilotadas internacionais, estando de momento em preparação um voo soviético-sírio.

Actualmente encontram-se em órbita centenas de satélites, estações permanentes, com tripulações compostas de especialistas científicos e técnicos.

Estações científicas intersiderais navegam nas profundezas do sistema solar.

Aparelhos cósmicos desenvolvem um estudo sistemático da Lua, Vénus e Marte.



*Iuri Gagarine, um soviético para sempre ligado à presença histórica do Homem no cosmos*

## A cooperação

O Cosmos não está retalhado pelos limites das fronteiras ou de zonas «com dono». A sua exploração não é condicionada por nenhum tratado de Tordesilhas. Seria portanto o domínio privilegiado da solidária cooperação humana. Todos sabemos que não é assim.

Em Julho de 1985 passaram dez anos sobre a acoplagem do primeiro voo conjunto entre as naves cósmicas «Soyuz», soviética, e «Apollo», norte-americana. O primeiro voo cósmico internacional.

Em 1976, a União Soviética e os Estados Unidos iniciaram debates sobre um programa de voos conjuntos da estação orbital da URSS, «Saliut» e o vaivém americano «Space Shuttle». Os cientistas dos dois países elaboraram conjuntamente importantes programas de experiências cósmicas.

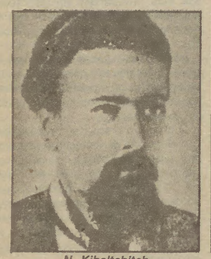
A Casa Branca pôs termo então a tais perspectivas, que interessavam a toda a humanidade, a todos nós. Quem pode saber que progressos teriam sido alcançados, frutos da cooperação que Washington sabotou? O beco sem saída da «guerra das estrelas» tomava a primazia, já então, sobre as perspectivas da cooperação pacífica.

Mas a vida, a lógica da sua evolução, é mais forte que a política imperialista de retrocesso social e aposta na força das armas. Pelo que, diminuída e amputada embora, a cooperação internacional prosseguiu.

No âmbito do programa de cooperação internacional «Intercosmos», elaborado em meados dos anos 60, e em particular a partir de 1969, mais de 20 satélites artificiais foram postos em órbita. Entre Março de 1978 e Maio de 1981, foram preparados e realizados nove voos internacionais com a participação de cosmonautas

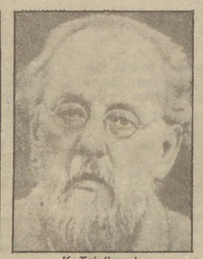
➧





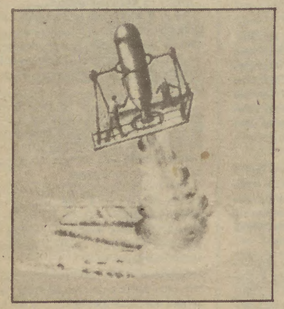
*N. Kibaltchitch*

*F. Tsander*



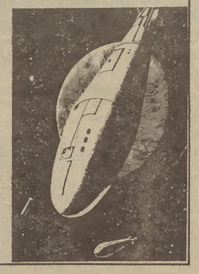
*K. Tsiolkovsky*

*Nikolai Ivanovitch Kibaltchitch idealizou no século XIX, na Rússia imperial, uma nave constituída por uma plataforma com um furo ao centro, e tendo por cima uma câmara de explosão em que seriam introduzidas «velas» de pólvora comprimida. A explosão das «velas» determinaria a subida do engenho, na vertical. Uma vez no espaço, o motor inclinar-se-ia e passaria a servir para a propulsão*



As estufas espaciais (reproduzido do manuscrito "Viagens Cósmicas", de Tsiolkovski)

Modelo de um dos veículos cósmicos imaginados por Tsiolkovski



soviéticos e da Checoslováquia, Polónia, RDA, Bulgária, Hungria, Vietnam, Cuba, Mongólia e Roménia.

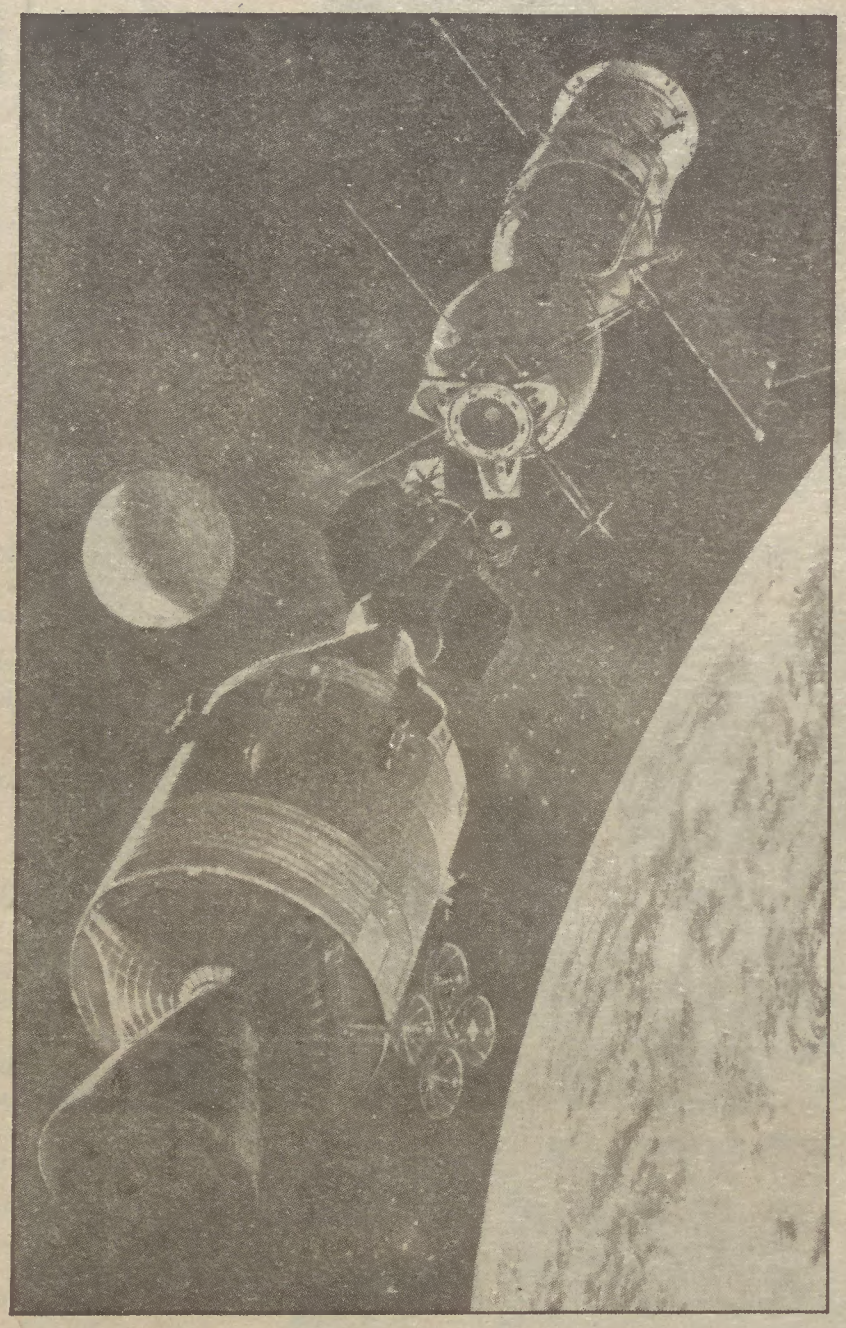
A cooperação internacional no estudo do Cosmos é uma realidade actual.

Em Dezembro de 1984, duas estações cósmicas soviéticas lançaram módulos de descida em Vénus, que por sua vez libertaram na atmosfera deste planeta pequenos aeróstatos. Os sinais recebidos em Terra pelos seus transmissores e com a ajuda da rede internacional de radiotelescópios, foram analisados por cientistas de diferentes países.

No âmbito do projecto «Vega» (estudos de Vénus e do cometa «Halley»), e relativamente ao estudo do cometa «Halley», a cooperação internacional assumiu um carácter particularmente intenso: os trabalhos do programa «Vega» foram dirigidos por um comité técnico-científico internacional.

Esse mesmo comité já se encarregou do estudo de planetas segundo o projecto «Phobus» (um satélite de Marte), que prevê o estudo de Fobus, Marte e Sol. Os aparelhos necessários serão elaborados e produzidos por cientistas e engenheiros da URSS, França, Bulgária, RFA, RDA, Checoslováquia, Polónia, Áustria, Suécia, Finlândia e Hungria.

Apenas um pequeno punhado de exemplos da realidade da cooperação internacional, do seu carácter objectivamente imperioso. E do alcance das propostas soviéticas, não só contra a militarização do Espaço, como para a cooperação na sua exploração. A «Paz das estrelas». ■

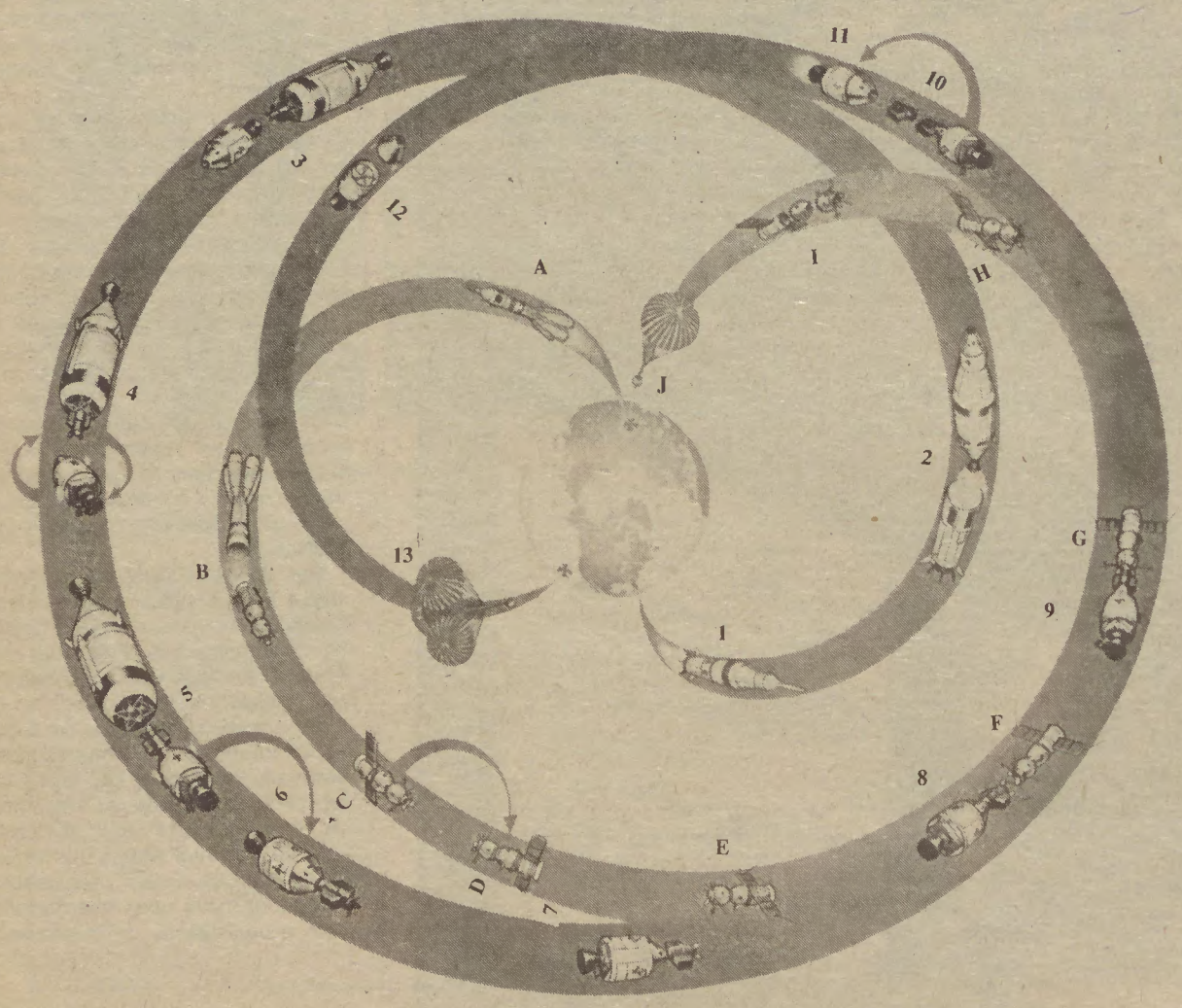


*O primeiro voo cósmico internacional, afirmação objectiva da possibilidade de uma importante cooperação no cosmos, ocorreu em Julho de 1975 com o voo da «Soyuz» e «Apolo»*

A histórica missão Apolo-Soyuz (1975)

**Soyuz:** A-lançamento; B-separação do veículo de lançamento; C-painéis solares, geradores de energia (abertos); D-A Soyuz vira-se; E-A Soyuz encaminha-se para a órbita final; F (8)-encontro; G (9)-manobras de junção; H-desvio da órbita; I-separação dos módulos; J-descida e aterragem no Kasaquistão

**Apolo:** 1-lançamento; 2-separação do primeiro andar do Saturno; 3-separação do segundo andar; 4-inversão da Apolo; 5-separação do módulo de acostagem; 6-inversão da Apolo na direcção de voo; 7-Apolo prepara acoplamento; 8 (F)-encontro; 9 (G)-manobras de acostagem; 10-Apolo rejeita o módulo de acostagem; 11-inversão e mudança de órbita; 12-rejeição do módulo de serviço; 13--descida e maragem do módulo de comando, no Pacífico, perto do Havai




# Explorar o Cosmos

## Porquê? Para quê?

Que se faz no Cosmos? Qual o interesse da sua exploração? Que perspectivas, que projectos?

São questões que se colocam. A alguns por cepticismo — os que alheios à interligação entre todas as coisas e às próprias leis do desenvolvimento, contrapõem a exploração do Cosmos aos — muitos — problemas irresolvidos na Terra. A outros pelo entusiasmo do novo, pela curiosidade que desperta uma evolução que nos aproxima das nossas próprias origens — do universo.

Para melhor compreender o que é que se faz no Cosmos, vale a pena referir alguns dos grandes projectos actuais.

Entre os maiores projectos: uma expedição pilotada a Marte; o transporte de um dos asteróides para a Terra; a criação de radiotelescópios gigantes.

Simultaneamente, vários problemas com interesse para toda a humanidade poderiam ser resolvidos.

Poder-se-ia criar um sistema de satélites de observação e controlo para predizer o tempo e avisar sobre as tempestades, observar o estado das culturas agrícolas, dirigir o trânsito dos barcos e aviões, controlar as reservas pesqueiras, a biosfera, os bosques e os gelos eternos.

Temos também a perspectiva da exploração industrial do Cosmos para a criação de novos processos tecnológicos e a obtenção de novos materiais na imponderabilidade e no vácuo. Não são projectos tratados no vago.

São cada vez mais importantes os estudos científicos, a partir do Cosmos, dos recursos naturais. Todas as tripulações internacionais (no âmbito dos programas soviéticos) realizam experiências de metalurgia cósmica, estudos de fundição e cristalização de diferentes ligas.

Mais, todos estes programas e projectos, não só se enquadram no princípio fundamental da cosmonáutica soviética — «O Cosmos ao serviço da Humanidade» — como conjugam os interesses da ciência e da produção, os problemas teóricos e práticos.

## Os resultados, hoje

Sob as areias do Saara Ocidental, como sob os gelos polares da Antártida, escondem-se estruturas anelares — de 35 quilómetros de diâmetro no caso do deserto africano. Um facto impossível de suspeitar há apenas poucos anos. Resultado de fotografias tiradas pelos satélites soviéticos «Cosmos 1500» e «Cosmos 1602». Os cientistas pensam tratar-se respectivamente dos vestígios da queda de um grande meteorito ou da cratera de um vulcão pré-histórico e da cratera de um vulcão ainda activo, tanto mais que o clima antártico é um pouco mais quente do que teoricamente deveria ser.

Um exemplo solto de como, a partir do Cosmos, se alargam as portas da investigação e do conhecimento científico na Terra.

Mas importa ainda somar-lhe outros, de interesse prático mais imediato.

Foi graças à fotografia especial que o Centro Nacional (da URSS) «Priroda» (banco de imagens da Terra obtidas a partir do Espaço) identificou determinadas manchas existentes no subsolo do deserto de Kara--Kum, na Ásia Central, que os geólogos posteriormente confirmaram tratar-se de água.

Um outro exemplo: o método utilizado na Sibéria e no Extremo-Oriente soviético contra os fogos. A fotografia espacial ajuda a detectar a nebulosidade na proximidade do local da origem do fogo, delimitando-se rigorosamente a sua área. Seguidamente reagentes especiais são dispersos no ar a partir de aviões, provocando chuva.

São factos muito simples. Mas significativos. E que bem ilustram das potencialidades imensas da exploração pacífica do Cosmos para toda a Humanidade. Um testemunho mais do crime que é a sua militarização. Dos prejuízos que — para além da ameaça de holocausto — a «guerra das estrelas» provoca já hoje. ■

■ *Anabela Fino*

# A desordem económica internacional

Representantes de quase uma centena de países reuniram-se a semana passada na cidade uruguaia de Punta del Este para debater o Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio, vulgarmente conhecido por GATT (General Agreement on Tarifs and Trade), que de forma sucinta se pode definir como um código regulador do comércio e política comercial internacional.

A reunião não atraiu particulares atenções dos órgãos de informação, embora as consequências do que aí for decidido (ou não) venham a ter provavelmente a maior importância para as relações económicas internacionais. Porque subjacente a todo o debate de Punta del Este está o problema da dívida externa do Terceiro Mundo e a agudização da actual crise do capitalismo, cujos ideólogos procuram desesperadamente resolver à custa dos países em vias de desenvolvimento.

Assinado em 1947 por vinte e três países o GATT, que entrou em vigor em 1948, tinha inicialmente como objectivo principal ser um fórum internacional de negociações sobre as barreiras comerciais, alfandegárias e não alfandegárias; assentava no princípio da não discriminação entre nações, na proibição de restrições (inclusive de carácter político) e em concessões tarifárias entre os países membros.

Ninguém duvida hoje que tais princípios foram quase totalmente subvertidos pelos três principais centros imperialistas — os EUA, a CEE (com particular relevo para a RFA) e o Japão — que transformaram o Acordo em mais um instrumento de exploração e dominação dos países em vias de desenvolvimento (PVDs).

Através da imposição de barreiras alfandegárias e dos subsídios aos seus produtos de exportação, os países capitalistas desenvolvidos têm vindo a intensificar as dificuldades de acesso dos PVDs aos mercados internacionais e a reduzir a competitividade das suas exportações. Com o agravamento da crise capitalista, tais medidas foram não apenas reforçadas na sua forma tradicional mas também renovadas com outras mais sofisticadas, as barreiras não alfandegárias.

Desde a Cimeira de Washington de fins de Setembro do ano passado entre os «Cinco grandes» (EUA, Japão, RFA, França e Grã-Bretanha) até à Cimeira de Tóquio no início de Maio deste ano entre os «cinco» mais a Itália e o Canadá, passando pela Assembleia Anual do FMI em Seul em Outubro de 1985 que, pese embora todas as declarações de boas intenções, se tornou clara a intransigência dos centros imperialistas face às tentativas do Terceiro Mundo para lançar as bases de uma nova ordem económica internacional.

E isto não obstante o problema da dívida externa ameaçar transformar-se numa catástrofe geral com incidências, ainda que certamente distintas, em todas os países.

Porque as duas questões são indissociáveis, tal como o processo de endividamento do Terceiro Mundo é indissociável da crise do capitalismo.

## Breve cronologia

Recuando à década de 70 verifica-se que o fluxo de capitais para os PVDs foi constituído, até 1973, por créditos públicos concedidos a título de «ajuda pública» para o desenvolvimento. O pesadelo em que essa «ajuda» se transformou tem um percurso fácil de seguir. A partir de 1974 e até ao início dos anos 80, os Estados dos países capitalistas desenvolvidos foram passando progressivamente essa intervenção para os bancos. A concessão de créditos continua sempre a aumentar (cerca de 60% em 1983) e passa a falar-se de «economia de crédito internacional». A moeda dominante é, naturalmente, o dólar, moeda mundial desde os anos 40.

Os efeitos começam a sentir-se. O montante da dívida externa do Terceiro Mundo passa de 330 mil milhões de dólares em 1977 para 750 mil milhões em 1982, ou seja, passa de 25 para 33% do seu Produto Interno Bruto. Importa salientar que, à excepção dos países produtores de petróleo, a maior parte daqueles países já era deficitária.

Quando, em Agosto de 1982, o México se declara incapaz de satisfazer os seus compromissos, abre-se uma era nova a que passa a chamar-se a da «economia de endividamento internacional».

A situação é agravada pela política económica dos EUA adoptada com o advento da Administração Reagan: subida espectacular do dólar (a que chega a chamar-se o dólar superstar); forte aumento das taxas de juros; política económica proteccionista, entre duas medidas. Paralelamente, as políticas económicas postas em prática pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial mais contribuem ainda para cavar a sepultura dos países do Terceiro Mundo.

## A leste do acordo em Punta del Este

Aquelas duas organizações, fortemente dominadas pelos países capitalistas desenvolvidos, e em especial pelos EUA, reduzem as «facilidades» de crédito e financiamento aos países em vias de desenvolvimento. O FMI, que financiava 12% das importações mundiais em 1965, não financiou mais do que 2,5% em 1983.

Os empréstimos e créditos passaram a ser sujeitos a condições cada vez mais drásticas: total abertura dos países «beneficiados» aos investimentos estrangeiros, levantamento das restrições às importações, orientação da economia nacional para o estrangeiro em detrimento dos interesses nacionais, despedimentos em massa, imposição de severas medidas de austeridade.

A constatação da impossibilidade dos países do Terceiro Mundo em reembolsar as suas dívidas externas, artificialmente aumentadas pelos países imperialistas, provoca uma inquietação crescente, a par da tomada sucessiva de medidas que, assentes na lógica da dominação imperialista, mais não fazem do que a agravar, bem como às tensões monetárias e financeiras internacionais.

De que são exemplo, entre outros, o plano Baker e as propostas em debate na reunião do GATT em Punta del Este.

## O desacordo

A dificuldade de chegar a um acordo entre os países capitalistas desenvolvidos e os países em vias de desenvolvimento é por demais evidente, radicalizadas que estão as respectivas posições. Os primeiros procuram resolver a sua crise à custa dos segundos; estes, tentam por todas as formas escapar ao abismo para que são arrastados pelos laços de dependência em relação àqueles.

Na reunião de Punta del Este os antagonismos estiveram uma vez mais em evidência. As bases em que assentam as trocas comerciais, se não satisfazem as partes implicadas, são particularmente gravosas para os países menos desenvolvidos. E tudo se passou como numa competição de forças, ou num diálogo de surdos, onde o principal mérito esteve no reconhecimento da impossibilidade de conciliar o inconciliável.

Em Punta del Este, na reunião do GATT, quatro temas «quentes» estiveram na ordem do dia; o neoproteccionismo, o abuso das normas de excepção, a agricultura e os serviços. Mas foram sobretudo os dois últimos que estiveram no foco das atenções. A agricultura, porque a aplicação de subsídios à produção agro-pecuária pelos Estados Unidos e CEE originou uma acentuada queda dos preços da carne, arroz, trigo e lacticínios (a maior desde a Segunda Guerra Mundial), com consequências dramáticas para os países do Terceiro Mundo. Os serviços, porque se trata de um domínio novo, com um campo de acção indeterminado, onde tudo pode praticamente ser incluído de acordo com as conveniências dos países capitalistas.

A insistência posta pelos EUA, CEE e Japão na inclusão do ponto sobre «serviços» na ordem de trabalhos compreende-se melhor se se tiver em consideração que no seu âmbito seriam incluídas questões como bancos, o financiamento do comércio interna-

# A desordem económica internacional

cional, a mobilização dos fundos dos bancos implicados, os pagamentos internacionais, seguros, tudo o que se relaciona com o transporte de produtos, telecomunicações, publicidade, informática, turismo, etc., etc. Um «mundo» que se anuncia particularmente frutuoso para os países capitalistas que neste domínio dispõem de quase total campo de manobra para impor as suas exigências e «soluções» aos países do Terceiro Mundo.

Este tema, juntamente com o da agricultura, contribuiram de forma decisiva para transformar a recente reunião do GATT num autêntico saco de gatos. De notar que a própria CEE, que desde há algum tempo vem aplicando a política de subsídios à agricultura condenada pelos países do Terceiro Mundo, passou a encarar a questão de forma diversa desde a recente adopção pelos EUA dos subsídios à produção de trigo para exportação. Por um lado, considera excessivas as exigências dos países em vias de desenvolvimento e afirma a sua recusa em acabar com as subvenções à exportação; por outro lado, considera inaceitável a posição dos EUA, tanto no que toca às subvenções das exportações de trigo como no que se refere às medidas restritivas à importação de produtos agrícolas da CEE.

Ou seja, as regras deste jogo viciado só são aceites pelos seus próprios mentores quando aplicadas unilateralmente contra os países em vias de desenvolvimento. Só que estes, por sua vez, estão cada vez mais conscientes da impossibilidade de manter semelhante situação, cuja injustiça radica, como também cada vez mais se reconhece, na injustiça intrínseca da ordem económica internacional capitalista vigente.

Desconhecem-se até à data os resultados efectivos da reunião de Punta del Este, donde quase só transpiraram as divergências conhecidas de antemão. Mas tudo leva a crer que, na falta de acordo, prossigam as «guerras dos grãos» e as «guerras das divisas», numa antevisão do que a breve prazo poderá ser a maior guerra comercial de todos os tempos a nível internacional.

Embora não seja de excluir os compassos de espera que atitudes conciliadoras de países subservientes ao imperialismo tornam possíveis, torna-se evidente a necessidade de encontrar uma nova base para as relações económicas internacionais. ■

## Alguns números do drama latino-americano

A Comissão Económica para a América Latina e as Caraíbas (CEPAL) esteve reunida em Abril último na Cidade do México. Os números e previsões aí divulgados são por de mais elucidativos do drama que se vive na região. Vale a pena reter alguns desses números:

● A previsão indica que a dívida externa latino-americana (actualmente de 368 mil milhões de dólares) praticamente duplicará em 1995.

● Naquele ano, o desemprego afectará mais 32 milhões de trabalhadores. Nos últimos cinco anos, o desemprego nos centros urbanos passou de 6,2% para 7,7%.

● Nos próximos cinco anos, as empresas estrangeiras tirarão da região 117 mil milhões de dólares em lucros e juros.

● O número de pessoas que vivem em estado de pobreza crítica passou de 112 milhões em 1970 para 130 milhões em 1980, prevendo-se que chegue aos 170 milhões (um terço da população total) até ao fim do século.

● Desde o princípio da década actual, a região vive **«a crise económica mais profunda e prolongada, generalizada e plurifacetada dos últimos anos».**

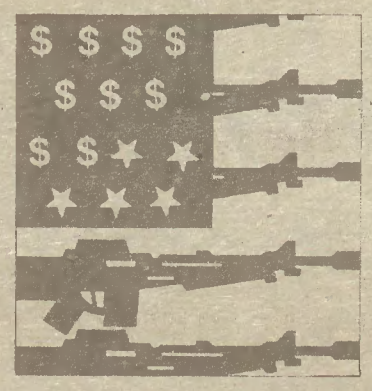
● A queda do rendimento nacional por habitante, indicador do nível de vida, foi nos últimos 5 anos de 14%.

● O produto por habitante diminuiu no mesmo período em 21 dos 24 países de que a CEPAL tem informações. Só aumentou de forma considerável em Cuba (34,1% entre 1981 e 1985), mantendo-se quase invariável na Colômbia e no Panamá.

● A diminuição alcançou «porporções colossais» na Bolívia e em El Salvador (28% e 24%), e na Argentina, Guatemala, Venezuela, Guiana e Uruguai (22%).

● O aumento de preços no consumidor, na região, passou de 27% para 44% em 1985.

● Nas suas conclusões, a CEPAL considera que o principal problema dos países latino-americanos é a escassez de divisas, e que a melhor forma de as obter é diminuindo a transferência de recursos para o exterior através da **«redução dos elevados pagamentos de juros que os países da América Latina e das Caraíbas efectuam para servir a sua dívida externa».**



# As «soluções» do imperialismo

**A actual forma de tratamento da dívida é injusta e liquida o crescimento em todo o mundo. Desde 1982, a crise provocada pela dívida parou o desenvolvimento no Terceiro Mundo... Como resultado dos programas de austeridade, os recursos foram dos países em vias de desenvolvimento para os credores ricos, sob a forma de excedentes comerciais forçados e de fuga de capitais. Os níveis de vida do Terceiro Mundo cairam a pique.**

**Veja-se a América Latina. Para poder pagar as suas dívidas, os países latino-americanos reduziram as importações até ao osso e subsidiaram as exportações da América Latina... E qual foi o benefício que daí resultou para a América Latina? Os empréstimos concedidos pelo FMI apenas serviram para financiar o pagamento da dívida, não para fomentar o crescimento económico. Como resultado, os níveis de vida baixaram entre 8 e 19% no México, Perú, Argentina e Venezuela, desde os princípios de 1980. Os denodados esforços de austeridade desses países pararam o investimento interno e fomentaram a fuga de capitais que chega aos 10 mil milhões de dólares anuais.**

Estas afirmações, que revelam uma análise lúcida da situação dos países em vias de desenvolvimento e que confirmam plenamente afirmações semelhantes amiúde feitas pelos responsáveis desses mesmos países, têm uma particularidade: foram proferidas pelo senador democrata norte-americano Bradley, com uma franqueza digna de registo.

De saliéntar que o parlamento norte-americano não se limitou a fazer o ponto da situação em que se encontram os países do Terceiro Mundo, mas foi mais longe ao analisar as perspectivas que se lhes colocam caso persistam no caminho apontado pelos especialistas do imperialismo, como é o caso do já famoso «plano Baker», apresentado pelo representante dos EUA à reunião do FMI em Seul em Outubro do ano passado.

**O secretário Baker** — diz o senador Bradley — **propôs um plano para que se façam novos empréstimos aos endividados países em vias de desenvolvimento que estejam dispostos a implementar certas reformas. Pediu-se aos bancos comerciais que participem com 20 mil milhões e às agências multinacionais que forneçam 9 mil milhões de dólares por um período de três anos. Qualquer dos 15 endividados países em vias de desenvolvimento que implementem cortes obrigatórios, cortes orçamentais, cortes nos salários mínimos e privatizações em grande escala serão seleccionáveis para os empréstimos...**

**— ... O plano Baker apela a novos empréstimos (...), cria mais dívida, não menos (...); o plano prolonga as políticas que criaram a crise da dívida (...), apela a 20 mil milhões em novos empréstimos comerciais em três anos... Trata-se de 20% do serviço anual da dívida dos principais devedores latino-americanos (...) os novos empréstimos voltariam simplesmente aos credores sob a forma de pagamento de juros (...). Nenhum dinheiro mudaria de mãos. Apenas os livros (de contabilidade) luziriam melhor. Entretanto a dívida aumentaria e a fuga de capitais continuaria (...) Estes empréstimos não criarão crescimento.**

## Sem ambiguidade?!!

Nada mais claro. E no entanto o senador não disse tudo sobre a «solução» Baker que, não resolvendo nenhum dos problemas dos países latino-americanos que estão com a corda da dívida na garganta nacional, apresenta no entanto algumas vantagens para os próprios Estados Unidos.

Na verdade, o plano Baker não visa mais do que defender os interesses norte-americanos: em primeiro lugar, repartindo os riscos dos empréstimos pelo conjunto dos bancos capitalistas (os 20 mil milhões de dólares referidos seriam essencialmente cedidos pelos bancos europeus); em segundo lugar, o projecto permitiria relançar os investimentos que interessam às suas multinacionais, em particular no domínio dos serviços e das modernas tecnologias.

O aparecimento daquelas questões na última reunião do GATT, em Punta del Este, apesar do repúdio generalizado com que o plano Baker foi recebido (ou mais provavelmente por causa disso...) está longe pois de ser inocente.

Como não são inocentes os comentários que vão surgindo a propósito da dívida externa do Terceiro Mundo, onde o cinismo e a hipocrisia tocam as raias do absurdo. No circunspecto «Le Monde», por exemplo, escrevia-se em Abril último que **se os bancos comerciais cometeram erros de apreciação emprestando demasiado (os inocentes!), alguns países endividaram-se até não poder mais e sobretudo não utilizando os fundos de forma judiciosa (os irresponsáveis!)**

Ou ainda, como se afirma despudoradamente no relatório Brandt: **Quanto às soluções, elas são sem ambiguidade. Por um lado, os povos dos países em vias de desenvolvimento, ainda eles, deveriam sacrificar os seus interesses para encontrar uma saída para a crise provocada pela dívida (...) que por sua culpa (...) pesa sobre o mundo...!**

Os comentários tornam-se quase desnecessários. ■

# «Negócio do século» só para os monopólios militares

Notícias destes últimos dias dão-nos uma imagem sintética do que é a realidade económica, hoje, no quadro do sistema capitalista. Este mês as mais importantes bolsas de valores sofreram baixas significativas nos preços dos valores transacionados. O sinal da baixa foi dado em Nova York, seguindo-se-lhe todas as grandes praças — Tóquio, Singapura, Hong-Kong, Paris, Londres e Frankfurt. Várias serão as razões e os factores que se conjugaram, mas em termos mais genéricos as acentuadas baixas registadas têm a ver com a falta de confiança dos investidores na «saúde» económica dos principais centros do capital, e em particular dos Estados Unidos.

As quebras nas bolsas de valores agora registadas estão longe de ser um primeiro sintoma da gravidade dos problemas económicos e financeiros que se vivem de forma particularmente aguda nos EUA.

Em fins de Junho Washington reconheceu que os Estados Unidos se haviam tornado na principal nação devedora. O relatório então divulgado, e citado pelo «Internacional Herald Tribune», referia vários factos negativos, como a proporção (desfavorável para os EUA) entre investimentos americanos fora de fronteira e investimentos estrangeiros no seu território, a baixa de taxas de crescimento, a baixa de encomendas às empresas (com excepção das militares), o défice comericial.

Nos primeiros dias de Julho, a bolsa de Nova York registou uma acentuada quebra na cotação das acções das maiores companhias, a maior desde a crise de 1980-82.

Indo mais longe é de relembrar as preocupações de economistas empenhados na segunda campanha presidencial de Reagan, temerosos que o que então foi apresentado como fruto da política reaganiana — a fase de recuperação económica cíclica — se dissolvesse, antes de tempo, num novo período de agravamento da crise.

## Das causas

Cingindo-nos a alguns factos muito concretos — uma parcela da realidade e dos problemas próprios de uma economia capitalista **a economia dos EUA é uma economia subsidiada de fora; os ramos militares são praticamente os únicos em expansão.**

Neste momento as necessidades da economia americana em capitais — e em face da redução geral do nível de poupança à escala nacional (as grandes multinacionais e em particular as empresas do complexo militar, autofinanciam-se) — estão a ser satisfeitas pela banca quase exclusivamente com empréstimos contraídos no estrangeiro, pelo que nos últimos dois anos os bancos americanos se converteram de facto em receptores de empréstimos.

Segundo o Sistema Federal de Reserva, os Estados Unidos têm que importar todos os anos de 125 a 150 mil milhões de dólares. O que impõe a necessidade de oferecer condições vantajosas aos depositantes (as elevadas taxas de juro são forma vulgarmente utilizada), e, o que é mais difícil, oferecer razões de confiança no sistema financeiro e no desenvolvimento da economia nacional.

Para onde são canalizados estes capitais?

A resposta é conhecida. A própria fase cíclica de desenvolvimento da economia norte-americana fala por si. Registou-se uma rápida **expansão na esfera dos serviços e dos ramos militares**, mas a produção dos ramos industriais civis apenas excedeu no mínimo o nível do ano anterior à crise. A dívida de Estado, intimamente ligada às gigantescas despesas militares, subiu aos 2 biliões de dólares.

É oportuno referir aqui as continuadas pretensões do imperialismo de exaurir, com uma imposta corrida aos armamentos, a economia dos países socialistas. Parece estar a ser a própria economia capitalista, já necessariamente enredada nas contradições que lhe são próprias, a principal vítima. O «negócio do século», como é conhecido o plano da «guerra das estrelas», só o é para o complexo militar industrial.

■ *L.C.*

# Pontos Cardeais

## Uma campanha... alegre

Quem ouvir certa rádio, quem vir televisão — toda ela! —, quem ler certa imprensa há-de pensar que vive no melhor dos mundos, aquele em que todos os dias ou quase são dias de acontecerem coisas boas e felizes.

O leitor, por exemplo, cuja renda de casa se tornou ou ainda vai tornar incomportável por causa do aumento, fica logo descansado quando sabe que o Governo vai facilitar o crédito à habitação. E, se o Governo o faz (?), melhor o diz. Logo dois ministros (2), se dirigem ao estimado público a explicar a medida. Com a RTP a mostrar. Com «O Dia» a titular que «Vem aí mais dinheiro»!, com o «Correio da Manhã» a exclamar como ele sabe, em meia primeira página de letra garrafal que «Famílias numerosas têm casas mais baratas»...

Mesmo quando encostado à parede pela iniciativa dos partidos democráticos, que na Assembleia da República têm conseguido inverter ou estancar algumas das iniciativas mais gravosas do executivo de Cavaco, este Governo mete-se à façanha de «vender» como suas algumas das medidas positivas que não foram alcançadas sem luta. Se há contratos desbloqueados, se as reformas aumentam nem que seja uma miséria, o Governo tenta fazer parecer que lhe competiu a misericordiosa iniciativa.

Tudo isto em campanha alegre. Porque o periclitante Góverno de Cavaco vive em permanente campanha, a pensar em eleições, em remodelações, em demissões...

Até que vá para a rua.

## «Mais devagar», disseram eles...

Uma moção apresentada por ocasião da passagem do 13.º aniversáriodo golpe fascista do Chile, pelos vereadores da Aliança Povo Unido na Câmara Municipal de Lisboa viu a sua votação processar-se de significativo modo:

Todos votaram as três primeiras deliberações propostas — uma que repudia o regime ditatorial instaurado no Chile; a segunda condenando a instauração do estado de sítio e o agravamento da repressão «através do aumento da violência policial, das detenções arbitrárias, dos raptos e dos assassinatos»; a terceira que manifesta solidariedade «para com todos os que lutam pela instauração da democracia».

Até aqui tudo bem, nem outra coisa seria de esperar senão a unanimidade, todos a quererem mostrar a face democrática.

Mas eis que o último ponto é votado. Exigia «o imediato restabelecimento do regime democrático no Chile».

Mais devagar, disseram então alguns. Talvez a palavra «imediato» o tenha impedido.

Com a APU votou o PS. Mas o PSD e o CDS devem ter achado que o regime ditatorial podia ainda continuar mais uns bons anos e votaram contra.

O PPM absteve-se. Talvez quisesse restabelecer a... monarquia...

## O barómetro deu chuva

Neste tempo incerto — ora faz chuva ora faz sol — o Governo, ao que faz constar um «Semanário» que lhe não é desafecto, pôs o barómetro de fora, a ver se podia sair airosamente para a rua.

Achou que não.

Na dança nervosa de Cavaco — ora se demite, ora se diz de pedra e cal —, os resultados de uma chamada «sondagem-barómetro», que terá influenciado a sua «estratégia» para os próximos meses, fizeram-no recuar de novo.

Diz o «Semanário» que «Cavaco surge confortavelmente à frente do Executivo e este melhor cotado que o PSD. Facto que», continua a notícia, «levou Cavaco a abandonar por completo a hipótese de ruptura, prolongando o prazo de acção do Governo, numa tentativa de que, tanto este como o partido no poder subam o nível de popularidade»...

Cavaco achou que estava de chuva, cá fora.

«Confortavelmente», deixou-se ficar.

Por nós, até lhe ofereceríamos um guarda-chuva.

Mas a questão não compete exclusivamente aos comunistas. E, enquanto outros partidos democráticos se recusaram a molhar-se numa atitude mais coerente, Cavaco pensa não arriscar um pingo. Até uma enxurrada o levar.

## Propaganda

De propaganda sabe o Governo. Qualquer ministro, para pertencer ao privilegiado círculo habitado por Cavaco Silva, deve seguir, aparentemente, um curso intensivo de propaganda. Não se exige que saiba do que ao seu Ministério compete, pede-se-lhe que saiba falar, com «timing» certo sobre o quanto é «bom» para o País ter um Ministério assim.

É um Governo em permanente campanha eleitoral. Lá terá as suas razões.

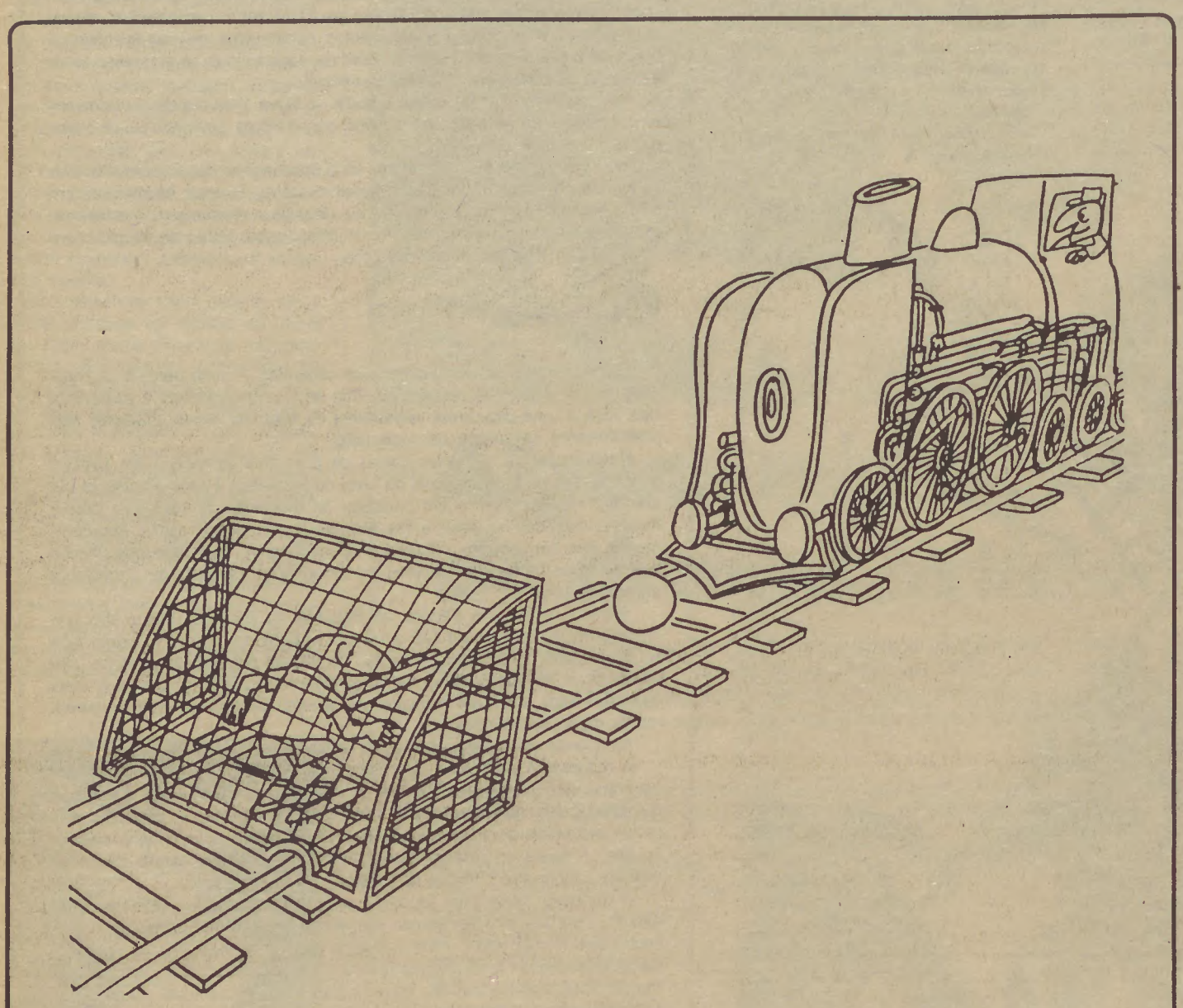
Se outros fizeram promessas e logo as esqueceram, dizendo depois que era impossível cumpri-las, este continua a anunciar promessas. Só com a diferença de que hoje se apresentam as promessas vestidas com as mais «realistas» máscaras. Como se fossem já verdade.

Se o cidadão duvida, a culpa é dele.

Por exemplo, se o aluno ou os pais duvidam do que afirmou o ministro da Educação, o problema não é do Ministério. Se o aluno chegar à escola e ela ainda não estiver lá, se chegar o dia 1 e a escola não abrir, se acontecer uma desgraça destas, é engano. Porque o ministro disse que ia haver escola no dia 1.

Se 20 mil alunos se enganarem, o engano é deles.

Porque o Governo, segundo a sua propaganda, não anda aqui a enganar ninguém.



# Gazetilha

*por Ignotus Sum*

I

O Cavaco tratou com os falcões
ouviu e com sorrisos respondeu.
Quanto ao mais, nevoeiro e confusão:
ninguém sabe o que foi que prometeu...

Até jantou com o chefão da CIA
se comeu bem, inda melhor bebeu.
Mas, vendo-o como, com o secreta, ria
ninguém sabe o que foi que prometeu...

Com os banqueiros e industriais
Cavaco longamente se entendeu.
Porém nesses encontros cordiais
ninguém sabe o que foi que prometeu...

Feia é a teia que esta aranha tece.
Silêncio de Cavaco marca o tom.
Fosse o que fosse que ele prometesse
não nos promete, enfim, nada de bom...

II

Não há investimento.
dia a dia
adoece a economia.
Sofre de Sida (diz-se...) o orçamento...
Manda o Barreto telejornalmente
e com má-fé
que este governo é
eficiente...

O corpo social
ninguém se ilude:
quanto ao trabalho, educação, saúde
— tudo mal.
Diz o Cadilhe telejornalmente
e com má-fé
que este governo é
eficiente...

Vêm da CIA os conselhos
Cavaquice
é esta chafurdice
de um viver vergonhoso de joelhos.
Diz o Cavaco telejornalmente
e de má-fé
que este governo é
eficiente...

Governo **eficiente**?... Pois. Logo se vê
que no princípio da palavra falta um **d**...

III

Constâncio diz, repete à saciedade
a frase preferida:
«Este é o governo da oportunidade
perdida...»

Ò homem, já se ouviu. Está certo. Agora
vamos pensar noutra oportunidade
mais honrada.
Que esta seja a hora
da unidade
encontrada!

A menos que... Oportunidades? Bem...
A menos que... Em suma:
a menos que já se prepare alguém
para perder alguma...

# Agenda

Avante!
Ano 56 – Série VII
N.º 665
25 de Setembro de 1986
4.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

## Quinta 25

• **ALGÉS**

Plenário de militantes das organizações de Cruz Quebrada-Dafundo e Algés.

No CT de Algés, às 21.30, com a participação do camarada **José Casanova**, da Comissão Política do CC.

• **ALHANDRA**

No Centro de Trabalho de Alhandra, às 21.30, reunião do Executivo da Comissão Concelhia de **Vila Franca de Xira** com quadros de 14 empresas do concelho. Ponto único da ordem de trabalhos: a situação política e social e o reforço orgânico das células de empresa.

• **LISBOA**

Sessão de solidariedade com o povo chileno em luta: «A solidariedade internacional contribuirá para a vitória da democracia no Chile».

Na Casa do Alentejo, a partir das 21.30 e por iniciativa do CLL, com a participação dos camaradas **Albano Nunes**, do CC, e **Vilaverde Cabral**.

**Venceremos!**

SESSÃO DE SOLIDARIEDADE COM O POVO CHILENO

*A luta de massas contra a ditadura de Pinochet não pode já ser travada pela repressão fascista.*

*A solidariedade internacional contribuirá para a vitória da democracia no Chile.*

HOJE • 25 SETEMBRO
21,30 horas
CASA DO ALENTEJO
(Rua das Portas de Santo Antão, 58)
COM:
A. VILAVERDE CABRAL
JORNALISTA
ALBANO NUNES
MEMBRO DO CC DO PCP
DÁ A TUA SOLIDARIEDADE

## Sexta 26

• **OEIRAS**

Plenário concelhio de militantes, com a participação do camarada **José Casanova**. A partir das 21.30 no Centro de Trabalho de **Algés**.

## Sábado 27

• **ESCOURAL**

Homenagem a Casquinha e Caravela — comício organizado pela Comissão Concelhia de Montemor-o-Novo.

Às 16 horas no Largo da Junta com a participação do secretário-geral do PCP **Álvaro Cunhal**

• **COSTA DA CAPARICA**

Várias iniciativas inseridas na participação do Partido, candidatos e população na próxima eleição para as autarquias:

— Às 15 horas no Centro de Trabalho da Comissão Concelhia de **Almada**, Plenários de Quadros em que participa o camarada **Carlos Ramildes.**

— No parque de jogos do **Monte da Caparica**, manhã desportiva, almoço de confraternização, espectáculo. Participação dos candidatos à Assembleia de Freguesia durante o comício à tarde em que estará também presente o camarada Carlos Ramildes.

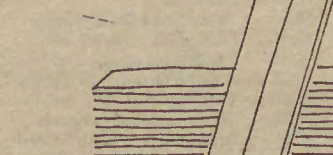
— Porta-a-porta na **Caparica.**

— Na **Charneca da Caparica**— Clube Recreativo Charnequense — apresentação dos candidatos da APU, seguindo-se espectáculo. A partir das 21.30.

— Na **Sobreda**, acções de esclarecimento dos candidatos junto da população. Hoje e também amanhã

• **SANTIAGO DO CACÉM**

Encontro da APU da Freguesia de S. Domingos para balanço do trabalho realizado e discussão das tarefas do próximo ano.



Participam como convidados, eleitos noutros órgãos autárquicos (municipais), organizações populares, trabalhadores das autarquias, comissões específicas.

Às 15 horas no salão da Junta.

## Domingo 28

• **AMADORA**

No Cine-Plaza, com início às 16 horas, **Reunião Nacional de Quadros do PCP sobre as Regiões Administrativas**. Participam os camaradas da Comissão Política **Carlos Costa** e **Carlos Brito**

• **COSTA DA CAPARICA**

Acções de esclarecimento com porta-a-porta integradas na campanha da APU sobre as próximas eleições autárquicas no concelho.

• **LISBOA**

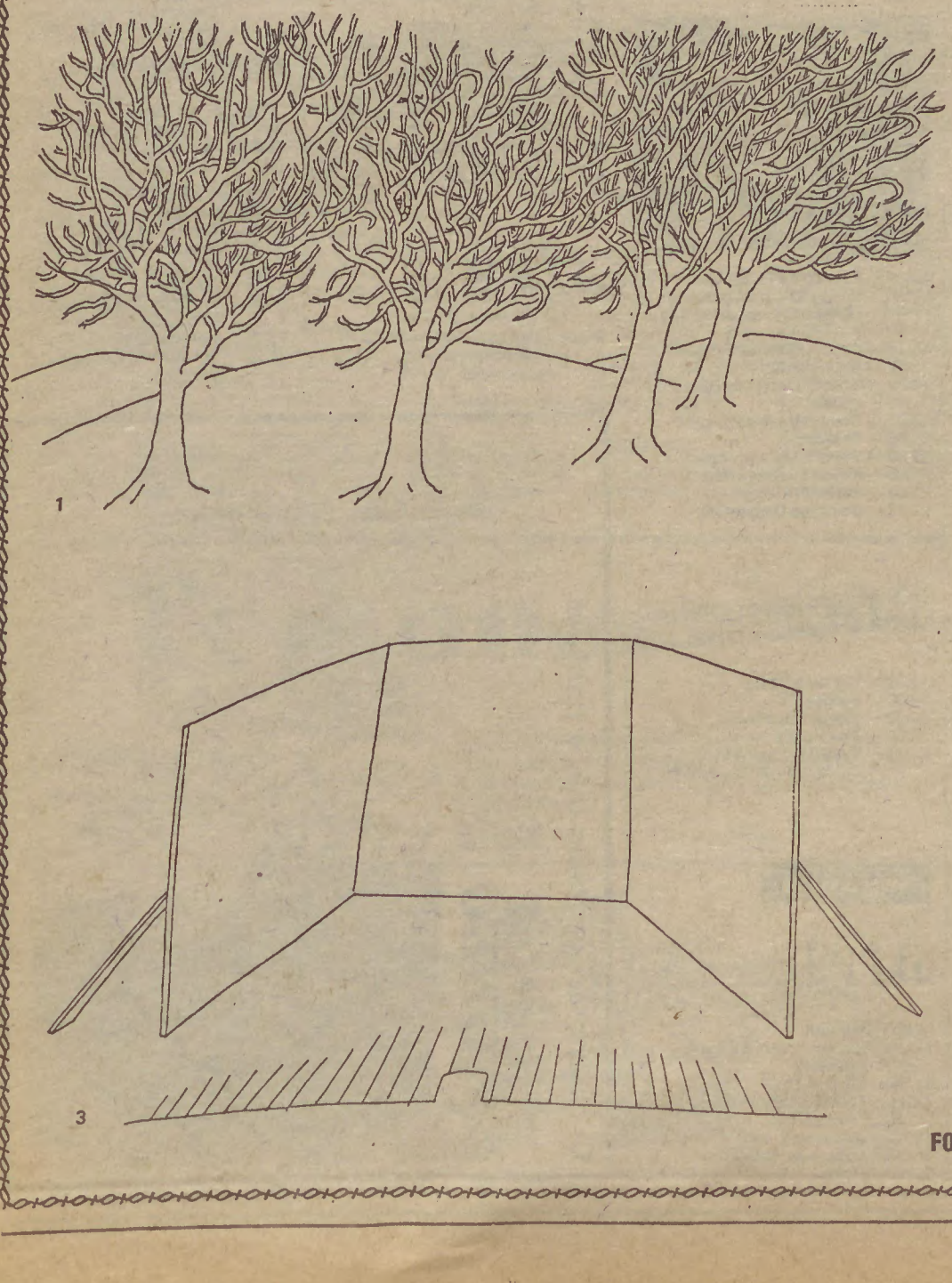
Jornada de convívio — com almoço, vídeo à tarde, «Fado de Abril» à noite — integrada na campanha «5 mil contos para o novo Centro de Trabalho da 6.ª zona do CLL».

No local do novo CT à Calçada da Carriche, junto ao antigo cinema Lumiar.

Domingo, **28** de Setembro, com início às 10.00, no Cine-Plaza na Amadora, **Reunião Nacional de Quadros do PCP sobre as Regiões Administrativas**, com a presença de **Carlos Costa** e **Carlos Brito**, membros da Comissão Política do CC do PCP.

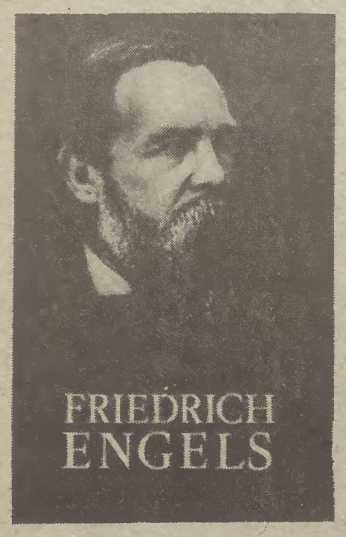
Às 16.30 há um encontro com os órgãos da Comunicação Social.

# ANTOLOGIA



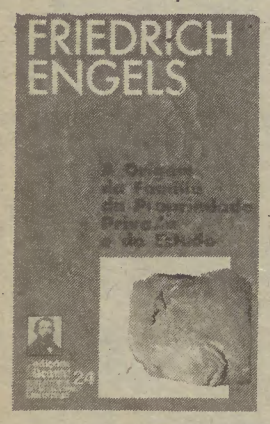

**FOLON**, *Jean-Michel (1934) Francês. In «Les chefs-d'oeuvre du desin d'humour». Antologia Planéte 1968.*

edições Avante!




**Biografia de Friedrich Engels**

A elaboração de uma biografia científica de Friedrich Engels — genial pensador e lutador político, revolucionário convicto e destemido — é uma tarefa muito complexa. Contar a vida de Engels é contar a história gloriosa da luta da classe operária contra o capital, desde as primeiras acções do proletariado, dispersas e muitas vezes ainda espontâneas, até à sua transformação numa poderosa força política.




*Friedrich Engels*

**A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**

Segundo a concepção materialista, o momento em última instância determinante na história é a produção e reprodução da vida imediata. Esta é, no entanto, por sua vez também, de dupla espécie. Por um lado, a produção de meios de vida, de objectos, de alimentação, vestuário, habitação e dos instrumentos necessários para isso; por outro lado, a produção dos próprios homens, a reprodução da espécie. *Friedrich Engels*

**XI Congresso (Extraordinário) do PCP**

Reúnem-se na presente edição as intervenções e documentos relativos aos trabalhos do XI Congresso (Extraordinário) do PCP, realizado na Amadora, em 2 de Fevereiro de 1986.

Convocado em 28 de Janeiro pelo Comité Central do PCP para definir a atitude do Partido na 2.ª volta das eleições presidenciais, o XI Congresso (Extraordinário) do PCP constituiu, em condições de uma grande complexidade política, uma nova demonstração da profunda identificação dos comunistas com os superiores interesses da defesa da liberdade e do regime democrático.

# TV O Programa

## Quinta 25

### RTP1

11.00 — **Sumário**
11.05 — **Videopólis**
11.30 — **Espaço 11/13**
12.30 — **Telenovela:** «Vereda Tropical», 119 episódio
13.15 — **Jornal da Tarde**
15.00 — **Desenhos Animados**
15.30 — **Navegar II**
16.00 — **Retalhos da Vida de um Médico** «O Rapaz do Tambor», 12.º episódio
17.00 — **Ontem Viu?**
18.00 — **Sumário**
18.05 — **Tempo dos Mais Novos**
18.45 — **País, país**
19.15 — **As Portas do Desconhecido**
19.50 — **O Livro Grande de Petete**
20.00 — **Telejornal**
20.30 — **Boletim Meteorológico**
20.40 — **Telenovela** «Corpo a Corpo», 143.º episódio
21.35 — **Museu do Caramulo**
22.00 — **Reportagem do Exterior**
23.50 — **Últimas Notícias**

### RTP2

16.30 — **Europa TV**
20.00 — **Notícias**
20.05 — **Caminhos do Eterno** «Museu de Elvas»
20.30 — **O Novo Pacífico**
21.30 — **Notícias**
21.35 — **Retrato de Janet Baker**
22.50 — **Últimas Notícias**
23.00 — **Telenovela** «Vereda Tropical», 152.º episódio

## Sexta 26

### RTP1

11.00 — **Sumário**
11.05 — **Setentrião**
11.30 — **Espaço 11/13**
12.30 — **Telenovela** «Vereda Tropical»
13.15 — **Jornal da Tarde**
15.00 — **Desenhos Animados**
15.35 — **Mare Nostrum, Patria Nostra** (1.º episódio)
16.00 — **Os Maias** adaptação do romance de Eça de Queiroz (1.º episódio)
17.00 — **Pedra a Pedra** «Castelo da Feira»
17.30 — **Se Bem me Lembro**
18.00 — **Sumário**
18.05 — **Tempo dos Mais Novos**
18.45 — **País, País**
19.15 — **Recriar o Espaço**
19.50 — **O Livro Grande de Petete**
20.00 — **Telejornal**
20.30 — **Boletim Meteorológico**
20.40 — **Telenovela** «Corpo a Corpo»
21.25 — **Coração a Quanto Obrigas**
21.55 — **Série** «Fortunata e Jacinta»
23.00 — **Últimas Notícias**

### RTP2

16.30 — **Europa TV**
20.00 — **Notícias**
21.05 — **Coleccionando**
20.30 — **Adágio**
21.00 — **À Margem**
21.25 — **Notícias**
21.30 — **Directo/2**
22.25 — **Últimas Notícias**
22.30 — **Telenovela** «Vereda Tropical»

## Sábado 27

### RTP1

12.00 — **Sumário**
12.05 — **Tempo dos Mais Novos**
13.00 — **Sumário**
13.10 — **Desenhos Animados**
14.00 — **O Mundo Maravilhoso de Walt Disney**
14.50 — **Revista de Toiros**
15.20 — **Os Jovens Heróis de Shaolin**
16.20 — **Os Marretinhas**
17.05 — **O Novo Mundo Selvagem**
17.30 — **O Corpo Humano**
18.00 — **Top Disco**
18.50 — **A Vida Secreta das Plantas**
19.45 — **Totoloto**
20.00 — **Telejornal**
20.40 — **Boletim Meteorológico**
20.50 — **Aplauso** «First MTV Music Show»
22.00 — **Série** «Dinastia»

23.05 — **Sábado Especial** «O Importante é Amar», ***real.*** Adrzej Zulawski (França/1975, 120 m)

### RTP2

15.00 — **Troféu**
20.00 — **Folclóre**
20.30 — **Animação**
21.00 — **Europa TV**
22.30 — **A Rota da Seda**

## Domingo 28

### RTP1

11.35 — **Sumário**
11.35 — **70 vezes 7**
12.00 — **Missa de Domingo**
13.00 — **Sumário**
13.10 — **TV Rural**
13.40 — **Tempo dos Mais Novos**

14.30 — **Sessão da Tarde** «O Corcunda», ***real*** Andre Hunebelle (França/1959, 110 m)
16.30 — **Reportagem do Exterior**
18.30 — **Documentário**
19.00 — **Música Ligeira de Riva del Garda**
19.35 — **Como, Quem e Porquê?**
20.00 — **Telejornal**
20.30 — **Boletim Meteorológico**
20.35 — **Fados no Cabacinha**
21.30 — **Série** «O Polvo 2»
21.15 — **Domingo Desportivo**

### RTP2

17.00 — **Hipismo Saltos**
18.30 — **Europa TV**
20.00 — **Novos Horizontes**
20.30 — **Nós Por Cá**
21.15 — **Teatro Português** «O Passageiro do Expresso»

## Segunda 29

### RTP1

11.00 — **Sumário**
11.05 — **Encontro com Santana Dionísio**
11.30 — **Espaço 11/13**
12.30 — **Telenovela:** «Vereda Tropical»
13.15 — **Jornal da Tarde**
15.00 — **Desenhos Animados**
15.25 — **Documentário**
15.50 — **Rios de Portugal:** «Rio Minho»
16.20 — **Série:** «As Aventuras do Zé Gato», 1.º epis.
17.10 — **Caldo de Pedra**
17.30 — **Ontem Viu?:** «Falando de Mozart»
18.00 — **Sumário**
18.05 — **Tempo dos Mais Novos**
18.45 — **País, País**
19.15 — **As Profissões:** «Entalhador»
19.50 — **O Livro Grande de Petete**
20.00 — **Telejornal**
20.30 — **Boletim Meteorológico**
20.40 — **Telenovela** «Corpo a Corpo»
21.25 — **Esta Noite Com:** «Nuno da Câmara Pereira»
21.55 — **As Sete Maravilhas da Técnica**
22.55 — **Últimas Notícias.**

### RTP2

16.30 — **Europa TV**
20.00 — **Desenhos Animados**
20.25 — **Nunca é Tarde**
20.55 — **Zoom**
21.20 — **Notícias**
21.25 — **Espaço Jazz**
22.25 — **Últimas Notícias**
22.30 — **Telenovela** «Vereda Tropical».

## Terça 30

### RTP1

11.00 — **Sumário**
11.05 — **Conheça Melhor**
11.30 — **Espaço 11/13**
12.30 — **Telenovela** «Vereda Tropical»
13.15 — **Jornal da Tarde**
15.00 — **Desenhos Animados**
15.35 — **Enquadramento:** «Museu Arqueológico de Barcelos»
16.00 — **Som Directo**
17.00 — **Histórias Com Pés e Cabeça**
17.30 — **Ontem Viu?** «As Profissões»
18.00 — **Sumário**
18.05 — **Tempo dos Mais Novos**
18.45 — **País, País**
19.15 — **Jazz Para Todos**
19.50 — **O Livro Grande de Petete**
20.00 — **Telejornal**
20.30 — **Boletim Meteorológico**
20.40 — **Telenovela** «Corpo a Corpo»
21.30 — **Programa da Direcção de Informação**
22.35 — **A Flora do Novo Mundo**
23.00 — **Últimas Notícias.**

### RTP2

16.30 — **Europa TV.** Às 18.55, «Rubens, Pintor e Diplomata»
20.00 — **Notícias**
20.05 — **Videopólis**
20.30 — **Falar de Macau**
21.00 — **Homenagem a Maurice Tourneur:** «A Vida no Quartel», real. Maurice Tourneur (França/1932, 85 m)
22.35 — **Últimas Notícias**
22.40 — **Telenovela:** «Vereda Tropical».

## Quarta 1

### RTP1

11.00 — **Sumário**
11.05 — **Rio Mondego:** «Das Origens a Coimbra»
11.30 — **Espaço 11/13**
12.30 — **Telenovela:** «Vereda Tropical»
13.15 — **Jornal da Tarde**
15.00 — **Desenhos Animados**
15.25 — **Os Romanos Entre Nós**
15.55 — **Retrospectiva Sobre António Pedro**
16.55 — **Binário:** «Viagem ao Mundo da Ópera»
17.30 — **Ontem Viu?** «Jazz Para Todos»
18.00 — **Sumário**
18.05 — **Tempo dos Mais Novos**
18.45 — **País, País**
19.15 — **Telemundo**
19.50 — **O Livro Grande de Petete**
20.00 — **Telejornal**
20.30 — **Boletim Meteorológico**
20.35 — **Vamos Jogar no Totobola**
20.45 — **Telenovela:** «Corpo a Corpo»

21.30 — **Noite de Cinema:** «O Sargento da Força 1», real. Samuel Fuller (EUA/1982, 125 m)
23.35 — **Últimas Notícias.**

### RTP2

16.30 — **Europa TV**
20.00 — **Notícias**
20.05 — **Conheça Melhor**
20.30 — **Esta Terra Tão Frágil:** «Pantanal»
21.25 — **Notícias**
21.30 — **Foi Êxito na TV:** «Gente Fina é Outra Coisa»
22.15 — **Últimas Notícias**
22.20 — **Telenovela:** «Vereda Tropical».

*O prazer de ter bons livros para ler*

**editorial CAMINHO**

# Cinema — A selecção

| | António Durão | David Lopes | Manuel Machado da Luz | Manuel Neves | Paulo Torres |
|---|---|---|---|---|---|
| A O Ano do Dragão | ★★★★ | ★★★ | ★★★ | ★★★★ | ★★ |
| B A Casa Encantada | ★★★★ | ★★★ | ★★★ | — | ★★★ |
| C A Cor Púrpura | — | ★★ | ★★★ | — | ★★★★ |
| D Era Uma Vez na América | ★★★★ | ★★★★ | ★★★★ | ★★★ | ★★★★ |
| E Fantasia | — | — | ★★★ | ★★★ | ★★★ |
| F As Forças do Universo | — | ★ | ★★ | — | ★★ |
| G Ginger e Fred | — | ★★★★ | ★★★ | ★★★ | — |
| H Nova York Fora de Horas | ★★★★ | ★★★★ | ★★★★ | ★★★★ | ★★★★ |
| I Revolução | — | ★★ | ★★ | ★★ | |
| J Sangue Por Sangue | — | ★★★ | ★★★ | ★★★ | ★★ |
| L Terror na Auto-Estrada | ★★ | ★★★ | ★★★ | — | ★★★★ |

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Real. Michael Cimino – **Amoreiras/2** (13.45, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15) — **Lisboa.**
B — Real. Alfredo Hitchcoock – **Quarteto/2** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) – **Lisboa.**
C — Real. Steven Spielberg – **S. Jorge** (15.00, 18.15, 21.30) e ainda **Sétima Arte** (15.00, 18.15, 21.30, 00.15) – **Lisboa; Trindade** (21.30) – **Porto.**
D — Real. Sérgio Leone – **Berna** (15.00, 21.00) – **Lisboa.**
E — Real. Walt Disney – **Apolo 70** (14.15, 16.30, 19.00, 24.00); **Tivoli** (14.00, 16.45, 19.00, 21.30) – **Lisboa; S. João** (18.45, 21.45) – **Porto**
F — Real. Tibe Hooper – **Alfa/3** (14.30, 16.30, 19.00, 24.00); **Eden** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); **Gemini** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) – **Lisboa; Charlot** (21.30) – **Porto.**
G — Real. Federico Fellini – **Nimas** (14.00, 16.45, 19.00, 21.30); **Star** (15.00, 18.15, 21.30) – **Lisboa.**
H — Real. Martin Scorsese – **Estúdio 444** (15.00, 17.00, 19.00, 21.30), **Quarteto/3** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) – **Lisboa.**
I — Real. Hugh Hudson – **Alfa/2** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); **Amoreiras/1** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) – **Lisboa.**
J — Real. Joel Coen – **Quarteto/1** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) – **Lisboa.**
L — Real. Robert Harmon – **Fonte Nova** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) – **Lisboa; Bebé** (21.45); **Porto.**

# Teatro — O Cartaz

• **Lisboa**

**ABC** Parque Mayer de 3.ª a sáb/20.30 e 22.45. dom./16.00 e 20.30. **Lisboa, Tejo e Tudo,** de César Oliveira, Solnado, Fialho Gouveia, enc. César Oliveira.

**A Barraca,** Rua Alexandre Herculano. De 3.ª a sáb. às 21.30, sáb e dom. às 16.00. **Calamity Jane — Uma Mulher de Armas,** enc. de Helder Costa, com Maria do Céu Guerra.

**Casa da Comédia.** R. S. Francisco de Borja, 24, de 3.ª a sáb./21.45. **A Bela Portuguesa,** de Agustina Bessa Luís, enc. Filipe La Féria.

**Comuna,** Pç. de Espanha, Sala Nova. De 3.ª a sáb./21.30. dom./17.00. **Touro,** de Abel Neves, enc. João Mota – Comuna

**Maria Matos,** Av. Frei Miguel Contreiras. De 3.ª a sáb./ /20.30 e 22.45. dom./ /16.00, 20.30. E 22.45. **Isto é Maria Vitória,** de H. Santana, Nicholson, Bracinha, M. Zambujal. Enc. Ivone Silva.

**Teatro Nacional D. Maria II,** às 21.30 e domingo às 16.00. **Mãe Coragem,** de Berthold Brecht, enc. de João Lourenço, com Eunice Muñoz.

**Teatro do Século,** Rua do Século, 41. **Sala 2,** de 4.ª a sáb./21.45, dom./18.30. **Os Negros,** de Jean Genet, enc. Rogério Carvalho. **Sala 1,** de 5.ª a sáb./18.30. **Viagem para a Felicidade,** de Franz Xavier Kroëtz, enc. Rogério Carvalho, interp. Lucinda Loureiro.

**Teatro da Trindade,** de 3.ª a dom às 21.30, sáb. e dom às 16 e 21.30. **As Lágrimas Amargas de Petra Von Kant,** de Rainer Fassbinder pelo **Grupo Teatro Hoje.**

**Variedades,** Pq. Mayer. de 3.ª a dom./21.45, sáb./16.00. **Um Coronel em Dois Actos,** adapt. Francisco Nicholson, enc. Varela Silva.

• **PORTO**

**Teatro Casa da Comédia,** sala do Realejo, Rua dos Mercadores, 132 (à Ribeira), **Drácula Júnior,** de 4.ª a dom às 21.30.

• **CASCAIS**

Teatro Mirita Casimiro, Av. Fausto de Figueiredo. De 4.ª a sáb às 21.30, sáb e dom às 16.00. **Galileu Galilei,** de Bertolt Brecht pelo Teatro Experimental de Cascais.

• **SETÚBAL**

Teatro de Animação de Setúbal, rua Balneário dr. Paulo Borba. De 5.ª a dom às 21.30. **Alves e Companhia,** de Eça de Queirós.

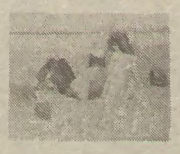
## *Para Crianças*

• *Lisboa*

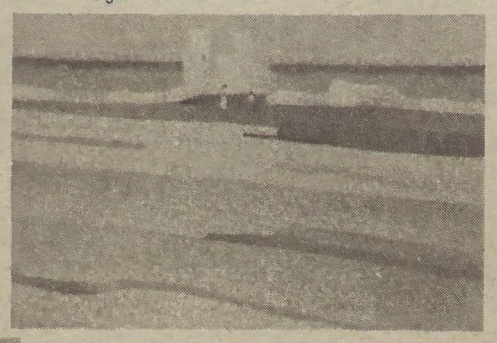
***Padrão dos Descobrimentos,** Belém, sáb./18.00, dom./11.00, **Fecha os Olhos... Entra na História,** de Alexandra Solnado, enc. Joselita Alvarenga.*

***Grupo de Teatro Malzum,** Rua dos Poiais de S. Bento, 75 B-2.º Dom. às 16.30. **A Rua dos Fantasmas,** de Javier Villafañe.*

# Exposições



Álvaro Perdigão



Casa de Bocage
Galeria Municipal de Artes Visuais
Setúbal
Setembro/Outubro 1986

**Ana Vieira,** «Transbordagem», manequins. Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro Mor.

**Colectiva,** serigrafia e gravuras de (João Vieira, Hogan, Rodrigo, José Guimarães, Sá Nogueira, Arpad Szènes e Nikias), originais de Manuel Vieira, Rocha Pinto, João Vieira (Atelier de António Inverno), rua da Emenda, 66-3.º das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 18.00.

**Colectiva de pintura** (Dario Alves, Isabel Garcia, João Nascimento). Livr. Bertrand, R. Garrett. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 19.00.

**Colectiva de pintura e gravura)** (Charles de Almeida, Manuel Cargaleiro, etc.). Gal. Multifaces, Centro Comercial Gemini. Das 10.00 às 14.00 e 15.00 às 19.00.

**Escultura Africana em Portugal,** Museu de Etnografia, Av. da Madeira (ao Restelo). De 3.ª a dom./10 às 12.30 e 14 às 17 (até Dezembro).

**III Exposição de Artes Plásticas da Fundação Gulbenkian,** de 3.ª a sáb. das 15.00 às 19.00, dom. das 10.00 às 17.00.

**Exposição-concurso AICA/Philae,** Sociedade Nacional de Belas Artes, diariamente das 14 às 20.00.

**A Guerra Civil de Espanha e a Morte de Garcia Lorca.** Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 14.00 às 17.00.

**João Cutileiro,** «O Nu e o Vestido». Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro Mor, das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.

**João Dionísio,** pintura e desenho. Palácio dos Coruchéus, R. Alberto Oliveira, de 2.ª a 6.ª, das 14 às 17.30.

**José Nuno da Câmara Pereira,** «Em Baixo Rente ao Chão», Forum Picoas. Das 19.00 às 22.00 (até 21/9).

**L Attitude,** colectiva de escultura. Galeria Cómicos, Rua Tenente Raul Cascais, 9-B. Das 15.00 às 20, excepto domingo (até 10/10).

**Maria Isabel Barreno,** painéis bordados. Cave da Livraria Interlivro (Espaço Mulheres), Rua Pedro Nunes, 9-A. De 2.ª a 6.ª, das 15 às 19.00 (até 30/9).

**Mena Brito,** pintura. Centro de Dança Armando Jorge, Av. João Crisóstomo, 6-A. Até fim de Setembro.

**Museu da Água Manuel da Maia.** Mãe de Água das Amoreiras, Pr. das Amoreiras, 10. De 3.ª a 6.ª das 13.00 às 17.00.

**«Nilzuma»,** escultura. Centro de Arte Moderna, R. Dr. Nicolau Bettencourt.

**Pedro Chorão,** desenho e pintura. Espaço Poligrupo-Renascença, R. Ivens, 14. De 2.ª a 6.ª das 9 às 20.00; sáb. das 9 às 13.00.

**Prémios AICA/SEC,** Centro de Arte Moderna. Rua dr. Nicolau Bettencourt, de 4.ª a sáb. das 14.00 às 19.30, 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00. Prémios atribuídos entre 1981/85.

**Cartazes,** 40 cartazes, do concurso organizado pelo Secretariado do Festival Internacional de Cinema da Figueira da Foz, na Cooperativa Árvore. Das 14.00 às 23.30. PORTO.

**Cristovam Dias,** fotografia. Gal. JN. R. Gonçalo Cristóvão, 195. De 3.ª a 6.ª/14.30 às 19.30. PORTO.

**Esculturas no Jardim,** Delegação Regional do Norte da SEC, R. António Cardoso, 175, 2.ª a 6.ª das 9 às 12.00 e 14 às 19.00; sáb. e dom., das 15 às 19.00. PORTO.

**Fotografia;** (des)-construções, de Américo Silva. Na Cooperativa Árvore, das 14.00 às 23.30. PORTO.

**Isabel Laginhas,** EG Galeria, R. do Castro, 210, de 3.ª a sáb. das 16 às 19.30. PORTO.

**Instrumentos Musicais Populares.** No Centro de Artes Tradicionais do Porto, organizada pelo Museu de Etnologia. De 3.ª a dom./10.30 às 19.00 (até Setembro) PORTO.

**Carlos Natividade Correa,** 40 trabalhos da série «Diários» executados a tinta da china e tempera sobre papel, na Cooperativa Árvore. PORTO.

**Laura Cesana,** pintura e gravura, na Cooperativa Arvore. PORTO.

**Júlia Ramalho,** Galeria de Arte da «Pop Cave», R. D. Diogo Pinheiro, 24, das 14 às 19.30. BARCELOS.

**Anibal Sequeira,** fotografia. Casa da Cultura CALDAS DA RAINHA.

**Lao Chin** (China), escultura em barro. Museu José Malhoa CALDAS RAINHA.

**Música – Manuscritos e Edições** do arquivo da Biblioteca Geral da Universidade. COIMBRA.

**Gerrit Van EE,** escultura, Museu de Évora. ÉVORA.

**Armando Correia,** cerâmica, Galeria d'Arte Convés, Praia de Quiaios, das 15.00 às 20.00. FIGUEIRA DA FOZ.

**A Europa na gravura do séc. XVIII** (intern.). Até Dezembro, Palácio Nacional. MAFRA.

**Trajes Palacianos,** Palácio Nacional de Mafra (até Setembro). MAFRA.

**Ana Branca, José Tomás Féria e Viriato,** pintura. Livraria Universal, Centro Comercial (até fim de Setembro). S. PEDRO DO ESTORIL.

**Trinta Anos de Pintura,** de Manuel Cargaleiro. Casino da Póvoa de Varzim. PÓVOA DE VARZIM.

**D. Pedro IV** / Pedro I do Brasil — Sua época (até 30/9). Palácio Nacional QUELUZ.

**Álvaro Perdigão,** dezassete quadros, na Casa do Bocage, Galeria de Artes Visuais (até 19/10) SETÚBAL.

**Bonecas** («Revivalismo de Novecentos») de Ana Cassiano. Museu de Arqueologia e Etnografia SETÚBAL.

**Ourivesaria** – Colecção do Palácio Nacional da Pena. Palácio da Pena SINTRA.

# ...e ainda — Música, debates, etc.

## Jovens do Barreiro pela Paz

Desde o próximo sábado, 27, até 4 de Outubro, a **JCP do Barreiro** organiza uma **Semana de Paz e Solidariedade** especialmente dedicada aos jovens – e a contar com os jovens!

Além de várias outras actividades, todos os dias haverá um motivo central a lembrar a solidariedade necessária.

Assim, no próprio dia 27, será colectivamente pintado um painel alusivo no Parque Catarina Eufémia; em 28, largada de balões; projecção de filmes nos dias 29 e 1 de vídeos no dia 2; dia 30, terça-feira, é dia para um debate sobre Paz e Solidariedade, e no dia 3 (sexta-feira da próxima semana), na Casa da Cultura da Quimigal, vai estar com o seu grupo, para um espectáculo, **Júlio Pereira**. No encerramento, a 4, uma *discoteca* para um grande convívio.

Durante toda esta Semana da Paz e Solidariedade estará patente uma exposição alusiva ao tema.

## Música

Com o começo do Outono, o recomeço da época musical que já esta semana tem dois ou três concertos assinaláveis.

Um deles é o de **Carlos Paredes**, que, acompanhado à guitarra hispânica por **Luísa Amaro**, interpretará na sua guitarra portuguesa *única* muitos dos temas que tem composto. O concerto, animado por projecção de slides, realiza-se amanhã, às 21.30, no refeitório do **Mosteiro dos Jerónimos**.

Assinalável também o concerto a realizar no domingo, com início às 17 horas, pelos **Segréis de Lisboa** na «Sala da Guarda» do **Palácio de Mafra**. Música dos sécs. XVI e XVII.

Com entrada livre, sábado, às 17 horas, no Anfiteatro ao Ar Livre da Fundação Gulbenkian, concerto pela **Banda dos Bombeiros Voluntários da Lourinhã** – terceiro de uma série que o Serviço de Animação, Criação Artística e Educação pela Arte tem vindo a realizar e que vai prosseguir, sempre ao sábado e até 11 de Outubro.

Entretanto, a Fundação Gulbenkian anunciou já a programação das **VII Jornadas de Música Antiga**, que vai promover de 6 a 15 de Outubro com concertos nos palácios de Queluz e Sintra, igrejas do Loreto e S. Roque e ainda na sede da Fundação, no seu Grande Auditório. Aqui, os bilhetes custam de 200 a 400 escudos, e nos restantes locais 350$00 (sempre com o habitual desconto de 50% para estudantes até 25 anos e para todos os jovens até aos 18) e a sua venda avulso far-se-á a partir de hoje.

## Ópera

A **Viúva Alegre**, de Franz Lehár, será representada hoje e amanhã às 21 horas, e no sábado, 27, às 16 horas, no Teatro Municipal de S. Luíz.

Solistas e Companhia Residentes do Teatro Nacional de S. Carlos, Coro e Orquestra de S. Carlos, dir. musical Manuel Ivo Cruz, enc. Carlos Otero.

## Cinema

Do notável «Ciclo Castelo Lopes» na Cinemateca Portuguesa vale a pena destacar tudo esta semana:

Dia 25 (hoje), às 21.30 – **Objectivo Burmas**, de Raoul Walsh/1945;

Dia 26, 18.30 – **Roma, Cidade Aberta**, de Roberto Rossellini/1945; às 21.30 – **Ter e não Ter**, de Howard Hawks/1944;

Dia 27, às 15.30 – **O Tesouro de Serra Madre**, de John Huston/1974 e às 18.30 – **Angústia**, de Joseph H. Lewis/1945; às 21.30 – **Gilda**, de Charles Vidor/1946;

Dia 29, às 18.30 – **O Castelo da Justiça**, de Otto Preminger/1950; às 21.30 – **O Inferno de Iwojima** de Allan Dwan/1949;

Dia 30, às 18.30 – **Serenata à Chuva**, de Stanley Donen e Gene Kelly/1952; às 21.30 – **O Homem Tranquilo** de John Ford/1952.

Preço: 100$00

## ABC Cineclube

O filme desta semana faz parte do ciclo de cinema britânico contemporâneo e tem o título em português **A Verdade dos Factos.** Passa-se durante a guerra das Malvinas, é uma anteestreia, e foi realizado por Richard Eyre. No Estúdio 444, na próxima terça-feira às 18.45.

## Cinema Soviético

O Quarteto e a Associação Portugal URSS organizaram uma Quinzena do Cinema Soviético que terá início na próxima sexta-feira, dia 26. São filmes de nove autores soviéticos, na sua maior parte realizados nos anos 80.

Programados para esta semana estão os filmes **Parada de Planetas**, de V. Abdrachitov, **Nós Somos do Jazz**, de K. Chakhnazarov, **Peço a Palavra**, de G. Panfilov, **Alguns Dias na Vida de Oblomov,** de N. Mikhalkov, **Agonia** de E. Klimov, **Vassa**, de G. Panfilov. Em cada dia os filmes anunciados são projectados em todas as sessões. Para participar em debates ligados com esta Quinzena desloca-se a Portugal uma delegação composta por personalidades ligadas ao cinema soviético, das quais o realizador Vadime Abdrachitov, autor de «Parada de Planetas».

# Tempo — Fim de Semana

Céu pouco nublado, vento fraco. Pequena subida de temperatura. (Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica para o Continente).

# a TV

## Telenovela da alternância

A Televisão, particularmente ao nível do **Telejornal**, procura dar expressão visual à campanha da alternância. Procede de tal modo que tudo se passa como se assistíssemos a um romance em folhetins.

Eu sei que os leitores têm confiança em mim. Sabem, que em caso algum, lhes daria gato por lebre. Posso errar uma opinião — será humano; não errarei (de consciência) numa informação — seria indecente.

Certo. Mas às vezes os leitores podem ser levados a pensar, a propósito do tal romance em folhetins: «Lá vem este tipo com as suas piadinhas...»

Por isso mesmo, porque eu não quero nem que tal suspeita paire nesta coluna, peço um pouco de atenção aos meus leitores fiéis. Farei referência apenas à última sequência do grande conjunto de folhetins de uma **telenovela** que ameaça durar mais tempo do que as propriamente ditas brasileiras.

**12 de Setembro** — Anuncia-se reunião da Comissão Permanente (ou coisa parecida) do PSD. Dias Loureiro dá o sinal.

**Dia 13** — Reportagem alongada da dita reunião num hotel de Lisboa. RTP está lá com armas e bagagens. Loureiro manda vir «oposição liderada pelo Partido Comunista Português...»

**Dia 14** — Mais reportagem. Em grande. Conversas, sorrisos, folclore. Tudo bem disposto. No hotel, deve comer-se bem e beber melhor.

**Dia 15** — O PS também tem as suas reuniões. Era o que faltava se não tivesse. E como as tem, telejornal vai lá. Vítor Constâncio atira-se ao Governo.

**Dia 16** — Além de reuniões, o PS também tem, como os outros, o seu **Tempo de Antena.** Sucedem-se os ataques ao Governo. Vítor Constâncio fechou a cúpula, com a sugestão de entendimento entre os partidos para debelar a crise. Deus o oiça!

**Dia 18** — Dias Loureiro, em nome do PSD, ataca Vítor Constâncio. Procura a luta corpo-a-corpo. Parece impossível, atacar-se um Governo que tudo está fazendo por que «cada português viva cada vez mais melhor...» O espantoso, acho eu, não é que diga isto, mas que o diga sem se rir. A respeito do PS, diz que é «um partido arqueológico».

**Dia 19** — O PS foi aos arames com essa história da arqueologia. Manda Arons de Carvalho dizer que o PSD sofre de nervoso miudinho. Tudo se resume nesta síntese: Vítor Constâncio faria melhor do que Cavaco Silva.

**Telejornal** então avança esta decisão extraordinária: diz ao Dias Loureiro o que Arons tinha dito e pede-lhe que responda no mesmo Telejornal, «dando-se assim por encerrada a questão...» Loureiro aproveita e dá com força, que «o PS se põe em bicos de pés...» que não sei quê o PC e o PRD...

Foi assim tal qual como lhes conto, leitores. Pingue-pongue, dize tu, direi eu...

Tem ou não configuração de telenovela? Sem ofensa, está visto, para a **Vereda Tropical** e para **Corpo a Corpo** que são mais inocentes e se vêem com muito mais agrado.

Sendo notório, sem pretender abusar da rima que, quem diz **alternância** diz manigância...

## Gentilezas... de crocodilo

Ninguém se esqueceu ainda da cumplicidade criminosa que, durante largos anos, ligou os Estados Unidos ao ditador Marco, das Filipinas. E já agora, de passagem, pergunto qual é o ditador, o totalitário, o fascista que não conte com o apoio, a amizade dos Estados Unidos. Aqui está um óptimo ponto de reflexão e que nenhuma propaganda pode disfarçar...

Pois Cory Aquino visitou a América. Reagan, o falcão-mor, não se sentiu muito à vontade, bem como os seus compadres. «Europa News» ofereceu-nos uma ampla reportagem do acontecimento, de que se depreendia esta ideia-mestra, por parte dos meios financeiros, industriais e militares: o que lá vai, lá vai, falemos doutra coisa, gente nova, vida nova...

Corazón Aquino, sempre de sorriso nos lábios, foi dizendo que calma aí, multinacionais, certo, mas agora o ritmo tinha de ser outro, os lucros obtidos nas Filipinas deveriam ser reinvestidos dentro das Filipinas...

Aguardemos a evolução dos acontecimentos. Mas quando as multinacionais parecem gentis, estão a tramar alguma. Talvez que os crocodilos não tenham apenas lágrimas — mas gentilezas também.

■ ***Ulisses***

# Síntese semanal da IMPRENSA

## Uma operação de colagem

O progressivo isolamento do Governo minoritário de Cavaco Silva condu-lo naturalmente a procurar abrigo atrás da imagem do Presidente da República, que esta semana estava em foco com a sua presença prolongada no Norte do País. Para o efeito o Governo montou uma operação de colagem a Soares enviando ministros e secretários que se desdobraram em declarações e sorrisos televisivos.

## O regresso do velho cenário

• «Há algum tempo procurei determinar o que poderia (ou poderá) ser um cenário provável de evolução política. E fi-lo para concluir que havia uma lógica que encaminharia (ou devia encaminhar) Cavaco Silva, Mário Soares e Vítor Constâncio para um entendimento que nada tem a ver com coligações mas tão somente com vantagens mútuas.

Disse ou escrevi mais: em minha opinião, tendo em vista a forma como o País evoluiu, o equilíbrio na sociedade portuguesa e a sua modernização cultural e institucional passam pelo entendimento que for possível gerar entre estas três personalidades políticas num quadro de bipolarização política ao centro, em que o PSD e o PS serão os dois pólos aglutinadores de potenciais maiorias políticas.

(...)

Ora existe uma forma de realizar na prática uma solução compromissória entre as três personalidades, o que só é possível porque todas elas querem coisas diferentes, isto é, o objectivo de cada é realizável apesar (melhor será escrever através) dos objectivos dos outros. Em poucas palavras, Soares quer estabilizar-se como o Presidente consensual num período crucial da História portuguesa, o do choque da CEE. Cavaco quer a maioria absoluta (sozinho ou acompanhado, mas com liderança indiscutível) e Constâncio quer tornar-se o líder indiscutido do PS, o que implica ser o líder claro da esquerda.

Soares não quer conflitos e os outros querem opor-se e ganharem ambos. Se forem capazes todos de perceber, Cavaco terá eleições para até 1991 governar sossegado e Constâncio sairá de eleições antecipadas com mais de trinta por cento dos votos e com o PCP e o PRD transformados em pequenos partidos.»

**(J.M. Júdice, «O DIAbo», 23 de Setembro)**

## Zero zero Cavaco: ordem para sobreviver

• «De facto uma das duas "subtilezas" tácticas que este Conselho Nacional permitiu detectar no PSD é justamente a sintonia do Governo como o Presidente do Governo como resto, irrefutavelmente acentuada pelas recentes declarações do ministro de Estado Eurico de Melo em Guimarães a propósito da **"solidariedade construtiva"** entre São Bento e Belém.

Mário Soares foi tema de conversa informal durante os intervalos dos trabalhos deste Conselho Nacional do PSD, ao qual alguns conselheiros — e vários dos mais influentes dirigentes — chegaram com a revista francesa "L'Express" debaixo do braço... atestando que a **"coabitação à portuguesa"** (título de uma longa entrevista concedida pelo Presidente da República àquele "news magazine") decorre às mil maravilhas.

O estilo **"apaziguador"** deste **"presidente-rel"** (como lhe chamam com ironia suspeita alguns sociais-democratas), a forma discreta como **"exerce a presidência"** e o facto de ser um pilar decisivo para a sobrevivência do Governo são razões de aproximação táctica. Recorde-se que o Governo sendo minoritário, mantém uma frente de combate permanente com a Assembleia da República.

A "entente" cordial com Mário Soares decorre num clima inesperado, e que as circunstâncias da ruptura do "bloco central" não deixavam prever.

No entanto, os dirigentes do PSD sabem que Soares não é o mesmo que Freitas. Ou, por outras palavras, que uma eventual estratégia de ruptura desencadeada por Cavaco para fortalecer o partido e o Governo por via do recurso ge-lho Nacional — é a de que o **"Governo quer governar"**... apesar das perversidades da Oposição.»

**(T. Sousa, «Expresso», 20 de Setembro)**

## Para que a oportunidade não se perca

• «Não basta, pois, dizer-se e eventualmente repetir-se até à exaustão, que o governo minoritário do PSD é o governo da "oportunidade perdida".

O essencial — e o critério básico para avaliação de sinceridade política da crítica que tão contundentemente lhe é feita — é ver-se como, no futuro imediato, cada sector democrático com responsabilidade na viabilização de uma alternativa age para que a **oportunidade não se perca**.

E para que a oportunidade não se perca dois pressupostos, complementares e indissociáveis, são indispensáveis.

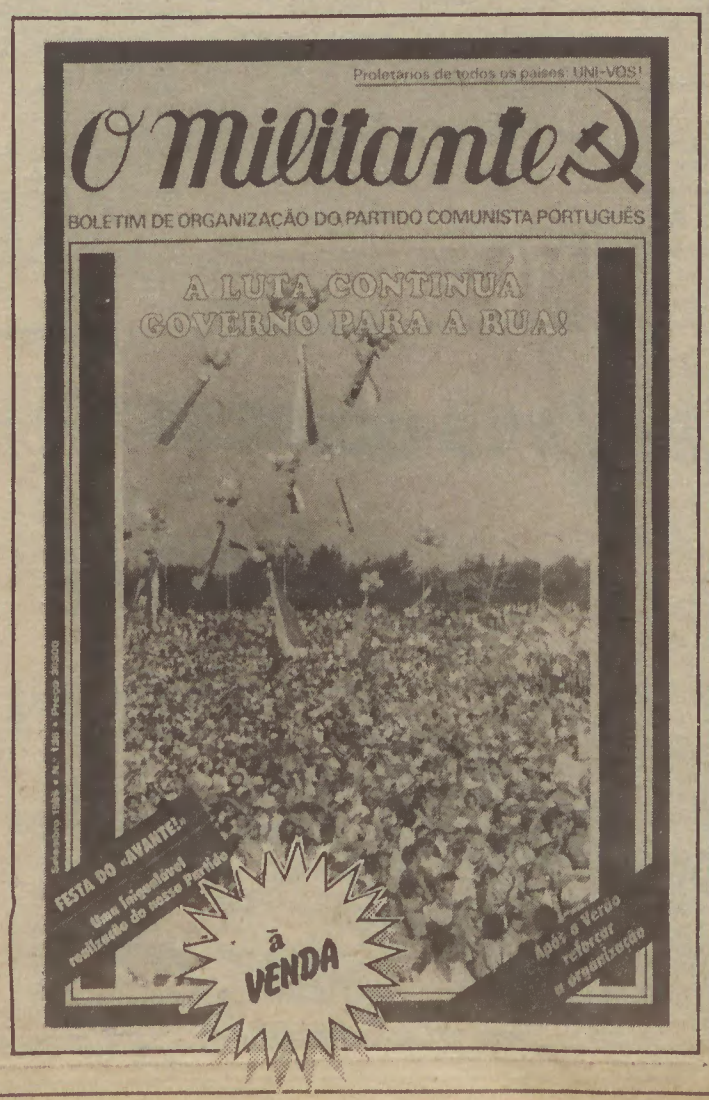
Por um lado, a compreensão — traduzida numa actuação política e institucional correspondente — de que é urgente e inadiável pôr fim à existência do governo minoritáro do PSD.

Por outro lado, a assimilação — traduzida em disponibilidade para a convergência de todos os sectores democráticos na viabilização de uma política alternativa democrática — das experiências dos últimos 10 anos.

(...)

Uma "grande oportunidade" se oferece a todos os portugueses e sectores políticos realmente empenhados em começar a resolver os problemas dos portugueses. Para ganhá-la, é preciso agir com rapidez, ganhar a iniciativa política, e convergir, sem preconceitos, em torno de uma real e efectiva mudança de política. Com todos os sectores democráticos, abandonando pretensões hegemónicas ou estreitos calculismos partidários, que outro resultado não produziriam que não fosse o prosseguimento de uma política contrária aos interesses nacionais.»

**(V. P. Morais, «o diário», 21 de Setembro)**



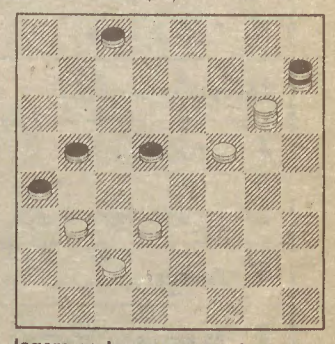

# Damas

**LXX — 25 de Setembro de 1986**

**PROPROSIÇÃO N.º 70**

Por: Luís António David
«Vamos Decifrar» n.º 192, 19.IV.1952
Pr:. 16-19-20-(25)-31

Br.: 7-11-12-18-(21)



**Jogam as brancas e ganham**

**JOGO N.º 70**
Campeonato Nacional – Apuramento
15.I.1983
Br.: Jorge Ferreira (Setúbal)
Pr.: Medalha da Silva (Almada)
(1.º jogo)

**1.** 12-15, 21-17; **2.** 8-12, 23-19; **3.** 10-13, 27:10; **4.** 5:23; 28:19; **5.** 1--5,26-21; **6.** 5-10, 32-28; **7.** 10-13, 21--18; **8.** 13-17,28-23; **9.** 4-8, 18-13; **10.** 9:18, 22:13; **11.** 15.22, 27:18; **12.** 12--16, 29-26; **13.** 11-15, 31-27; **14.** 15--20, 24:15; **15.** 7-12, 15-1; **16.** 6-15, 13-10; **17.** 15-20, 18-14; **18.** 20-24, 14-11; **19.** 24-28, 10-6; **20.** 3:10, 11--7; **21.** 28-31, 26-22; **22.** 10-14, 23--20; **23.** 16-20, 27:20; **24.** 30-9, 25--21; **25.** 17:26; 30:21; **26.** 9-18, 21-17; **27.** 18-21, 20-16; **28.** 21-25, 17-13; **29.** 12-15, 7-3; **30.** 15-19, 13-10; **31.** 25-29, 10-6; **32.** 2:11, 3-13; **33.** 29--25, 13-9; **34.** 25-29, 9-13; **35.** 19-23, 13-6; **36.** 29-15, 6-10; **37.** 14-19, 16--12; **38.** 11-14, 12-7; **39.** 23-28, 10--17; **40.** 28-31, 7-3; **41.** 19-23, 17-21; **42.** 14-19, 21-14; **43.** 31-27, 3-17; **44.** 8-12, 17-30; **45.** 12-16, 14-10; **46.** 16--20, 10-5; **47.** 15-2, 5-10; **48.** 20-24, 30-26; **49.** 24-28, 26-8; **50.** 28-32. G. Pr.

**GOLPE N.º 70**
(Autor desconhecido)
«Estratégia Damista», Janeiro/1946

**1.** 12-15, 23-19; **2.** 8-12, 28-23; **3.** 11-14, 23-20; **4.** 14:23, 20:11; **5.** 7:14, 27:20; **6.** 12-16, 20-15; **7.** 10-13, 21--18; **8.** 14:21, 26:10; **9.** 5:14, 22-18; **10.** 14:21, 25:18; **11.** 1-5, 32-28? Perdente! J. B. G. **(Br.: 2-3-4-5-6-9-15. Pr.: 15-18-24-28-29-30-32, J. B. G.)**

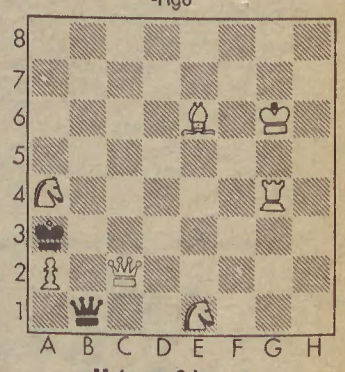
**SOLUÇÕES DO LXX**

**N.º 70 (L.A.D.):** 11-14 e 7-11 e 21--17 e 17:27 e 11:27+
**Golpe 70 (Autor?):** **12.** 9-13, 18:9; **13.** 6-11, 15:6; **14.** 2:11, 9:2; **15.** 11--15, 2:20; **16.** 16:32+

# Xadrez

**LXX – 25 de Setembro de 1986**
**Preposição N.º 70**
Por: M. Lipton
1.ª Menção Honrosa «Observer», 1966
**Pr.:** (2): Db1-Ra3

**Br.:** (7): Pa2-Cs.a4, é1-Bé6-Tg4-Dç2--Rg6



**Mate em 2 lances**

**JOGO N.º 70**
Amsterdam, 1986
**Br.:** Jubojevic **Pr.:** Timman

**1.** é4, ç5; **2.** Cf3, d6; **3.** d4, ç:d4; **4.** C:d4, Cf6; **5.** Cç3, é6; **6.** g4, h6; **7.** h4, Bé7; **8.** Bg2, g6; **9.** g5, h:g5; **10.** B:g5, a6; **11.** Dd2, é5; **12.** Cdé2, Bé6; **13.** 0--0-0, Cbd7; **14.** f4, Da5; **15.** Rb1, Tç8; **16.** Thf1, b5; **17.** b3, é:f4; **18.** T:f4, Ch5; **19.** B:é7, C:f4; **20.** D:f4, R:é7; **21.** D:d6+, Ré8; **22.** Cd5 B:d5; **23.** Bh3, Dç7; **24.** B:d7+, D:d7; **25.** Dé5+, Dé6; **26.** D:h8+, Ré7; **27.** Dd4, Bb7; **28.** Cf4, D:é4; **29.** Dd6+, Ré8; **30.** Td2, Dé1+; **31** Rb2, Dé7; **32.** Té2, T:ç2+; **33.** R:ç2, Bé4+; **34.** T:é4, D:é4=; **35.** Rd2, b4; **36.** Df6, a5; **37.** Cd3, Dg2+; **38.** Df2, Dd5; **39.** Dg3, Rd7; **40.** Dg5, D:g5+; **41.** h:g5, Ré6; **42.** Cç5+, Rf5; **43.** Cb7, R:g5; **44.** C:a5 e as Pretas abandonam.

**SOLUÇÃO DO N.º 70**

**Chave:** 1. Bb3!
1. ..., D:ç2+; 2. C:ç2 mate
1. ..., D:a2; 2. D:a2 mate
1. ..., D:b3; 2. D:b3 mate
1. ..., Dç1; 2. D:ç1 mate
1. ..., D:é1; 2. Db2 mate
1. ..., Da1; 2. Dç5 mate

A. de M.M.